**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE
PORTUGUÊS/ ITALIANO DAS SUBÁREAS
DO *PATRIMÔNIO CULTURAL* E DO *PATRIMÔNIO NATURAL***

ROSEMARY IRENE CASTAÑEDA ZANETTE

**São Paulo
2010**

ROSEMARY IRENE CASTAÑEDA ZANETTE

**DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE
PORTUGUÊS/ ITALIANO DAS SUBÁREAS
DO *PATRIMÔNIO CULTURAL* E DO *PATRIMÔNIO NATURAL***

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Linguística, Área de Concentração em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Barbosa

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

ZANETTE, Rosemary Irene Castañeda

Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Doutor em Linguística.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*A todos aqueles que acreditam que se cada um
fizer sua parte, podem viver bem e tornar o
mundo um lugar melhor.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Barbosa, por ter me dado a oportunidade de ser sua orientanda, pela orientação paciente e firme, e por ter compreendido meu jeito reservado de ser.

Às professoras doutoras Paola Baccin e Ieda Maria Alves, pelas importantes contribuições no Exame de Qualificação.

A toda a minha família, pelo incentivo e por acreditarem na minha capacidade.

A todos os meus amigos, mais antigos ou mais novos, por compartilharem comigo tantos momentos e por compreenderem minhas fragilidades.

Às minhas amigas Andréa Carla Nunes Grimberg e Maria Cláudia Nunes Grimberg, pelo carinho, pelo cuidado, por terem sido mais que irmãs, e a toda sua família.

Aos meus colegas de trabalho, Alessandra Regina Ribeiro Honório e Fausto José da Fonseca Zamboni, pela paciência, apoio e compreensão, durante todo meu doutorado.

A todos aqueles que, por um motivo ou por outro, contribuíram para que eu subisse mais esse degrau.

RESUMO

ZANETTE, R. I. C. **Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural**. 2010. 249 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O *Patrimônio Turístico*, subárea do Turismo, tem despertado bastante interesse por dois aspectos: por ser uma fonte de renda para as partes envolvidas, ou seja, o lugar de saída e o lugar de chegada, e por levantar a problemática da preservação desse patrimônio, tema que está cada vez mais em destaque. No que se refere a essa subárea, ela se divide em *Patrimônio Cultural* e em *Patrimônio Natural*, a base do dicionário terminológico bilíngue português/italiano, produto final deste trabalho. Para elaborá-lo, foram realizadas pesquisas sobre as subáreas, além das leituras teóricas, recolha dos *corpora*, documental e de análise, e elaboração dos Mapas Conceituais. A compilação da obra também levou em conta modelos teóricos que se adequassem às características das subáreas. A obra pronta proporcionou ainda análise e discussão dos dados, que comprovam as escolhas acertadas dos modelos teóricos selecionados.

Palavras-chave: Terminologia. Dicionário bilíngue. Patrimônio Cultural. Patrimônio Natural. Unidade de conservação.

ABSTRACT

ZANETTE, R. I. C. **Portuguese/italian bilingual terminology dictionary of cultural and natural heritage subfields**. 2010. 249 f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

Tourism Heritage, a sub-area of Tourism, has originated significant interest for two reasons: it is a source of income for those involved, that is exit and entrance, and because it approaches this patrimony's preservation issues, which has become more marked with time. This sub-area is divided into *Cultural Heritage* and *Natural Heritage*, based on the bilingual Portuguese/Italian dictionary for terminology, the final product of this work. For its elaboration, research on sub-areas was carried out, as well as theoretical reading, gathering *corpora*, both documental and analytical, and elaboration of conceptual maps. Compilation of the work also considered theoretical models adequate to characteristics of the sub-areas. The final work encouraged analysis and discussion of information that support the right choices of selected theoretical models.

Keywords: Terminology. Bilingual Dictionary. Cultural Patrimony. Natural Patrimony. Conservation Unit.

RIASSUNTO

ZANETTE, R. I. C. **Dizionario terminologico bilingue portoghese/italiano delle subaree del Patrimonio Culturale e del Patrimonio Naturale**. 2010. 249 f. Tesi (Dottorato) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Il Patrimonio Turistico, sottodominio del Turismo, ha suscitato molto interesse per due aspetti: per essere una fonte di reddito per entrambe le parti coinvolte, e cioè il luogo di partenza e il luogo di arrivo, per aver sollevato il problema della conservazione di questo patrimonio, tema che è sempre più evidenziato. Per quanto riguarda questo sottodominio, esso si divide in Patrimonio Culturale e Patrimonio Naturale, ambidue base del dizionario bilingue portoghese/italiano, prodotto finale di questo lavoro. Per elaborarlo, sono state fatte ricerche sui sottodomini, oltre alle letture teoriche, raccolta di *corpora*, documentale e di analisi, e elaborazione delle Mappe Concettuali. La compilazione dell'opera terminologica ha anche tenuto conto i modelli teorici che si adattano alle caratteristiche dei sottodomini. Il lavoro svolto ha fornito analisi e discussione dei dati, stabilendo le giuste scelte di modelli teorici selezionati.

Parole chiave: Terminologia. Dizionario bilingue. Patrimonio Culturale. Patrimonio Naturale. Area protetta.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipologia dos termos do <i>Patrimônio Cultural</i>	205
Gráfico 2 – Tipologia dos termos do <i>Patrimônio Natural</i>	207
Gráfico 3 – Termos do <i>Patrimônio Cultural</i> com formas equivalentes na língua italiana.	210
Gráfico 4 – Termos do <i>Patrimônio Natural</i> com formas equivalentes na língua italiana.....	214
Gráfico 5 – Parassinônimos e formas variantes do <i>Patrimônio Cultural</i>	214
Gráfico 6 – Parassinônimos e formas variantes do <i>Patrimônio Natural</i>	215
Gráfico 7 – Natureza das formas variantes do <i>Patrimônio Cultural</i>	216
Gráfico 8 – <i>Patrimônio Turístico</i> : casos de equivalência entre a língua portuguesa e a língua italiana.	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relações possíveis, conjunto significante/conjunto significado.....	77
Quadro 2 – Relações entre o conjunto significante e significado desta pesquisa.	226

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS UTILIZADOS

ASSISTERM	Associazione Italiana per la Terminologia
Centro Lexterm	Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos
CeRTeM	Centro di Ricerca in Terminologia Multilingue
CITRAT	Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia
CPLP	Conferência de Ministros de Turismo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENIT	Ente Nazionale Italiano per il Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Infoterm	International Information Centre for Terminology
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IUGS	União Internacional de Ciências Geológicas
IUOTPO	Union of Official Tourist Propaganda Organizations
LSP	Linguagens de especialidade
MiBAC	Ministero per i Beni e le Attività Culturali
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
UBO	Escritório da UNESCO no Brasil
RITerm	Rede Ibero-Americana de Terminologia
SEDREPAHC	Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro
SNUC	Sistema de Unidades de Conservação da Natureza
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral da Terminologia

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WEF	World Economic Forum
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	20
2.1 Breve história do Turismo	20
2.2 Questões de destaque sobre a área do Turismo	24
2.3 Organização da área do Turismo e da subárea do <i>Patrimônio Turístico</i> no Mundo	27
2.4 Organização da área do Turismo e da subárea do <i>Patrimônio Turístico</i> no Brasil e na Itália.....	28
2.5 A terminologia na área do Turismo	39
3 SELEÇÃO E DEMARCAÇÃO DO MAPA CONCEITUAL DA SUBÁREA DO PATRIMÔNIO TURÍSTICO.....	42
3.1 Seleção das subáreas do <i>Patrimônio Cultural</i> e do <i>Patrimônio Natural</i>	42
3.2 Subsídios para a delimitação de áreas temáticas: reflexões sobre os conceitos e as denominações	46
3.3 Os mapas conceituais das subáreas selecionadas	51
3.3.1 O mapa conceitual da subárea do <i>Patrimônio Cultural</i>	51
3.3.1.1 Conjunto urbano.....	52
3.3.1.2 Edificação	52
3.3.1.2.1 Edificação pública.....	52
3.3.1.2.2 Edificação privada	53
3.3.1.2.3 Edificação comercial.....	53
3.3.1.2.4 Edificação religiosa.....	54
3.3.1.2.5 Edificação rural	54
3.3.1.2.6 Fortificação	55
3.3.1.3 Equipamento urbano	55
3.3.1.4 Patrimônio arqueológico	56
3.3.1.5 Patrimônio espeleológico.....	56
3.3.2 O mapa conceitual da subárea do <i>Patrimônio Natural</i>	57
3.3.2.1 Unidade de conservação do SNUC.....	58
3.3.2.2 Unidade de conservação do Código Florestal	60
3.3.2.3 Unidade de conservação do IBAMA	60
3.3.2.4 Unidade de conservação do IPHAN	60
3.3.2.5 Unidade de conservação de importância internacional	61
3.3.2.6 Unidade de conservação do MMA.....	61
3.3.2.7 Área sob proteção especial.....	62
3.4 Algumas considerações.....	62
4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	65
4.1 A importância da ciência terminológica no contexto atual.....	65
4.2 Modelos teóricos da área de Terminologia que serão recortados para a análise e descrição dos dados constitutivos do <i>corpus</i> de análise da pesquisa	73

5 ESTABELECIMENTO DO CORPUS. METODOLOGIA	83
5.1 Descrição dos textos constitutivos dos <i>corpora</i> . O <i>corpus</i> documental, o <i>corpus</i> de análise.....	83
5.2 Etapas da pesquisa	90
5.2.1 Elaboração da ficha terminológica para o exame dos dados.....	93
6 DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE PORTUGUÊS/ITALIANO DAS SUBÁREAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO PATRIMÔNIO NATURAL	101
6.1 Descrição das estruturas do dicionário: descrição da macroestrutura e descrição da microestrutura	101
6.1.1 Descrição da macroestrutura.....	101
6.1.1.1 Estrutura geral.....	101
6.1.1.2 Fechamento da cadeia interpretante	102
6.1.2 Descrição da microestrutura	103
6.1.2.1 O paradigma informacional	104
6.1.2.2 A forma equivalente.....	105
6.1.2.3 O paradigma definicional.....	106
6.1.2.4 O paradigma pragmático.....	107
6.1.2.5 As remissivas	108
6.1.2.6 As notas de caráter linguístico e/ou enciclopédico	110
6.2 O dicionário terminológico.....	110
6.2.1 Apresentação.....	110
6.2.2 Abreviações utilizadas	111
6.2.3 Lista das unidades terminológicas italiano/português	111
6.2.4 Siglas e acrônimos utilizados.....	112
6.3 O dicionário terminológico bilíngue italiano/português do <i>Patrimônio Cultural</i> e do <i>Patrimônio Natural</i>	113
6.3.1 Lista de siglas e acrônimos utilizados.....	202
6.3.2 Lista dos termos por ordem alfabética (italiano-português)	203
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	205
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	229
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	243

1 INTRODUÇÃO

Muitas das viagens de turismo que acontecem nos dias de hoje têm por objetivo uma atividade, seja uma reunião, seja um evento esportivo ou simplesmente lazer. Nesse último caso, a viagem pode requerer uma organização prévia, realizada por agências de viagens ou pelo próprio turista, ou então pode ocorrer mais livremente. Em ambos os casos, o turista irá conhecer algumas localidades em que há algo que lhe cause interesse. Um museu, uma paisagem natural ou uma manifestação folclórica são algumas das possibilidades. Tais elementos são conhecidos como Atrativo Turístico: “lugar, objeto, equipamento ou acontecimento que, isoladamente ou em conjunto, possa atrair visitantes.”¹ Esse conceito pode ser confundido com o de *Patrimônio Turístico*. Para este, foram encontrados dois conceitos distintos. O primeiro deles assim o define:

É a disponibilidade de elementos turísticos de uma região ou país, em determinado momento, em condições de funcionar como atrativos turísticos. É formado dos atrativos turísticos, dos equipamentos e instalações turísticas e da infra-estrutura turística (EMBRATUR, 1992).²

E o segundo: “conjunto de obras e/ou monumentos de valor histórico, artístico, cultural, religioso, etc., de um país, região ou localidade.”³ O primeiro conceito é bastante complexo, pois, como se pode observar, é formado por vários elementos bastante díspares, o que resulta na necessidade de compreensão de todos eles. Dentre eles, Atrativo Turístico já foi definido. Os Equipamentos e Serviços Turísticos

[...] representam o conjunto de edificações, de instalações e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, os serviços de alimentação, o entretenimento e diversão, o agenciamento, os transportes, a locação de veículos, os eventos, os guias, a informação e outros serviços turísticos.⁴

E a Infraestrutura Turística:

¹ PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000. p. 26.

² BRASIL. Ministério do Turismo. **Termos iniciados com a letra P**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/P.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

³ DOMINGUES, Celestino de Matos. **Dicionário técnico de turismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. p. 202.

⁴ Id. **Termos iniciados com a letra E**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/E.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

[...] é o conjunto de obras e de instalações de estrutura física e de serviços urbanos básicos que dão suporte ao desenvolvimento da atividade turística em determinada área. São exemplos de infra-estrutura turística: sistema de transportes e de comunicações, hotéis, locadoras, posto de informações, bares e restaurantes, entretenimento, etc.⁵

Ao observar todos os conceitos expostos anteriormente, fica claro que a terminologia da área do Turismo ainda não está bem definida e delimitada na língua portuguesa utilizada no Brasil. Um hotel pode ser considerado tanto um serviço quanto um elemento de infraestrutura. O primeiro conceito de *Patrimônio Turístico*, por exemplo, mistura muitos elementos. Com esses dados, é possível afirmar que a atividade turística precisa aprimorar sua terminologia, para evitar ruídos na comunicação, seja dentro de um país, seja entre países. Os conceitos devem ser únicos, de modo que possam ser compreendidos por todos os envolvidos.

Essa organização da terminologia pode ser realizada em âmbito nacional ou internacional. No primeiro caso, a expressão e o conteúdo dos termos é criada num país, devido às suas necessidades, e depois é exportada. Esta é a situação de muitos dos neologismos do Turismo, de origem anglo-americana. Isso se justifica

[...] não só pelas origens históricas da actividade [...], como também, e sobretudo, pelo seu cariz internacional. Na medida em que o turismo português implementa técnicas e serviços surgidos no estrangeiro, como por exemplo, <*joint venture*>, [...], na medida em que recorre a tantos materiais concebidos inicialmente noutros países, como: <*quick-change*>, [...], na medida em que a importação das técnicas e dos meios têm como contrapartida necessária a preparação de pessoal técnico que os dinamize, criando-se assim no nosso país categorias profissionais já existentes no estrangeiro, como <*manager*> [...].⁶

Percebe-se que muitos termos foram criados em língua inglesa e foram exportados junto com as realidades que representam. No segundo caso, algumas instituições internacionais tomam a frente das atividades, a fim de divulgá-las para todos os seus membros, tentando garantir uma maior uniformidade. É o que ocorre com a Organização Mundial do Turismo (OMT), que em 2001 elaborou um *Thesaurus* do Turismo, em versão multilíngue do francês para o inglês e o espanhol:⁷ uma obra bastante completa. Entretanto, a língua portuguesa não foi contemplada. Este é um dos motivos pelos quais se decidiu elaborar uma obra terminológica/terminográfica dentro da grande área do Turismo. Pela disparidade entre as

⁵ BRASIL. Ministério do Turismo. **Termos iniciados com a letra I**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/I.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

⁶ LIMA, Ana Isabel Morais de. Urgência de uma terminologia do turismo: situação atual e descrição de um projeto em curso. **Terminologias**, Termip Associação de Terminologia Portuguesa, Lisboa, v. 5-6, abr./dez. 1992. p. 80.

⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Sinais e símbolos turísticos**: guia ilustrado e descritivo. Trad. Gabriela Scuta Fagliari. São Paulo: Roca, 2003. p. 143.

grandes proporções do setor e o tempo limitado para a realização deste trabalho, foi necessário selecionar apenas uma de suas subáreas para ser investigada.

Dentre as possibilidades, selecionou-se a subárea do *Patrimônio Turístico*, dividida, por sua vez, em duas grandes partes: *Patrimônio Cultural* e *Patrimônio Natural*. Para trabalhar com ela, em primeiro lugar foi preciso ter bem claro com qual conceito ir-se-ia trabalhar. Preferiu-se, então, aquele apresentado pelo dicionário lusitano, bem mais delimitado, que considera um conjunto de bens materiais de importância significativa para uma localidade. Para que fique clara a diferença entre ele e Atrativo Turístico basta considerar que o segundo, quando apropriado pelo Estado, por particulares ou por outras instituições nacionais ou internacionais, torna-se patrimônio. O fato de a OMT considerar *Patrimônio Turístico* como uma das vinte subáreas parte de seu *Thesaurus* corrobora a utilização desse termo.

A escolha da subárea deve-se a dois fatos: o grande interesse que ela tem causado em âmbito mundial e a falta de obras terminológicas/terminográficas que a contemplem. O tema da preservação dos bens, em âmbito nacional e internacional, deixou de ser apenas uma questão estética, em que o que se valoriza é a beleza dos bens. As edificações ou as paisagens naturais passaram a ser marcas representativas de cada cultura, das várias etapas pelas quais as civilizações passaram e como se deu e se dá a ocupação do espaço, além do convívio do velho com o novo e do homem com o ambiente natural. Diante desse quadro, um dicionário terminológico auxilia na solidificação da terminologia, colocando em foco os bens que merecem cuidado especial.

Julgou-se mais interessante do que elaborar um dicionário terminológico de definição monolíngue, fazê-lo em caráter bilíngue, tendo como ponto de partida a língua portuguesa, com base nos bens brasileiros, e a língua italiana como língua de chegada. Pode-se dizer que as legislações do Brasil e da Itália são de certa forma complementares. O primeiro país, devido às suas características, possui vários documentos oficiais sobre o *Patrimônio Natural*. Já o segundo possui bastante material sobre o *Patrimônio Cultural*. A quantidade não significa qualidade, porém é possível tirar proveito de toda esta documentação. Por isso, o público-alvo deste trabalho é formado por tradutores de documentos italianos para o português, além de estudiosos brasileiros do patrimônio italiano.

Logo, a proposta desta pesquisa é, por meio de uma investigação terminológica/terminográfica, elaborar um dicionário terminológico das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*.

Para tal fim, foram definidos alguns objetivos, o geral e os específicos:

▪ **Objetivo geral:**

Ao se estudar os dicionários, os manuais de turismo e os documentos oficiais, tentar coletar os termos mais significativos das subáreas, segundo os critérios de alta frequência e distribuição regular, quando possível, e o critério de representatividade dos bens para a realidade brasileira, e agrupá-los em uma obra lexicográfica de definição, que parta da língua portuguesa e traga o correspondente, quando houver, em língua italiana.

▪ **Objetivos específicos:**

- i. Estabelecer uma análise contrastiva entre o Mapa Conceitual das subáreas do *Patrimônio Cultural* e no *Patrimônio Natural* no contexto brasileiro e no contexto italiano;
- ii. Verificar até que ponto, mesmo sendo uma área muito específica, há coincidências nas concepções do fato em língua portuguesa e em língua italiana;
- iii. Proceder, sempre que possível, ao estabelecimento de uma forma equivalente em língua italiana para o termo em língua portuguesa.

A partir da definição dos aspectos gerais desta pesquisa, é preciso compreender como ela foi constituída e em que consiste cada uma de suas partes, desde as questões teóricas até a parte prática.

Desse modo, a pesquisa compreende as seguintes partes: **Introdução, Universo da Pesquisa, Seleção e demarcação do Mapa Conceitual da subárea do *Patrimônio Turístico*, Fundamentos teóricos, Estabelecimento do *corpus*. Metodologia, Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, Análise e discussão dos dados e as Considerações finais.**

O início do trabalho trata do **Universo da Pesquisa**. Em primeiro lugar, é feita uma retrospectiva histórica sobre a grande área do Turismo. Em segundo lugar, a área é investigada sobre o aspecto econômico e sobre o aspecto da preservação, já que ambos foram foco da mídia nos últimos anos. Em terceiro lugar, é discutido como a subárea do *Patrimônio Turístico* se organiza em âmbito mundial e nacional, no Brasil e na Itália, ou seja, quais as instituições/organizações e a legislação que se ocupam das questões das subáreas do *Patrimônio*

Cultural e do *Patrimônio Natural*. Por fim, é apresentado um apanhado sobre os estudos terminológicos/terminográficos feitos, seja sobre a grande área, seja sobre suas subáreas, e a listagem das obras encontradas, em que algumas são discutidas.

Tendo conhecimento sobre as subáreas foco desta pesquisa, o próximo capítulo, **Seleção e demarcação do Mapa Conceitual da subárea do Patrimônio Turístico**, ocupa-se da pormenorização das duas subáreas selecionadas, deixando claro o que constará e o que não constará do dicionário terminológico. Sendo assim, foram explicados quais os critérios de seleção dos termos e o modo como eles se relacionam dentro das subáreas. Em seguida, foram construídos os Mapas Conceituais em perspectiva bilíngue.

Com base na delimitação do tema e na seleção dos termos, segue o capítulo **Fundamentos teóricos**, que é dividido em duas partes. Na primeira, é apresentado o surgimento da ciência terminológica e sua evolução, passando pelas principais teorias, como a Teoria Geral da Terminologia (TGT), a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e a Socioterminologia. São citadas algumas associações em âmbito internacional e nacional, no Brasil e na Itália, que se ocupam de tal ciência. Na segunda parte, é feita a seleção de uma dessas teorias, de acordo com as características deste trabalho. Além disso, são apresentados outros modelos teóricos primordiais para este tipo de trabalho, como o esquema de Guy Rondeau, o qual mostra a situação das linguagens de especialidade em relação à língua geral, e o de Eugenio Coseriu, que trata dos níveis de atualização da língua.

No capítulo seguinte, **Estabelecimento do corpus. Metodologia**, foram definidos o *corpus* documental e o *corpus* de análise. No primeiro deles foram apresentados os textos/documentos e obras terminológicas/terminográficas, principalmente nas línguas portuguesa e italiana, mas também na língua inglesa, quando necessário. No segundo, foram apresentados os critérios utilizados para a seleção dos termos. Em seguida, foram descritas as principais características da obra a ser elaborada, bem como as etapas da pesquisa. Por fim, foram mencionados os campos que comporiam a ficha terminológica eletrônica, com um exemplo de ficha preenchida e um exemplo de ficha em branco.

Em seguida, é apresentado o resultado prático deste trabalho, o **Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural**. O dicionário de definição contém pouco mais de 100 termos, os quais apresentam contextos que auxiliam o consulente no entendimento do termo, além de enriquecer a obra com informações bastante interessantes.

A observação da obra terminológica/terminográfica resulta na **Análise e discussão dos dados**. Dentre tantos aspectos passíveis de discussão, foram selecionados apenas alguns, como

a formação dos termos das duas subáreas, compostos por um ou mais elementos, a existência ou não das formas equivalentes na língua italiana e a existência ou não dos parassinônimos e das formas variantes. O último aspecto considerado faz comentários sobre as notas linguísticas e/ou enciclopédicas que acompanham os termos.

Para concluir a investigação, após a delimitação do que seria a pesquisa, dos modelos teóricos utilizados, da concretização dos estudos em um dicionário terminológico das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, e da discussão de alguns aspectos observados na obra, seguem as **Considerações finais**. Nesse capítulo, são retomadas algumas questões vistas no capítulo anterior, bem como os objetivos gerais e específicos do trabalho.

2 UNIVERSO DA PESQUISA

2.1 Breve história do Turismo

A base do Turismo está na simples movimentação de pessoas com destino a um lugar relativamente distante, que não o de sua residência habitual. Trata-se da acepção tradicional da viagem. Com o aumento do seu fluxo, era preciso criar uma definição que distinguisse o turista do viajante. Adota-se aqui, a definição técnica largamente difundida, datada de 1963, elaborada pelas Nações Unidas, na Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma. Ela leva em conta objetivo, duração da viagem e distância percorrida.

turistas – visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências;
excursionistas – visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo visitantes de cruzeiros marítimos).⁸

Entendido o conceito de turista, agora se procura traçar a história que há entre a simples viagem e a viagem com *status* de atividade econômica, bem como as diferenças de objetivos e dos impactos causados no lugar de origem e no lugar de chegada. Eric J. Leed,⁹ professor da *Florida International University*, analisa esta trajetória, desde a ocorrência da primeira viagem até os dias atuais. Dentre o que é mais significativo, identifica, inicialmente, três grupos: as viagens de caráter épico, as viagens filosóficas e, por fim, as viagens de turistas.

O primeiro deles é composto por aquelas de caráter épico, encaradas como sofrimento e, conseqüentemente, purificação. São bem representadas pela Epopéia de Gilgamesh (datada aproximadamente de 2900 a.C. O protagonista, por um lado, 2/3 Deus, deixa sua vida e parte desesperadamente em busca da imortalidade, difícil de ser alcançada, já que, por outro lado, é 1/3 humano. Nesse sentido, “[...] *il viaggio aveva valore soprattutto per spiegare il fato, o la*

⁸ BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p. 34.

⁹ LEED, Eric J. **La mente del viaggiatore**. Trad. Erica Joy Manucci. Bologna: Mulino, 1992. p. 17.

necessità, e come rivelazione de quelle forze che sostenevano o plasmavano, alteravano e governavano la sorte degli uomini.”¹⁰

O segundo é formado pelas viagens filosóficas, ou seja, aquelas em busca do conhecimento. Em primeiro lugar, estão as viagens antigas e medievais. Os locais que sinalizavam as origens pré-históricas dos povos indo-europeus eram suas metas, devido à sua exemplar administração e vida socialmente organizada. Como exemplos Egito, Índia e Oriente. Tais destinos tomaram forma devido à passagem de pessoas por eles: foram objetos de novos mitos, histórias e cultos.¹¹ Em seguida, surgem as viagens de peregrinação, aproximadamente no séc. IV d.C. Um bom exemplo são aquelas realizadas em direção à “Terra Santa”, lugar fruto da cristianização do mundo romano. Ao mesmo tempo, começam a ser difundidos os textos sacros e, com isso, surge a viagem filosófica. Ela tem por base o livro e não necessariamente o local do qual ele trata: “*Nel Medioevo il viaggio filosofico diviene sempre più un viaggio organizzato e mirato al testo, piuttosto che a un luogo specifico e particolare.*”¹² Ainda nesse período, acontecem as viagens dos cavaleiros, modelo da viagem moderna. O motivo do deslocamento não pertence mais ao grupo, mas sim a questões pessoais. A principal característica desse tipo de viagem é a liberdade que nela existe. Um pouco mais adiante, no Renascimento, deixam-se de lado os centros antigos para privilegiar uma Europa moderna. Essa Europa amplia seu conhecimento, assim como suas posses, com a conquista dos mares e, conseqüentemente, de novas terras. Importante exemplo é a “descoberta” do “Novo Mundo”. A partir do contato entre europeus e os desconhecidos e inesperados habitantes desse novo local, observações a seu respeito começam a ser feitas, quanto à sua organização social, aos seus costumes, ao seu aspecto físico. Este é o embrião das viagens científicas e também da ciência moderna, a qual tem por base a observação direta: “*Impadronirsi di un mondo nella forma del dato divenne la principale motivazione che dava dignità ai viaggi e fece sorgere quell’ istituzione tipica del Settecento: la spedizione scientifica.*”¹³ Um dos estudiosos mais importantes desse período, que se utilizou da viagem para sua ciência, foi Charles Darwin.

O terceiro tipo trata de viagens como as do *Grand Tour*, paralelas às viagens de descoberta. O termo foi definido como “[...] a viagem de um jovem britânico, do sexo masculino, membro da aristocracia, realizada em companhia de um tutor durante a jornada, que

¹⁰ “[...] a viagem tinha valor principalmente para explicar o fado, ou a necessidade, e como revelação das forças que sustentavam ou moldavam, alteravam e governavam o destino dos homens.” (LEED, op. cit., p. 17, tradução nossa).

¹¹ Ibid., p. 172.

¹² “Na Idade Média a viagem filosófica torna-se cada vez mais uma viagem organizada e voltada para o texto, mais que a um lugar específico e especial.” (Ibid., p. 181, tradução nossa).

¹³ “Apropriar-se de um mundo na forma de dado torna-se a principal motivação que dava dignidade às viagens e fez surgir aquela instituição típica do século XVIII: a expedição científica.” (Ibid., p. 226, tradução nossa).

incluía ainda um itinerário previamente fixado que sempre colocava Paris e Roma como principais destinos.”¹⁴ Seu início foi na Inglaterra no século XVI, com auge no século XVIII, espalhando-se, então, pelo continente europeu. Inicialmente houve o *Grand Tour* clássico, em que o objetivo era apenas o enriquecimento cultural no contato com outros lugares e suas respectivas culturas. Em seguida, surgiu o *Grand Tour* romântico, em que havia a valorização da paisagem, aliando também prazer a essa viagem. Com a imprensa, tais locais passaram a ser divulgados, inicialmente por jornais, até ganharem espaço de destaque nos guias turísticos. Tais viagens também impulsionaram a criação de locais onde se poderia dormir, bem como aqueles onde se poderia comer, estabelecidos principalmente onde havia grande circulação de pessoas. Ao longo dessas rotas, era preciso também que fossem melhoradas as condições das estradas, pois ofereciam riscos àqueles que viajavam, por falta de manutenção. Outra possibilidade seria a construção de novas vias de acesso. Primeiramente essas rotas eram percorridas por cavalos, então por veículos com rodas, passando por carroças, carruagens e diligências que levavam até 8 pessoas. No século XIX foi dado um grande passo, foram construídas as rodovias e criadas as locomotivas. Com melhorias gradativas, cada vez mais e mais pessoas viajavam. Na Europa, surgiu, então, Thomas Cook. Nota-se, pelas suas ações, que ele foi o primeiro agente de viagens. Trouxe muitas inovações para o período. Dentre elas, pensou em formas de promover a viagem de pessoas com outras faixas de renda que não apenas daquelas com grandes posses, além de usar campanhas publicitárias para fazer a divulgação de suas viagens. Essa expansão requisitava novas conquistas. Logo, ele foi responsável também pelos pacotes de turismo: inicialmente vendia apenas as passagens, depois percebeu que seria interessante negociar com os hotéis que estavam no caminho das viagens, bem como com estabelecimentos onde era possível fazer refeições. Conseguiu aumentar o fluxo de turistas com a diminuição das taxas e também foi o responsável pela criação das primeiras viagens de grupo. No século XIX, outros operadores se valeram das mesmas ideias, iniciaram-se novas ofertas e, com isso, a concorrência no setor.

Ao mesmo tempo, os transportes vinham se desenvolvendo. O primeiro deles foi o ferroviário. Após a criação das ferrovias, os trens, também no século XIX, deveriam não apenas transportar os passageiros, mas, além disso, deveriam oferecer certo conforto. O luxo também passou a interessar. Melhor exemplo é a criação do Expresso do Oriente, que ligava Paris a Constantinopla. Também no final do século XIX, desenvolveu-se a viagem marítima, com a criação dos transatlânticos, os quais transportavam passageiros de todas as classes sociais. No

---

¹⁴ BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 33.

início do século XX, surgiu o avião. Na década de 1960, foram apresentados os grandes aviões comerciais, *widebody*. Assim, o transporte seguiu seu curso, adaptando-se também às novas necessidades e aprimorando seus serviços. Todas essas inovações, proporcionando o aumento das viagens, principalmente daquelas em grupos, deram origem ao turismo de massa.

Cook tornou acessível a viagem e o turismo a pessoas da classe trabalhadora e da classe média, padronizando-os e produzindo-os em massa, assim como Henry Ford faria com automóveis 50 anos depois. Ford foi o idealizador da esteira na produção industrial, e o turismo acabou assemelhando-se à produção fordista; pessoas com um mesmo comportamento, visitando os mesmos lugares, consumindo as mesmas coisas.¹⁵

O apogeu dessa modalidade de turismo aconteceu no século XX, principalmente devido à criação das férias remuneradas, possibilitando à grande classe trabalhadora ter esse momento de lazer. Isso aconteceu principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao crescimento econômico e consequente melhoria de condições de trabalho, como, por exemplo, o aumento de salários.

Pode-se, identificar, então, as seguintes características da viagem moderna:

*[...] la volontarietà della partenza, la libertà implicita nelle indeterminatezze della mobilità, il piacere del viaggio liberato dalla necessità, l' idea che esso significhi autonomia e sia un mezzo per dimostrare ciò che uno è 'veramente', indipendentemente dal suo contesto o da una serie di associazioni che lo definiscono [...].*¹⁶

Como se pôde notar, primeiro surgiram as viagens individuais e depois aquelas em grupos. No primeiro caso, os benefícios eram gozados sobretudo pelo próprio turista. Por meio das viagens, ele entrava em contato com outras pessoas e, consequentemente, trocava experiências, principalmente em âmbito cultural. Além disso, ele podia conhecer os bens culturais e naturais presentes nesse novo lugar. Com o surgir de novas motivações, com o aumento das viagens, principalmente das realizadas em grupos, a atividade turística começou a se expandir cada vez mais e mais, adquirindo novos sentidos e assumindo novas responsabilidades. Quanto aos sentidos, Andrade¹⁷ apresenta a seguinte tipologia do turismo: de férias, cultural, de negócios, desportivo, relativo à saúde e aquele relativo à religião. Quanto às responsabilidades, o setor se transformou em um dos que mais gera divisas para muitos países,

¹⁵ BARBOSA, 2002, p. 53.

¹⁶ “[...] a espontaneidade da partida, a liberdade implícita nas incertezas da movimentação, o prazer da viagem livre da necessidade, a ideia que isso signifique autonomia, ou seja, um meio para demonstrar aquilo que uma viagem é ‘verdadeiramente’, independentemente do seu contexto ou de uma série de associações que a definem.” (Ibid., p. 24, tradução nossa).

¹⁷ ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997. p. 43.

sendo conhecido, por alguns autores, como “indústria do turismo”. Há controvérsias quanto a essa denominação, pois se subentende que a indústria transforma a matéria-prima em bens de consumo.¹⁸ O que realmente importa é que tal expressão quer demonstrar o grande potencial e a sua conseqüente importância para a economia de qualquer local. Desse modo, os benefícios deixaram de contemplar apenas aquele que viaja, mas se estenderam também para a economia do local de partida e para o local de destino.

Após essa breve apresentação da história do Turismo, é possível tratar, então, da atual organização do setor no mundo.

2.2 Questões de destaque sobre a área do Turismo

O Turismo se sobressaiu em 2007, segundo dois pontos de vista principais. O primeiro é o econômico e o segundo, parte da perspectiva da preservação.

Em relação ao ponto de vista econômico, é preciso mencionar o *World Economic Forum* (WEF), responsável por pesquisas sobre o setor em âmbito mundial. Em março de 2007, foi divulgada a primeira edição de *Travel & Tourism competitiveness report*, baseada em dados levantados em 2006. Foram analisados 124 países, quanto ao potencial turístico. Os quesitos da pesquisa tratavam de itens como segurança, saúde e higiene, transporte, além de recursos humanos, naturais e culturais dos países. O Brasil atingiu a 59ª colocação, enquanto a Itália ocupou a 33ª. No primeiro país, os maiores problemas identificados diziam respeito à segurança e ao transporte. No segundo, os pontos negativos que o impediram de estar mais bem colocado foram suas regras e regulamentações políticas. Quanto aos bens culturais e naturais, o país sul-americano ocupou a 42ª colocação, enquanto que o país europeu mereceu a 20ª.¹⁹ Em março de 2008, foi divulgada a segunda edição do estudo *Travel & Tourism competitiveness report*, agora sob o tema *Balancing Economic Development and Environmental Sustainability*, ao qual foi atribuída grande importância às questões ambientais. Dessa vez, foram analisados 130 países. No cômputo geral, as posições de ambos os países melhoram: o Brasil foi o 49º colocado, subindo dez posições em relação ao ano anterior, e a Itália, foi o 28º. Quanto aos recursos humanos, naturais e culturais, o Brasil está em 6º e a Itália em 15º, apesar de ela ocupar a

---

¹⁸ BENI, op. cit., p. 33.

¹⁹ WORLD ECONOMIC FORUM. **The travel & tourism competitiveness report 2007**: furthering the process of economic development. Geneva, 2007. p. 40-41; 116-117. Disponível em: <www.weforum.org/pdf/tourism/Part3.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2007.

primeira colocação quanto à quantidade de sítios do Patrimônio Mundial em seu território. Especificamente quanto aos recursos naturais, o Brasil foi o 3º colocado e o 12º em relação aos culturais; a Itália ocupou, respectivamente, o 60º e o 8º lugar. Um dos pontos mais positivos para o Brasil foi estar em primeiro lugar quanto ao número de espécies conhecidas.²⁰ Apesar das ótimas colocações conseguidas em 2008, ambos os países têm várias questões sobre as quais se debruçarem.

A questão da preservação, seja do *Patrimônio Cultural* ou do *Patrimônio Natural*, ocupou espaço significativo em todo o ano. Desde seu início, a mídia bombardeou o público com uma série de notícias sobre esse assunto, fruto de muita movimentação feita nesse sentido. Foram realizadas muitas convenções, encontros, tanto por parte do poder público, quanto por parte da iniciativa privada. Todos esses eventos foram amplamente divulgados pela mídia, o que fez com que diferentes eventos acontecendo em diversas partes do mundo, tratando das mesmas questões, revelassem a preocupação proveniente dos quatro cantos do globo. Houve também algumas manifestações em caráter mundial. Com base na questão das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, ou seja, a estátua de Zeus e o Colosso de Rodes, na Grécia; o templo de Diana e o Mausoléu de Halicarnasso, na Turquia; o Farol de Alexandria, no Egito; os Jardins Suspensos da Babilônia, no Iraque; e as Pirâmides, no Egito, das quais só restaram estas últimas,²¹ foi sugerida uma votação mundial para a escolha das Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Na Antiguidade foi um único homem que declarou suas preferências e estas foram aceitas. A proposta agora, vinda da iniciativa privada, mais especificamente da *The New Seven Wonders Foundation*, sugeriu que toda a população mundial votasse. Seu principal canal foi a internet, por meio do *site* www.newsevenwonders.com. Alguns países se demonstraram muito interessados nessa ideia. Por isso, o Brasil disponibilizou também o *site* www.corcovado.com.br para que um de seus monumentos fosse votado. Na última fase da seleção havia 21 finalistas. O resultado foi apresentado em 07/07/07 (07 de julho de 2007). Os vencedores foram o monumento de *Petra*, na Jordânia; *Machu Pichu*, no Peru; o *Taj Mahal*, na Índia; o Coliseu, na Itália; a pirâmide de *Chichén Itzá*, no México; a Grande Muralha, na China; e o Cristo Redentor, no Brasil²². É possível que esse modo de participação ativa faça com que as pessoas de todos os continentes se deem conta do *Patrimônio Turístico* existente em seus territórios ou mesmo em outras parte do mundo, e da importância de responsabilizar-se por sua preservação.

---

²⁰ WORLD ECONOMIC FORUM, op. cit.

²¹ AS SETE MARAVILHAS DO MUNDO ANTIGO. **Cultura brasileira**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/7wonders.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

²² THE NEW SEVEN WONDERS FOUNDATION. **New 7 wonders**. Disponível em: <<http://www.new7wonders.com/index.php?id=633&L=0>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

O ato de votar sugere indiretamente uma responsabilidade social, ou seja, cada cidadão deve se preocupar com os sítios escolhidos. É muito mais fácil de se ter esses cuidados com o que se tem apreço ou se tem maior proximidade. Em contrapartida, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarou não participar dessa empreitada, sendo um dos motivos a falta de critérios científicos para essa escolha.²³ De qualquer forma, a população conseguiu ser atraída e, espera-se, que ela se responsabilize pela preservação do que escolheu. Houve também manifestações artísticas de grande alcance, como o *Live Earth*, preocupada com as questões ambientais, principalmente as mudanças climáticas. O índice de catástrofes naturais vem aumentando, o que compromete tanto a vida humana quanto o *Patrimônio Natural* e o *Patrimônio Cultural* do local onde elas ocorrem. Apresentaram-se mais de 100 artistas, intercalando-se com os informes sobre essas questões. Os shows aconteceram em Sidney (Austrália), Tóquio (Japão), Xangai (China), Istambul (Turquia), Joanesburgo (África do Sul), Londres (Reino Unido), Hamburgo (Alemanha), Rio de Janeiro (Brasil) e Nova Iorque (Estados Unidos).²⁴ O ano de 2008, por sua vez, foi escolhido como o “Ano Internacional do Planeta Terra”. A proposta foi feita conjuntamente pela UNESCO e pela União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS). Participam do movimento vários países, entre eles Brasil e Itália. Apesar de este ser o ano central, as atividades começaram a ser desenvolvidas em janeiro de 2007 e foram até dezembro de 2009. Os objetivos principais são, com base nas ciências da terra, tentar sanar ou reduzir a ocorrência de alguns problemas, como os desastres naturais, os problemas de saúde das populações, entre outros. A preocupação, nesse caso, não é diretamente ligada ao Patrimônio, mas indiretamente também o toca.²⁵ Em linha de máxima, são estas as principais manifestações que se relacionam à preservação.

Logo, verifica-se que a área do Turismo, bem como a subárea do *Patrimônio Turístico*, são objeto de olhares de todo o mundo, pois realmente envolvem a todos.

²³ UNESCO (Brasil). **Últimas notícias.** Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/unescosetemaravilhas/mostra_documento>. Acesso em: 07 abr. 2008.

²⁴ FRANÇA, Jamari. Maratona pelo meio ambiente Live Earth terá transmissão ao vivo de 24 horas para o Brasil. **O Globo on-line**, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2007/06/22/296484421.asp>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

²⁵ ANO INTERNACIONAL DO PLANETA TERRA. **Planeta Terra.** Disponível em: <<http://aipt.mct.gov.br/index.php/content/view/13.html>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

2.3 Organização da área do Turismo e da subárea do *Patrimônio Turístico* no Mundo

O objetivo deste item é observar o trajeto realizado a fim da organização e do gerenciamento do setor no mundo, considerando-se algumas das principais instituições que dele se ocupam em âmbito mundial ou internamente nos países de interesse para este trabalho, ou seja, Brasil e Itália.

Uma das mais importantes e reconhecidas é a Organização Mundial do Turismo (OMT), com essa denominação desde 1975. Está representada nas Américas, África, Oeste da Ásia e Pacífico, Europa, Meio Oriente e sul da Ásia. Foi desde 1925 uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), mas, em 1945, passou a operar oficialmente como uma organização internacional não governamental, que substituiria a *Union of Official Tourist Propaganda Organizations* (IUOTPO), criada em 1934. Em linhas gerais, a OMT tem por objetivo promover o desenvolvimento do turismo, com particular atenção para os países em desenvolvimento.²⁶ Atualmente possui como membros 160 países e territórios, além de outras 350 entidades, entre as quais representantes do setor privado, instituições educacionais, associações de turismo e autoridades de turismo local.

Outra agência especializada das Nações Unidas é a UNESCO. Fundada em 1945, composta por 193 Estados-Membros e seis Membros Associados, “[...] funciona como um laboratório de idéias e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes.”²⁷ Atua nas seguintes áreas: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e, por fim, Comunicação e Informação. O setor relevante para este trabalho é o da Cultura, no qual, dentre as preocupações como a diversidade cultural, com os direitos autorais, está também a preocupação com o Patrimônio Mundial. Isso mostra que a instituição não tem por objetivo se ocupar da grande área do Turismo, mas sim com sua subárea, *Patrimônio Turístico*, a qual desperta interesse mundial, principalmente devido à questão da preservação. Nesse sentido, uma das mais importantes atribuições da UNESCO é funcionar como a principal organização internacional responsável pela confecção de instrumentos normativos, como a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, de 2005; a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural

²⁶ WORLD TOURISM ORGANIZATION. **About WTO.** Disponível em: <<http://www.unwto.org/aboutwto/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

²⁷ UNESCO (Brasil). **Sobre a UNESCO.** Disponível em: <http://www.unesco.org.br/unesco/sobreunesco/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 06 mar. 2008.

Imaterial”, de 2003; e a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001”, entre outros documentos.

Há outros organismos, com alcance um pouco menor. No setor privado, desde 1990, há o *World Travel & Tourism Council* (WTTC), um fórum para homens de negócios da indústria da viagem e do turismo.²⁸ Entre seus membros estão companhias aéreas, agências de cartões de crédito, redes de hotéis e outras empresas relacionadas ao setor. Atua basicamente em três frentes: global, na qual se empenha em oferecer voz efetiva para a indústria no diálogo com os governos; regional, na qual também em diálogo com a administração pública, focaliza algumas regiões com alto potencial turístico, mas que apresentam alguns empecilhos para o seu desenvolvimento; e, por fim, a última frente realiza pesquisas sobre o grande impacto que o turismo provoca sobre a economia de 176 países. A partir desse panorama, é possível partir para a compreensão da grande área do Turismo e da subárea do *Patrimônio Turístico* nos países já mencionados.

2.4 Organização da área do Turismo e da subárea do *Patrimônio Turístico* no Brasil e na Itália

Apresentam-se, de modo simplificado, as instituições responsáveis pela grande área do Turismo e pela subárea do *Patrimônio Turístico* no Brasil e na Itália. Como se sabe, o Turismo possui um *status* diferenciado em cada país, ou seja, não há unanimidade quanto à sua classificação quanto ao ramo da produção que representa. Além disso, relaciona-se com uma série de outras atividades econômicas, órgãos públicos e entidades privadas, fato que necessitaria de outra pesquisa para contemplar a questão.²⁹ Por isso, serão apenas apresentadas as instituições consideradas mais significativas para esta pesquisa.

O Brasil é membro de algumas instituições internacionais, além de possuir suas próprias. Em 1985 se associou à OMT, embora a organização tenha começado a atuar em seu território desde 1950. Atualmente ela é representada pelo Instituto Brasileiro de Turismo, a antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e pelo Governo Federal.

A EMBRATUR foi o primeiro organismo público brasileiro de vulto a ocupar-se do Turismo. Criado em 1966, seu objetivo era gerenciar o turismo em expansão, o qual seria

²⁸ WORLD TRAVEL & TOURISM CONCIL. **About WTTC.** Disponível em: <http://www.wttc.travel/eng/About_WTTC/>. Acesso em: 03 mar. 2008.

²⁹ BENI, op.cit., p. 107.

possível fonte de divisas e empregos para a economia nacional. Em 1991, recebeu o nome de Instituto Brasileiro de Turismo. A crescente ampliação do setor gerou a necessidade, em 2003, da criação do Ministério do Turismo (MTur). Este, de certa forma, assumiu as funções que inicialmente eram da EMBRATUR, ou seja:

- I. assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e se dedicar ao preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- II. promover a articulação entre o Ministério e os órgãos que compõem a Presidência da República;
- III. providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional e acompanhar o andamento dos projetos em tramitação de interesse do Ministério;
- IV. providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação do Ministério;
- V. planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério;
- VI. assistir o Ministro de Estado nos seus deslocamentos no âmbito do território nacional e no exterior;
- VII. receber, registrar, responder e/ou solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e interesses dos usuários dos serviços turísticos;
- VIII. coordenar e desenvolver atividades no âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do Ministério, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da Administração Pública;
- IX. exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.³⁰

A partir dessa data, a EMBRATUR passou a concentrar-se “[...] na promoção, no marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.”³¹ Atualmente divulga o turismo do país, apresentando as seguintes possibilidades de roteiro: sol e praia, cultura, ecoturismo, esportes, negócios e eventos, aventura e turismo rural. O ministério ainda é composto pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, responsável pela regionalização do Turismo, pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, responsável pela promoção e apoio à comercialização e pelo Conselho Nacional do Turismo, responsável pelo diálogo com as unidades da federação, a iniciativa privada e o terceiro setor,³² do qual faz parte.

O país, em 1964, passou a ser um membro da UNESCO, com um Escritório Nacional no âmbito do Cluster Mercosul e Chile. Em 1972, em Brasília, um novo escritório foi criado. É conhecido como Escritório da UNESCO no Brasil (UBO). Suas atividades se intensificaram a partir da década de 1990, fazendo com que ele tenha se tornado um dos mais representativos no mundo. Sua atuação se dá principalmente por meio de “[...] convênios de cooperação técnica,

³⁰ BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

³¹ Id. **Institucional**. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2006.

³² BRASIL, 2008.

tanto com o governo como com a sociedade civil”.³³ A instituição, que também se ocupa do *Patrimônio Turístico*, faz algumas determinações e exigências. No documento de 1972, “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, no capítulo II, intitulado “Proteção Nacional e Proteção Internacional do Patrimônio Cultural e Natural”, estão estabelecidas as atribuições dos estados-membros da Organização. Em linhas gerais, cada um deve “[...] identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território.”³⁴ Para esse fim, deve seguir o que foi estabelecido pelo artigo 5:

- a) adotar uma política geral com vistas a atribuir função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e a integrar sua proteção aos programas de planejamento;
- b) instituir no seu território, caso não existam, um órgão (ou vários órgãos) de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal capacitado, que disponha de meios que lhe permitam desempenhar suas atribuições;
- c) desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado enfrentar os perigos ao patrimônio cultural ou natural;
- d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras cabíveis para identificar, proteger, conservar, valorizar e reabilitar o patrimônio; e
- f) fomentar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação em matéria de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.³⁵

Observa-se no item b, a obrigação de criar um órgão nacional que se ocupe do assunto. Para isso, em 30 de novembro de 1937, por meio do Decreto-lei nº 25, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atualmente vinculado ao Ministério da Cultura.³⁶ É

[...] responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.³⁷

³³ UNESCO (Brasil). **Histórico**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/unesco/organizacaoBrasil/historicoUBO/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 07 mar. 2008.

³⁴ UNESCO (Brasil). **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. p. 4. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

³⁵ Ibid., p. 4.

³⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12149&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

³⁷ Id. **Iphan**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

Sua administração central está em Brasília e no Palácio Gustavo Capanema, na cidade do Rio de Janeiro. Nos estados e municípios, encontram-se também 21 Superintendências, 6 Sub-regionais e 27 Escritórios Técnicos. O arquivo central, também na cidade carioca, se torna responsável “[...] pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país, assim como pela emissão de certidão para efeito de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo e nos Livros de Registro do Patrimônio Imaterial.”³⁸ Livros do Tombo são os livros que registram os bens tombados do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural* brasileiros. São quatro: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas Artes; e 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas. A função dos outros livros é a mesma no que tange ao Patrimônio Imaterial. A diferença entre essa classificação do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural* em relação ao Patrimônio Imaterial será vista posteriormente. A partir do artigo 4º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi exigido o tombamento dos bens brasileiros e seu registro nos Livros do Tombo, criados no momento para esse fim.³⁹ Até hoje, o instituto fez os cálculos e conta com os seguintes bens:

São mais de 20 mil edifícios tombados, 83 centros e conjuntos urbanos, 12.517 sítios arqueológicos cadastrados. Além de mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos em vídeo.⁴⁰

Conforme dito, o tombamento dos bens, sejam culturais ou naturais, em todo o território brasileiro, é feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No que se refere à legislação do *Patrimônio Cultural*, não há ainda no Brasil nada específico para atender o que foi estabelecido pela UNESCO.⁴¹ O país se serve da mesma legislação utilizada na proteção de bens imóveis, edificados e de centros históricos urbanos. Já no que se refere ao *Patrimônio Natural*, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

³⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Estrutura organizacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=1020&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

³⁹ Id. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

⁴⁰ Id., **Estrutura organizacional**.

⁴¹ DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O Patrimônio Natural no Brasil. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

Renováveis (IBAMA). É uma autarquia do Governo Federal, criado pela Lei nº 7.735,⁴² de 22 de fevereiro de 1989. É vinculado atualmente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado, por sua vez, em 1992. Sua sede também se encontra em Brasília. Apresenta a seguinte estrutura administrativa: além da sede, é composto por diversas diretorias, além de Superintendências; Gerências Executivas; Escritórios Regionais; e Centros Especializados em todo o país.⁴³ Suas funções são:

[...] propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; o zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento ambiental, nas atribuições federais; a implementação do Cadastro Técnico Federal; a fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; a geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; o monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; o apoio às emergências ambientais; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros.⁴⁴

Em 2007, houve uma reorganização do referido Ministério. O Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007 regulamenta a sua nova estrutura, bem como as das respectivas funções de cada parte integrante. Identificou-se uma secretaria específica, importante para a presente pesquisa: a Secretaria de Biodiversidade e Florestas. É composta por quatro departamentos: 1) Departamento da Conservação da Biodiversidade, 2) Departamento de Florestas, 3) Departamento das Áreas Protegidas e 4) Departamento do Patrimônio Genético. Dentre eles, o mais relevante no âmbito desta pesquisa é o terceiro, dada a sua temática. Ele é regulamentado pelo artigo 21 do referido decreto e tem por competências:

I – subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:
a) a ampliação e a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e outras áreas especialmente protegidas;
b) a gestão de unidades de conservação e de outras modalidades de áreas especialmente protegidas;
c) a implementação do SNUC; e
d) a manutenção, com a colaboração do IBAMA e dos órgãos estaduais e municipais responsáveis pela gestão das unidades de conservação integrantes do SNUC, do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;

⁴² BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 fev. 1989. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm>. Acesso em: 09 mar. 2008.

⁴³ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 17 mar. 2008

⁴⁴ Id. **Quem é quem**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/quem-e-quem/>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

- II – promover a articulação e o desenvolvimento institucional para a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- III – coordenar, na qualidade de secretaria-executiva, as atividades:
  - a) da Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
  - b) do Fórum Nacional de Áreas Protegidas; e
  - c) da Comissão Brasileira do Programa MAB – Homem e a Biosfera, da UNESCO – COBRAMAB;
- IV – estabelecer sistema de mosaicos de áreas protegidas, associando às unidades de conservação corredores ecológicos que garantam sua conectividade e o fluxo gênico da biodiversidade;
- V – propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;
- VI – acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação; e
- VII – coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação; e
- VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e
- IX – executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.⁴⁵

Para apoiar o trabalho de todos esses órgãos e institutos, é preciso uma legislação consistente. O Brasil demonstrou bastante empenho em relação ao que foi feito visando à regulamentação do *Patrimônio Natural*. Dentre os principais documentos, está o capítulo VI da Constituição Federal de 1988, relativo ao Meio Ambiente. É composto pelo artigo nº 225⁴⁶ e a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), além de se preocupar com outras questões.⁴⁷ Há ainda uma série de leis, decretos-lei, resoluções e portarias que vêm sendo desenvolvidos dia a dia.

Dessa forma, quanto à estrutura administrativa brasileira, observa-se que o Ministério do Turismo se ocupa da grande área do Turismo. Em relação à subárea do *Patrimônio Turístico*, são responsáveis o IPHAN e o IBAMA e, mais recentemente, o Departamento das Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente. Em território italiano, há o *Dipartimento per lo Sviluppo e la Competitività del Turismo*, o órgão maior que se preocupa com o Turismo, além da *Agenzia Nazionale del Turismo*, antiga ENIT. Quanto às questões relativas ao *Patrimônio Cultural* ou ao *Patrimônio Natural*, o país possui o *Ministero per i Beni e le Attività Culturali* (MiBAC).

O *Dipartimento per lo Sviluppo e la Competitività del Turismo* é um dos departamentos ligado à Presidência do Conselho dos Ministros. É composto por três partes, isto é, pela chefia e

⁴⁵ BRASIL. Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/cgti/_arquivos/estrutura_regimental_2007.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2008.

⁴⁶ Id. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2008.

⁴⁷ Id. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 18 jul. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

por mais dois escritórios, assim nomeados: *Ufficio per la programmazione e il coordinamento delle politiche turistiche* e *Ufficio per lo sviluppo del turismo e la gestione degli interventi*.⁴⁸

Com o artigo 1º, parágrafo 19, do Decreto-lei nº 181 de 18 de maio de 2006, modificado pela Lei nº 233 de 17 de julho de 2006, também pelo artigo 15, parágrafo 5, do Decreto-lei nº 262 de 3 de outubro de 2006, modificado pela última vez em 24 de novembro de 2006, pela Lei nº 286, o Primeiro-ministro deve realizar:

- *compiti di elaborazione, anche in raccordo con le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano degli indirizzi generali, dei principi e degli obiettivi per la valorizzazione e lo sviluppo competitivo del sistema turistico nazionale, in attuazione anche di quanto previsto dalla legge 29.03.2001, n. 135;*
- *iniziative di incentivazione in favore del settore turistico, programmazione e gestione di fondi strutturali;*
- *vigilanza sull'ENIT, sull'ACI e sul CAI;*
- *assistenza alla domanda turistica;*
- *promozione degli investimenti turistici all'estero ed in Italia;*
- *riconoscimento dei titoli di studio e autorizzazione all'esercizio delle attività professionali turistiche per i cittadini comunitari ed extracomunitari;*
- *relazioni istituzionali con l'Unione Europea e partecipazione alle fasi ascendente e discendente dell'elaborazione delle norme comunitarie;*
- *rapporti con le Organizzazioni Internazionali e con gli altri Stati Esteri nel settore di competenza.*⁴⁹

Correspondente à EMBRATUR, ou seja, ao instituto responsável pela promoção turística e comercialização dos produtos turísticos, está o *Ente Nazionale Italiano per il Turismo* (ENIT), criado em 1919. Com a Lei nº 80, de 14 de maio de 2005, foi transformado em *Agenzia Nazionale del Turismo*, mas manteve a sigla que o denominava anteriormente. Sua sede está em Roma, mas conta também com 24 escritórios em outros países, um, inclusive, na cidade de São Paulo. A Agência executa as seguintes funções:

⁴⁸ ITALIA. Dipartimento per lo Sviluppo e la Competitività del Turismo. **Organigramma**. Disponível em: <<http://www.governo.it/Presidenza/DSCT/organigramma.html>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

⁴⁹ “- tarefas de elaboração, mesmo em articulação com as Regiões e Províncias Autônomas de Trento e Bolzano, algumas orientações diretrizes gerais, alguns princípios e objetivos para a valorização e o desenvolvimento do sistema turístico nacional, em execução, inclusive nos termos da Lei nº 135, 2001.

- iniciativas de incentivo em favor do setor turístico, planejamento e gestão dos fundos estruturais;

- vigilância de ENIT, de ACI e de CAI;

- assistência à demanda turística;

- promoção de investimentos turísticos no exterior e na Itália;

- reconhecimento de diplomas e autorização do exercício de atividades profissionais turísticas para cidadãos da Comunidade Europeia ou não;

- relações institucionais com a União Europeia e participação das fases ascendente e descendente da elaboração das normas da comunidade;

- relações com Organizações Internacionais e outros países estrangeiros no setor de competência.” (Id. **Competenze**. Disponível em: <<http://www.governo.it/Presidenza/DSCT/index.html>>. Acesso em: 09 mar. 2008, tradução nossa).

- orientare l'offerta turistica nella scelta dei mercati, sia tradizionali che emergenti, attraverso l'elaborazione del Piano Nazionale promozionale triennale e dei relativi piani esecutivi annuali, da sottoporre all'approvazione del Ministero vigilante, sentita, per i soli Piani triennali, la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano;
- coordinare e realizzare programmi comuni con le Regioni e partecipare ai progetti integrati di promozione dotando le Regioni stesse di una struttura e di una rete internazionale al loro servizio;
- assistere e sostenere il sistema delle imprese turistiche nella commercializzazione dei prodotti da vendere all'estero e che necessitano di spazi commerciali, sedi espositive, workshop d'affari, opportunità di partecipazione a manifestazioni, saloni e borse mirate e 'monografiche';
- attuare forme di collaborazione con gli Uffici della rete diplomatico-consolare e con le altre rappresentanze italiane all'estero, secondo quanto previsto da apposito Protocollo d'intesa;
- attuare forme di collaborazione con gli Uffici della rete diplomatico-consolare e con le altre rappresentanze italiane all'estero, secondo quanto previsto da apposito Protocollo d'intesa;
- partecipare con altri enti e società anche private alla promozione del turismo, a garanzia di una maggiore economicità e funzionalità della sua azione.⁵⁰

O Turismo italiano é por ela divulgado nas seguintes frentes: *arte, natura, storia, tempo libero, sapori, terme*.

A título de esclarecimento, tanto o *Automobile Club Italiano* (ACI) quanto o *Club Alpino Italiano* (CAI), citados anteriormente, são órgãos do governo italiano. O primeiro se ocupa do automobilismo italiano, ou seja, de sua divulgação, da parte esportiva e também do estudo sobre a mobilidade de pessoas e mercadorias no país.⁵¹ O segundo é uma associação que “[...] *ha per iscopo l'alpinismo in ogni sua manifestazione, la conoscenza e lo studio delle montagne, specialmente di quelle italiane, e la difesa del loro ambiente naturale*.”⁵² Preocupa-se com os esportes que envolvem o ambiente de montanha, assim como a proteção e valorização do mesmo.

⁵⁰ “- orientar a oferta turística na escolha dos mercados, sejam tradicionais sejam emergentes, através do Plano Nacional promocional trienal e dos relativos planos executivos anuais, para submeter à aprovação do Ministério responsável, observada, somente para os Planos Trienais, a Conferência Permanente para as relações entre o Estado, as Regiões e as Províncias Autônomas de Trento e Bolzano;

- coordenar e implementar programas conjuntos com as Regiões e participar dos projetos integrados de promoção dotando as próprias regiões de uma estrutura e uma rede internacional a seu serviço;

- assistir e apoiar o sistema de empresas de turismo na comercialização de produtos para venda no exterior e que necessitam de espaços comerciais, centros de exposições, workshops de negócios, oportunidades de participação em eventos, exposições e bolsas de estudos orientados e ‘monográficas’;

- implementar formas de cooperação com os Escritórios da rede diplomático-consular e com as outras representações italianas no exterior, conforme o previsto por um especial Protocolo de Aliança;

- participar com outros órgãos e companhias privadas na promoção do turismo, na garantia de uma maior economia e funcionalidade da sua ação.” (ENIT. AGENZIA NAZIONALE DEL TURISMO. ENIT. **Natura giuridica e funzioni**. Disponível em: <<http://www.enit.it/chiSiamo.asp?Lang=IT>>. Acesso em: 10 mar. 2008, tradução nossa).

⁵¹ AUTOMOBILE CLUB D'ITALIA. **Mission**. Disponível em: <<http://www.aci.it/index.php?id=129>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

⁵² “[...] tem por objetivo o alpinismo em cada uma das suas manifestações, o conhecimento e o estudo das montanhas, especialmente das italianas, e a defesa do seu ambiente natural.” (CLUB ALPINO ITALIANO. **La nostra storia**. Disponível em: <<http://www.cai.it/index.php?id=10>>. Acesso em: 17 mar. 2008, tradução nossa).

Para cuidar do *Patrimônio Turístico*, a estrutura do país é muito mais complexa. Como dito, quem se ocupa dessa questão é o *Ministero per i Beni e le attività culturali* (MiBAC). Até ele assumir a configuração atual, passou por muitas modificações. Em 14 de dezembro de 1974 foi instituído o *Ministero per i Beni Culturali e Ambientali*, com o Decreto-lei nº 657, modificado pela Lei nº 5 de 29 de janeiro de 1975, com publicação no Diário Oficial Italiano nº 43, de 14 de fevereiro do mesmo ano. A princípio, era responsável pela gestão do *Patrimônio Cultural* e *Patrimônio Natural*. Em 20 de outubro de 1998, com o Decreto-lei nº 368, o órgão adquiriu a denominação de *Ministero per i Beni e le Attività Culturali*, com as mesmas funções do antigo ministério, além de ser responsável pelo esporte e por todo tipo de apresentação artística como cinema, teatro, dança, música, entre outros. Em 18 de maio de 2006, com o Decreto-lei nº 181, o *Ministero per le Politiche Giovanili e Attività sportive* passa a se encarregar também dos esportes. Em 26 de novembro de 2007, com o Decreto nº 233, publicado no Diário Oficial Italiano nº 291 de 15 de dezembro de 2007, no Suplemento Ordinário nº 270, é aprovado o novo *Regolamento di riorganizzazione del Ministero per i Beni e le Attività Culturali*, com o artigo 1º, parágrafo 404, da Lei nº 296 de 27 de dezembro de 2006.⁵³ A estrutura atual conta com a Secretaria-Geral, nove diretorias, um conselho, sete comissões técnico-científicas, institutos, arquivos, bibliotecas, diretorias regionais, superintendências, entre outros. As nove diretorias, assim como a Secretaria-Geral, localizam-se em Roma. São elas:

- *Direzione Generale per l'organizzazione, l'innovazione, la formazione, la qualificazione professionale e le relazioni sindacali;*
- *Direzione Generale per il bilancio e la programmazione economica, la promozione, la qualità e la standardizzazione delle procedure;*
- *Direzione Generale per i Beni Archeologici;*
- *Direzione Generale per la qualità e la tutela del paesaggio, l'architettura e l'arte contemporanee;*
- *Direzione Generale per i beni architettonici, storico artistici ed etnoantropologici;*
- *Direzione Generale per gli archivi;*
- *Direzione Generale per i beni librari, gli istituti culturali ed il diritto d'autore;*
- *Direzione Generale per il cinema;*

⁵³ ITALIA. Decreto nº 233, 26 novembre 2007. Regolamento di riorganizzazione del Ministero per i beni e le attività culturali, a norma dell'articolo 1, comma 404, della legge 27 dicembre 2006, n. 296. GURI, Roma, 2007. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/default.asp?nd=mi>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

- *Direzione Generale per lo spettacolo dal vivo*.⁵⁴

Apesar de tantas diretorias específicas, é a Secretaria-Geral que coordena, principalmente, as ações de catalogação, preservação e valorização do Patrimônio.⁵⁵ No *site* do Ministério, há o aviso de que a instituição está em fase de reformulação no momento,⁵⁶ já que a última lei que apresentava modificações foi aprovada recentemente, no final de 2007. No *site* das diretorias também há informação semelhante. Nota-se que nem todas as nove aparecem totalmente com a nova configuração. As funções foram redistribuídas a partir do Decreto nº 233 de 26 de dezembro de 2007. Com isso, as antigas diretorias ganharam novas denominações, as quais foram apenas apresentadas.

Quanto à legislação, a italiana é muito consistente no que se refere às questões da tutela do *Patrimônio Turístico*, sobretudo do *Patrimônio Cultural*. Um dos seus principais documentos é o “*Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*”, instituído com o Decreto-lei nº 42 de 22 de janeiro de 2004, com alterações aprovadas pelos Decretos nº 156 e nº 157 de 24 de março de 2006. É um documento detalhado, com 184 artigos e um anexo⁵⁷. Baseou-se no documento “*Convenzione Europea del Paesaggio*”. Foi oficializado na Itália em 09 de janeiro de 2006, com o Decreto-lei nº 14, mas elaborado em Florença, em 20 de outubro de 2000. Foi assinado, em princípio, por 27 países e ratificado, posteriormente, por mais 10. Foi um documento adotado pelo *Consiglio d’Europa*, uma organização internacional, com sede em Estrasburgo, com a missão de promover a democracia, proteger os direitos do homem e o estado de direito, que conta, atualmente, com 47 estados democráticos.⁵⁸ Tal documento apresenta-se como um complemento para as demais convenções do Conselho, assim como para as elaboradas pela UNESCO.⁵⁹

Nota-se que tanto o Brasil como a Itália estão constantemente reorganizando suas estruturas administrativas, assim como revendo e aprimorando sua legislação. Algumas mudanças se devem às novas necessidades e ao desenvolvimento do setor, mas há outras que

⁵⁴ ITALIA. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Struttura**. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/struttura.asp?nd=mi,or>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

⁵⁵ Id. **Segretariato Generale**. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/pdf/SegretariatoGenerale.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

⁵⁶ Id. **Ministero**. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/default.asp?nd=mi>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

⁵⁷ Id. **Normativa**. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/normativa/default.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

⁵⁸ CONSIGLIO D’EUROPA. **Da non confondere**. Disponível em: <http://www.coe.int/T/I/Com/A_proposito_Coe/non_confondere.asp>. Acesso em: 12 mar. 2008.

⁵⁹ Id. **The European Landscape Convention**. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/conventions/Landscape/florence_pres_en.asp#TopOfPage>. Acesso em: 12 mar. 2008.

dependem do *status* que ele ocupa em cada um dos países. Não há unanimidade quanto a essa posição na estrutura administrativa de cada Estado, já que muitos dos serviços que são vendidos aos turistas provêm de vários ramos da produção, e nem sempre são vendidos integralmente. Tal *status* também depende da forma como o Turismo é encarado por cada governo, o que significa que mudanças na administração pública podem acarretar mudanças na organização do setor.⁶⁰ Observou-se que a criação do MTur, no Brasil, em 2003, adotando medidas mais estruturadas, contribuiu para o crescimento do setor no país. As constantes pesquisas realizadas pela EMBRATUR vêm progressivamente comprovando isso. Elas procuram analisar a entrada de turistas no país, o desenvolvimento econômico do setor, ou seja, são pesquisas que visam à identificação de problemas, para que possam ser solucionados, bem como encontrem os êxitos, para que possam receber ainda mais incentivo e investimento. Como já discutido, quem se ocupa de gerir o Turismo, na Itália, desde 2006, é um departamento e não um ministério. A sua promoção e divulgação são realizadas pela ENIT, porém, muito ancorada em pesquisas feitas pela OMT, e não em pesquisas próprias. Por exemplo, ela divulgou uma pesquisa sobre o período do natal de 2007, que foi realizada pela Organização Mundial e não pela própria entidade.⁶¹ No conjunto, observando tanto a estrutura italiana como suas ações, verifica-se que, apesar do país ter um maior fluxo de turistas, segundo pesquisas da OMT, a sua dedicação ao Turismo é menos expressiva se comparada ao país sul-americano em questão.

Quanto ao *Patrimônio Turístico*, os dois países também se posicionam de modo diverso. O Brasil apresenta uma forte preocupação com o *Patrimônio Natural*, já a Itália, com o *Patrimônio Cultural*. No país sul-americano quem se ocupou, desde 1989, dos bens naturais, foi o IBAMA. Em 1992 foi criado o MMA e, vinculado a ele, em 2007, foi criado o Departamento das Áreas Protegidas, setor mais específico para tratar do assunto. Como visto, a legislação que trata dessas questões é extensa. Já quanto ao *Patrimônio Cultural* não há leis específicas, mas a preocupação com ele existe. Tombá-lo e registrá-lo nos Livros do Tombo já é algo a ser considerado. Em contrapartida, no país europeu, o foco se dá sobre o *Patrimônio Cultural*, considerado, de certa forma, todo o seu *Patrimônio Turístico* – essa questão será desenvolvida no próximo capítulo. É gerido pelo MiBAC, também reestruturado recentemente, em dezembro de 2007. O texto base é o “*Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*”, um documento com padrões europeus. Encontram-se também tantos outros documentos mais específicos, no *site* do Ministério, relativos a cada diretoria.

---

⁶⁰ BENI, op. cit., p. 104.

⁶¹ ENIT. AGENZIA NAZIONALE DEL TURISMO. **Stagione Turistica**. Disponível em: <http://www.enit.it/stagione_turistica/>. Acesso em: 18 mar. 2008.

Este foi apenas um panorama da parte administrativa, o que decorre, como já discutido, da visão que cada país tem do Turismo e de seu *Patrimônio Turístico*. Vem-se somar a essas considerações, a conceituação e a construção do Mapa Conceitual, o que será discutido no próximo capítulo.

2.5 A terminologia na área do Turismo

Ao mesmo tempo que a normatização de um ramo de atividade é originada pelo seu crescimento e desenvolvimento, a sua estruturação também os favorece. Estabelecer sua terminologia facilita a comunicação dentro do próprio setor e, como consequência, auxilia na execução de ações, isto é, ajustes, melhorias, mudanças. Como a OMT é o organismo mundialmente responsável pelo Turismo, ela também se preocupou com essa questão. Uma equipe, então, elaborou o *Thesaurus du Tourisme et des loisirs*, edição multilíngue do francês para o inglês e o espanhol, publicada em 2001. Em 2003, foi publicada a versão italiana, sob coordenação do Prof. Cosimo Notarstefano, da *Facoltà di Lingue e Letterature Straniere da Università degli Studi di Lecce*. Uma versão em língua portuguesa também será preparada:⁶² é o que foi acordado na IV Conferência de Ministros de Turismo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Lisboa, em 25 de janeiro de 2007, pois os ministros acham importante que o idioma também seja língua de trabalho da OMT. Estavam presentes autoridades de todos os países integrantes da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Em caráter nacional, tanto em relação a obras ou quanto a estudos terminológicos/terminográficos em língua portuguesa, foram desenvolvidos alguns trabalhos no Brasil. Porém, Portugal foi pioneiro ao realizar estudos nesse sentido. Na década de 80, encontram-se registros de estudos portugueses realizados pela Associação de Terminologia Portuguesa (TERMIP), publicados pela sua revista *Terminologias*, com edições de 1990 a 1994.⁶³ Já como referência de obra especializada, há o *Dicionário Técnico de Turismo*, de Celestino Domingues de Matos, de 1990, utilizado em muitos cursos de Turismo no Brasil. No país sul-americano, por sua vez, o interesse pela área vem aumentando nos últimos anos.

⁶² DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO. **Notícias**. Disponível em: <http://www.dgturismo.pt/ConhecimentodoSector/Novidades/noticias/ID_006802>. Acesso em: 19 mar. 2007.

⁶³ TERMIP. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERMINOLOGIA. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/termip/termip_27.htm>. Acesso em: 26 mar. 2008.

Existem alguns estudos sobre ela, na maioria das vezes relacionando-se à língua inglesa, da qual provêm muitos termos.⁶⁴ Quanto às subáreas, devido à sua grande quantidade, 20, segundo a OMT, é difícil mapear estudos nesse sentido, mas é possível afirmar que também estão sendo realizados. Eis, então, as subáreas propostas pela OMT e adotadas no âmbito desta pesquisa:

01. Esportes;
02. Legislação Turística;
03. Ecologia do Turismo;
04. Economia do Turismo;
05. Instalações Turísticas;
06. Fluxos Turísticos;
07. Treinamento e Emprego;
08. Acomodação;
09. Atividades de Lazer;
10. Eventos Turísticos;
11. *Patrimônio Turístico*;
12. Política de Turismo;
13. Serviços Turísticos;
14. Profissionais de Turismo;
15. Promoção Turística;
16. Ciência e Informação;
17. Sociologia do Lazer;
18. Setores do Turismo;
19. Transporte;
20. Países e Agrupamentos de Países.⁶⁵

Como exemplo de obras terminográficas, foram encontradas várias publicações sobre a grande área, poucas delas sobre as subáreas, como a Ecologia do Turismo, por exemplo. Muitas também estão relacionadas com outras áreas, já que o próprio Turismo tem essa característica. Quanto às obras bilíngues, a língua privilegiada é o inglês.

A seguir, os dicionários e glossários encontrados:

- BRAGA, Robério. **Dicionário de turismo**. São Paulo: UNILETRAS, 2003.
- CAMPOS, Letícia Mirella Fischer; DENCKER, Ada de Freitas Maneti; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Dicionário de administração e turismo**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.
- CATUREGLI, Maria Genny. **Dicionário inglês/português: turismo, hotelaria, comércio exterior**. São Paulo: Aleph, 1998.
- GARCIA, Maura Xavier. **Vocabulário do turismo: português/inglês**. São Paulo: SBS, 2004.

---

⁶⁴ LIMA, op. cit., p. 80.

⁶⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, op. cit., p. 143.

- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.
- STAVALE, Emeri de Biaggi. **Glossário de turismo: português/inglês, inglês/português**. São Paulo: Disal, 2004.
- VIERA, Elenara Vieira de; CÂNDIDO, Índio. **Glossário técnico gastronômico, hoteleiro e turístico**. 2. ed. rev. e ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

Apesar do número considerável de dicionários, não se pode afirmar que eles foram elaborados com rigor metodológico, terminológico e terminográfico. A única obra sobre a qual se encontraram informações sobre essa questão é a de Maura Xavier Garcia. Sua obra faz parte de uma coleção de dicionários especializados, *Mil & Um Termos*, indicado para profissionais e estudantes da área e para tradutores de inglês.

Além dessas obras, na internet encontram-se alguns *sites* que trazem glossários sobre a grande área, sejam *sites* de agências de turismo, sejam *sites* institucionais como o do próprio MTur.

Em comércio na Itália foi encontrado apenas o *Dizionario del turismo inglese/italiano e italiano/inglese*, da editora *Modern Publishing House*, de 2003. Tal fato demonstra que o país não desenvolveu grande interesse pela terminologia do setor. Foram também encontrados dicionários *on-line*, sempre com um número bem limitado de termos, em sua maioria, referentes apenas à grande área do Turismo. Muitos desses termos, como já previsto, provêm da língua inglesa.

Tendo em vista o universo da pesquisa, parte-se para a construção do Mapa Conceitual da subárea selecionada para este trabalho.

3 SELEÇÃO E DEMARCAÇÃO DO MAPA CONCEITUAL DA SUBÁREA DO *PATRIMÔNIO TURÍSTICO*

3.1 Seleção das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*

Como visto no capítulo anterior, selecionou-se a subárea do *Patrimônio Turístico* com base na subdivisão, feita pela OMT, da grande área do Turismo, em 20 campos que representam a sua atividade.⁶⁶ Dentro dessa subárea, foi feito um novo recorte.

A subárea em questão possui duas grandes categorias: a do *Patrimônio Cultural* e a do *Patrimônio Natural*. Em linha de máxima, o *Patrimônio Cultural* trata de todo sítio, edificação ou bem de outra natureza que foi construído ou foi apenas tocado pelo homem, seja por sua passagem ou pela ocupação do espaço. Por conseguinte, o *Patrimônio Natural* é aquele composto por sítios constituídos por paisagens naturais, ou por sítios povoados por espécies da fauna e da flora representativos da diversidade biológica, ou até mesmo espécies ameaçadas de extinção, além de sítios com formações geológicas representantes de períodos da vida na Terra.⁶⁷ Por sua vez, o *Patrimônio Cultural* é dividido em *Patrimônio Material* e *Patrimônio Imaterial* (ou *Intangível*). É importante trazer um breve histórico a respeito do modo como cada uma dessas subdivisões do *Patrimônio Turístico* é considerada pela UNESCO. Por ser ela a instituição que se ocupa, em âmbito mundial, da identificação e da proteção e conservação desses bens, era preciso confeccionar instrumentos normativos para cumprir seus objetivos. Inicialmente, os bens que chamaram a sua atenção pertenciam ao *Patrimônio Cultural*, de natureza material. Em 1959, o primeiro fato impulsionador das discussões foi a possibilidade da destruição dos templos de *Abu Simbel*, no Egito, com a construção de uma grande represa que inundaria a região onde eles se encontravam. Outros fatos, em outras partes do mundo, contribuíram para gerar mais discussões. Foi, então, em 1972, que a UNESCO elaborou a referida “Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural”, com uma linguagem comum que

---

⁶⁶ FRANCE. Secrétariat d'état au Tourisme de la France/Organisation Mondiale du Tourisme (OMT). **Thesaurus du Tourisme et des loisirs**. Paris, 2000. p. xxxi. Disponível em: <<http://pub.world-tourism.org:81/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1218/1218-1.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2008.

⁶⁷ UNESCO (Brasil), 1972.

deveria ser adotada por todos os seus estados-membros.⁶⁸ Ela possui 8 partes, assim intituladas: 1) Definição de Patrimônio Cultural e Natural; 2) Proteção Nacional e Proteção Internacional do Patrimônio Cultural e Natural; 3) Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; 4) Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; 5) Condições e Modalidades de Assistência Internacional; 6) Programas Educativos; 7) Relatórios; 8) Cláusulas Finais.⁶⁹ A partir daí, a questão vem sempre sendo revista, os documentos já estabelecidos são rediscutidos e outros são redigidos. Observam-se, então, na primeira parte desse documento, as linhas mestras que o norteiam:

ARTIGO 1

Para os fins da presente Convenção, são considerados ‘patrimônio cultural’:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2

Para os fins da presente Convenção, são considerados ‘patrimônio natural’:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.⁷⁰

Apesar de ser anunciado que as definições seriam apresentadas, o que se observa é que são apenas trazidos alguns exemplos do que seria considerado *Patrimônio Cultural* (material) e *Patrimônio Natural*. Em não sendo suficientes tais informações, pode-se tomar por base os critérios que a UNESCO estabelece para a identificação e classificação dos bens. São eles:

Os bens culturais devem:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou

⁶⁸ UNESCO (Brasil). **História sucinta:** UNESCO Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/copy3_of_index_html/mostra_padrao>. Acesso em: 14 ago. 2008.

⁶⁹ Id., 1972.

⁷⁰ Ibid.

- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
  - iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
  - v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
  - vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais)
- É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual esteja protegido e administrado

Os bens naturais devem:

- i. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
  - ii. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
  - iii. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou
  - iv. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.
- Também são critérios importantes a proteção, a administração e a integridade do sítio. Os sítios mistos têm, ao mesmo tempo, excepcional valor natural e cultural. Desde 1992, interações significativas entre o homem e o meio natural têm sido reconhecidas como paisagens culturais.⁷¹

Esses critérios, datados de 2002, foram extraídos do *site* brasileiro e encontram-se, de certa forma, desatualizados. Em 2005, eles foram reorganizados, o que acarretou apenas mudança da sua numeração. Os critérios relativos ao *Patrimônio Cultural* se mantêm como estavam. Já os demais, e princípio, i, ii, iii e iv, assumem a nova configuração, respectivamente: viii; ix, vii, x.⁷²

Tanto na convenção quanto nos critérios, observa-se que o *Patrimônio Cultural Imaterial* ou *Intangível* não é considerado. Discussões a seu respeito se iniciaram um pouco mais tarde. Como data significativa, o ano de 1989. Foi nele que ocorreu a elaboração do seu primeiro documento norteador, a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”. O tema continuou a ser discutido e culminou com a elaboração, em 2003, da

⁷¹ UNESCO (Brasil). **História sucinta:** UNESCO Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/copy2_of_index_html/mostra_padrao>. Acesso em: 14 ago. de 2008.

⁷² UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. **The criteria for selection.** Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/criteria/>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

“Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”. Porém, ela entrou em vigor apenas em 2006. A Instituição se manifesta a respeito desse documento: “Essa convenção regula o tema do patrimônio cultural imaterial, e assim complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade.”⁷³ É a própria Instituição que admite elaborar esse outro documento para contemplar também o Patrimônio Imaterial, corroborando a afirmação de que ele não tinha sido ainda tratado. Tal documento é assim constituído: 1) Disposições gerais; 2) Órgãos da Convenção; 3) Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano nacional; 4) Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano internacional; 5) Cooperação e assistências internacionais; 6) Fundo do patrimônio cultural imaterial; 7) Relatórios; 8) Cláusula transitória; 9) Disposições finais. Em sua primeira parte, também traz a linha mestra:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.⁷⁴

Cabe ainda ressaltar que tal patrimônio é transmitido de geração para geração, o que preserva as tradições das comunidades, contribuindo, então, para a manutenção de sua identidade. O Patrimônio Imaterial manifesta-se nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.⁷⁵

No Brasil há mais de 10 bens registrados. Como exemplos estão: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; a Linguagem e Arte Gráfica Kusiwa dos Índios Wajãpi; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré; o Samba de Roda do Recôncavo Baiano; o Ofício das Baianas de Acarajé; o Modo de Fazer Viola-de-cocho, entre outros.⁷⁶ Na Itália, no final de 2007, havia dois bens registrados: “*Teatro delle Marionette Siciliane: Opera dei Pupi*” e “*Canto a Tenore dei Pastori*”

⁷³ UNESCO (Brasil). **Desafios e estratégias em cultura no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial/patrimaterial/mostra_padrao>. Acesso em: 14 ago. 2008.

⁷⁴ Id. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens registrados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

del centro della Barbagia”.⁷⁷ Não se teve acesso à lista dos demais bens distribuídos pelo mundo, pois a página da internet da UNESCO que trata do assunto estava sendo atualizada.⁷⁸

Reafirma-se que são de autoria da UNESCO os documentos e, consequentemente, as diretrizes a respeito do *Patrimônio Turístico* e de suas subdivisões apresentadas neste capítulo. Nota-se a importância das instituições e da normatização, nesse caso, concretizada por meio de convenções. Assim, neste trabalho, elas serão adotadas como linhas a seguir, já que, como dito, a Instituição internacional dita as normas para que seus estados-membros, nesse caso, Brasil e Itália, sigam-nas e adaptem-nas de acordo com as suas realidades, por meio de seus próprios organismos.

A partir do entendimento de como o *Patrimônio Turístico* é constituído, optou-se, neste trabalho, por se realizar um trabalho terminológico/terminográfico sobre o *Patrimônio Cultural*, sendo este o termo preferencial para tratar de o Patrimônio Cultural Material, e sobre o *Patrimônio Natural*. O *Patrimônio Imaterial* não será aqui estudado já que é extremamente diverso nos diferentes países, além do que, devido à sua legislação ser muito recente, os países ainda estão catalogando seus bens para que façam parte da lista da UNESCO.

Logo, com base nessas escolhas, o próximo passo é definir quais os critérios para seleção dos termos e, em seguida, o modo como eles se relacionarão, para, enfim, definir como será o mapa conceitual das subáreas mencionadas.

3.2 Subsídios para a delimitação de áreas temáticas: reflexões sobre os conceitos e as denominações

Para estabelecer o sistema de classificação dos conceitos que será utilizado para elaborar a “Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*”, toma-se, então, como referência a estrutura utilizada pela obra *Thesaurus du Tourisme et des loisirs*.

Tal obra foi elaborada com base nas 20 subáreas já mencionadas, determinadas pela própria OMT. Certamente essa obra terminológica/terminográfica foi realizada de acordo com rigores metodológico, terminológico e terminográfico adequados. Um dos princípios para

⁷⁷ ITALIA. Ministero per I Beni e le Attività Culturali. Ufficio Patrimonio Mondiale UNESCO. **La lista**. Disponível em: <<http://www.unesco.beniculturali.it/index.php?it/40/la-lista>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

⁷⁸ UNESCO.ORG. The representative list of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. **Intangible Cultural Heritage – ICH**, 2009. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00173>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

atingir tal fim é a escolha do sistema de classificação dos termos, os quais representam os conceitos. Define-se sistema de conceitos (ou sistema conceptual, sistema de noções, mapa conceptual, árvore de domínio⁷⁹) como um “[...] conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por essa posição nesse conjunto.”⁸⁰ No caso da obra da OMT, fez-se a seguinte escolha: “A estrutura básica da publicação é composta por áreas semânticas que incluem termos, definições e relações ligando os termos uns aos outros.”⁸¹ Quanto a essas relações entre os termos, verificou-se que elas são hierárquicas.⁸² Portanto, para a realização da presente pesquisa, será percorrido o mesmo caminho, ou seja, será escolhido um ponto de partida, uma das 20 subáreas, e será verificado o tipo de relação que seus termos estabelecem entre si.

Como visto, a subárea selecionada foi a do *Patrimônio Turístico*, mais precisamente as suas ramificações *Patrimônio Cultural* e o *Patrimônio Natural*. O próximo passo foi determinar como elas se estruturam internamente. Observando os termos até então selecionados, definiu-se que eles também se articularão em modo hierárquico, especificamente do tipo genérico (espécie/gênero):⁸³

*En las relaciones género-especie, los conceptos más específicos forman parte de la extensión del concepto genérico que los incluye. La relación de inclusión que presentan los conceptos entre sí se refleja en la descripción de cada concepto a través de la explicitación de sus características.*⁸⁴

Como exemplo de *Patrimônio Cultural*, as “edificações religiosas”, estas, um hipônimo de “edificação”, apresentando todas as características deste, além de suas características específicas.

Em seguida, foi determinado o perfil das subáreas. É importante ressaltar que cada pesquisa pode ser estruturada de acordo com diferentes pontos de vista, tendo presentes o público-alvo, o *corpus* e o(s) objetivo(s) da obra. Determinar o perfil da subárea, ou das subáreas, nesse caso, não é tarefa das mais simples. É preciso se debruçar sobre o conjunto de termos uma infinidade de vezes, para que as ligações entre eles sejam realizadas de modo

⁷⁹ BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 111-112.

⁸⁰ ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION, **Terminologie-Vocabulaire** (Norme Internationale ISO 1087:1990), Genève, ISO, (E/F), 1990 apud BARROS, op. cit., p. 112.

⁸¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, op. cit., p. 143.

⁸² SECRÉTARIAT D'ETAT AU TOURISME DE LA FRANCE/ORGANISATION MONDIALE DU TOURISME (OMT), op. cit., p. xxxiii.

⁸³ CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Trad. Carles Tebé. Barcelona: Editorial Antártida, 1993. p. 202.

⁸⁴ “Nas relações gênero-espécie, os conceitos mais específicos fazem parte da extensão do conceito genérico que os inclui. A relação de inclusão que os conceitos estabelecem entre si tem reflexos na descrição de cada conceito através da explicação das suas características.” (Ibid., p. 203, tradução nossa).

coerente. Selecionar com critério as fontes e extrair delas bons exemplos são passos fundamentais para poder elaborar as definições. Foi preciso, então, definir alguns critérios de seleção dos termos, a partir dos conceitos expressos pela língua portuguesa. Assim, como diretrizes para se trabalhar com o *Patrimônio Cultural*, seguiu-se as estabelecidas pelo IPHAN e pela UNESCO, como referido no capítulo anterior. No caso do *Patrimônio Natural*, serão seguidas as leis federais que criaram o SNUC, além de outros documentos de órgãos como IBAMA, do próprio IPHAN, e também da UNESCO, entre outros. Observando-se, então, os termos das duas subáreas, tendo também por base os diversos institutos ou órgãos acima citados, é possível afirmar que há diferenças entre o modo de concepção desses dois grupos. Cada modo será seguido e respeitado, com pequenas variações, a fim de representar, da melhor maneira possível, a realidade brasileira. Por isso, para se selecionar os termos em cada uma das subáreas, foi necessário valer-se de distintos critérios.

No primeiro caso, a partir da lista de tombamentos realizados pelo IPHAN e da lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, elaboradas e reelaboradas, como a inserção de novos bens, numa perspectiva diacrônica, os termos foram selecionados segundo três critérios. O primeiro deles leva em conta os bens mais representativos da história do Brasil. São exemplos algumas edificações, seja do período do Brasil Colônia, do Brasil Império ou de outros períodos, com muitas ocorrências ou apenas uma, como no caso de “paço imperial”. O segundo procurou resgatar outros termos que retratam uma realidade brasileira e não italiana e que também não possuem a forma equivalente na língua estrangeira. Dessa forma, foram coletados termos significativos para auxiliar o trabalho do estudante ou pesquisador italiano. O “quilombo” é um bom exemplo dessa situação, por ser reflexo de um sistema socioeconômico existente apenas em alguns países do “Novo Mundo”. Apesar dos termos serem extraídos de um número restrito de fontes, duas, a lista dos bens tombados pelo IPHAN e a lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, observa-se uma grande variação no entendimento de cada bem tombado expresso pelo mesmo termo. Isso ocorre devido à grande quantidade de bens e à grande variação do que cada um representa para o país, ou seja, o motivo pelo qual ele é preservado. De qualquer forma, será levado em conta o que cada termo possui de comum em todas as ocorrências, e se for relevante, serão consideradas também suas características específicas. Este é o caso da única ocorrência de “quilombo”, com o Quilombo do Ambrósio. Ele foi o único do gênero tombado, de acordo com o que foi determinado pela Constituição Federal e que foi acatado pelo IPHAN: “§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas

dos antigos quilombos.”⁸⁵ O que existe de tal povoado são apenas vestígios. Assim, foi levado em conta o caráter de “sítio arqueológico”, o qual foi considerado neste trabalho. Existem, porém, no Brasil, lugares que abrigam comunidades remanescentes de quilombos, atualmente mais de 1.000,⁸⁶ assistidas por projetos do Governo Federal. Tendo o *Patrimônio Cultural* o caráter tangível, não pode incluir comunidades como um de seus bens. É o que afirma o Decreto-lei sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁸⁷

Nota-se que o Decreto trata os bens móveis e imóveis. Além disso, as comunidades atuais, apesar de serem formadas por descendentes dos antigos habitantes desses locais, possuem outras características, devido também a outro contexto histórico, e, por isso, não correspondem ao que originalmente foi um “quilombo”.

O terceiro critério para a seleção dos termos é a representatividade dos bens para cada estado brasileiro. Observando-se as já referidas listas do IPHAN e da UNESCO, nota-se que há alguns bens distribuídos por todo o território brasileiro. Há outros concentrados em uma ou outra região, como o caso do “chafariz” na cidade do Rio de Janeiro. No século XVII, a captação da água que abastecia a cidade era feita no rio Carioca e era distribuída por meio dos chafarizes e bicas. Tamanha a importância desses bens para preservar a história da cidade, a Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, SEDREPAHC, instituída em 2006, elaborou e colocou em prática o projeto “Fontes e Chafarizes”. Seu objetivo é, de maneira geral, proteger e preservar esses bens.⁸⁸

Em seguida, é necessário explicar os critérios de seleção dos termos do *Patrimônio Natural*. Nesta pesquisa, a subárea foi organizada tendo em vista as “unidades de conservação”. Os vários órgãos ou institutos que se ocupam de bens dessa natureza – cada um com sua dimensão, seja ela municipal, seja federal, entre outras – já criaram seus instrumentos

⁸⁵ BRASIL, 1988.

⁸⁶ BRASIL. Ministério da cultura. Fundação Cultural Palmares. **Quilombos**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

⁸⁷ Id. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2009. (A grafia é a original).

⁸⁸ RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural (Sedrepahc). **Projeto fontes e chafarizes**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sedrepahc/>>. Acesso em: 09 mar. 2009.

normativos, como leis e resoluções, os quais dão conta da grande parte das especificidades presentes nos sítios brasileiros. Desse modo, os termos selecionados neste trabalho refletem o conteúdo desses documentos, sendo deixadas de lado apenas algumas unidades específicas de alguns estados ou cidades, as quais não retratam a realidade do país como um todo. Um exemplo são as “áreas de proteção especial estadual”, criadas no estado de Minas Gerais, destinadas à proteção e conservação de mananciais.⁸⁹

Esclarecidos os critérios, determinou-se que a organização dos termos dentro das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural* se dará por meio do Mapa Conceitual.

---

⁸⁹ INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Áreas de proteção especial**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134&Itemid=156>. Acesso em: 09 mar. 2009.

3.3 Os mapas conceituais das subáreas selecionadas

3.3.1 O mapa conceitual da subárea do *Patrimônio Cultural*

3.3.1.1 Conjunto urbano

3.3.1.2 Edificação

3.3.1.2.1 Edificação pública

3.3.1.2.2 Edificação privada

3.3.1.2.3 Edificação comercial

3.3.1.2.4 Edificação religiosa

3.3.1.2.5 Edificação rural

3.3.1.2.6 Fortificação

3.3.1.3 Equipamento urbano

3.3.1.4 Patrimônio arqueológico

3.3.1.5 Patrimônio espeleológico

3.3.2 O mapa conceitual da subárea do *Patrimônio Natural*

3.3.2.1 Unidade de conservação do SNUC

Unidade de conservação do SNUC (cont.)

3.3.2.2 Unidade de conservação do Código Florestal

3.3.2.3 Unidade de conservação do IBAMA

3.3.2.4 Unidade de conservação do IPHAN

3.3.2.5 Unidade de conservação de importância internacional

3.3.2.6 Unidade de conservação do MMA

3.3.2.7 Área sob proteção especial

área sob proteção especial
area di reperimento

3.4 Algumas considerações

Os termos selecionados para compor o “Dicionário terminológico bilíngue português/italiano da subárea do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*” visam dar um panorama da realidade brasileira, já que o objetivo é apresentar apenas uma parte significativa das subáreas do *Patrimônio Turístico*.

A organização feita, nesta pesquisa, do Mapa Conceitual das duas subáreas, reflete a diversidade que há entre elas. Por isso, serão discutidas algumas questões a esse respeito.

Em relação ao *Patrimônio Cultural*, o primeiro ponto importante diz respeito ao hiperônimo “edificação”. O termo foi adotado em substituição a “monumento”, por retratar melhor os novos traços conceituais. É o que afirma Françoise Choay, historiadora das teorias e das formas urbanas e arquitetônicas e vencedora do *Grand Prix national du patrimoine*, em 1995.

Entre os bens incommensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinônimas. A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem.⁹⁰

Fica evidente que a terminologia vem auxiliar as novas realidades, encontrando um termo mais apropriado. A historiadora traça um perfil das modificações conceituais ocorridas a partir do século XIX.

⁹⁰ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006. p. 12.

Quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antigüidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados duplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura menor, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura vernacular, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura industrial das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses.⁹¹

Surgiram novas categorias de edificações, ao lado das já existentes. É o que se nota no Mapa Conceitual da subárea em questão. Próxima a uma “edificação privada”, como um “palácio”, encontra-se uma “edificação comercial”, como um “mercado”.

Outro ponto, também levantado por Choay, é que os bens passam a ser considerados em conjuntos e não somente em caráter individual, como no caso de “centro histórico”.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra “a lista” do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO.⁹²

Mais uma vez aparece a lista da UNESCO, como referência para as questões do patrimônio em âmbito mundial.

Já quanto ao *Patrimônio Natural*, nota-se, em primeiro lugar, uma menor variedade de termos. Como mencionado, tal fato se deve à normatização proposta por leis, decretos, adotados em âmbito nacional e internacional, no caso de “reserva da biosfera”, “sítio do patrimônio mundial” e “zona úmida de interesse internacional”, todos hipônimos de “unidade de conservação de interesse internacional”. Devido à legislação, mesmo que uma “unidade de conservação” tenha uma denominação diferente das apresentadas, para ser regulamentada, ela deve se adequar a uma dessas categorias, salvo em casos específicos de algumas cidades ou regiões, como mencionado. O que antes era conhecido como “santuário de vida silvestre”, a partir da criação do SNUC, deve se inserir em uma de suas categorias.

Em relação às suas unidades de conservação de uso integral, a maioria é compreendida como um conjunto de bens estabelecido em uma área que vai de grandes extensões, como no caso da “reserva da biosfera”, até extensões menores, como no caso de “jardim zoológico”. Há

---

⁹¹ CHOAY, op. cit., p. 12.

⁹² Ibid., p. 13.

o caso especial do “monumento natural”: “[...] tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.”⁹³ Ele abriga bens em áreas de pequena extensão, bem como bens individuais como alguns morros, por exemplo, o Corcovado, o Morro do Pão de Açúcar, o Morro da Urca, a Pedra da Gávea.⁹⁴ Assim, esta parece ser a categoria que reúne o que não foi possível incluir nas demais.

Por fim, faz-se um comentário a respeito da sobreposição de algumas unidades de conservação sobre as outras. Isso ocorre, pois são vários institutos que se ocupam desse assunto, da esfera municipal à esfera internacional. Assim, unidades extensas, como as da Reserva da Biosfera, abrigam uma série de outras unidades. É o caso da Reserva da Mata Atlântica, que engloba alguns parques, como o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional do Itatiaia.⁹⁵

Uma infinidade de outras observações a respeito do Mapa Conceitual pode ser feita. Porém, foram selecionados apenas alguns aspectos, considerados mais relevantes. Dessa forma, é possível prosseguir tratando dos fundamentos teóricos basilares desta pesquisa.

---

⁹³ BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 11 mar. 2009.

⁹⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

⁹⁵ CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL. **Mata Atlântica ganha três novos mosaicos de UCs**. 15 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=213>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

4.1 A importância da ciência terminológica no contexto atual

Para se discutir a importância da Terminologia, em primeiro lugar, é preciso tratar de sua conceituação. No âmbito deste trabalho, dentre as suas diversas acepções, será adotada aquela que a compreende como ciência, ramo da Linguística Aplicada. Assim, a ciência em questão tem por objetivo o estudo das línguas de especialidade: seus termos, as relações entre eles, bem como os respectivos conceitos.

A estudiosa Lúcia de Almeida Barros faz um sucinto histórico sobre as origens e a evolução dessa ciência. Ao contrário do que se pode pensar, os termos não são unidades que foram reconhecidas recentemente, mas sua existência é atestada desde antes de ter início o mundo cristão.

Em primeiro lugar tem-se notícia dos glossários em que são listadas uma série de palavras de algum campo do conhecimento, sobretudo da medicina. Este é o caso, por exemplo, do glossário de termos médicos utilizados pelo médico grego Hipócrates (c. 460-377 a.C.), mas elaborados pelo gramático Herodianus e pelo médico Heródoto, e de uma infinidade de outros glossários.⁹⁶ Em segundo lugar, já no período depois de Cristo, foram encontradas também obras traduzidas, além de lista dos termos com uma forma na língua de chegada para exprimir tal conceito. Foi o que ocorreu com as obras *Política*, *Economia* e *Ética*, do filósofo Aristóteles, traduzidas em 1370 d.C., do grego para o francês, por Nicole d'Oresme. Para tal, foi necessário que o tradutor criasse neônimos para exprimir conceitos que ainda não existiam em sua língua, tais como “aristocracia”, “demagogo”, “déspota”, entre outros.⁹⁷ As listas de palavras por si só passaram a ser insuficientes. Era necessário refletir sobre o modo como elas eram elaboradas, sobre seu conteúdo, sobre como exprimiam os termos e os conceitos dos mais variados campos do conhecimento, nas mais diversas línguas. Era preciso um modo sistemático que organizasse esses novos conjuntos de palavras. Assim, em terceiro lugar, contou-se, no século XVII, com o naturalista Karl von Linné. Ele apresentou a formalização de um sistema universal de criação de nomes científicos, tanto da fauna quanto da flora, formados, sobretudo, por prefixos e radicais

---

⁹⁶ BARROS, 2004, p. 29.

⁹⁷ VAN HOOF, H. Os tradutores e os dicionários. In: DESFILE, J.; WOODSWORTH, J. **Os tradutores na história**. São Paulo: Ática, 1998, p. 245 apud BARROS, 2004. p. 29-30.

gregos e latinos. Tal sistema é utilizado até hoje por qualquer língua. Geralmente a espécie é denominada por dois termos: um nome genérico e um descritor específico. Como exemplo, o próprio *Homo sapiens*. A criação desse sistema foi um passo muito importante na sistematização de uma nova ciência que se ocupasse dos termos das línguas de especialidade. Posteriormente outras ciências taxionômicas, das ciências biológicas ou da química, da geologia, adotaram sistema semelhante, ou seja, também empregavam elementos de origem grega e latina.

O *status* de ciência foi assumido verdadeiramente pela Terminologia com o engenheiro austríaco Eugen Wüster, por volta de 1930, com a criação da Teoria Geral da Terminologia (TGT). Para ele, ela “constituía uma matéria autônoma, definida por um campo de intersecção conformado pelas ciências das coisas e por outras disciplinas como a Linguística, Lógica, Ontologia e Ciências da Informação”,⁹⁸ já que era necessário relacionar a compreensão dos conceitos em cada ciência ou tecnologia com a sua expressão por meio das ciências da linguagem. O primeiro passo dado para a consolidação de sua teoria foi a sua tese de doutorado “*A normalização internacional da terminologia técnica*”, publicada em 1931. Logo em seguida ele foi responsável pela fundação do Comitê Técnico 37 do Instituto Internacional de Normas Técnicas ISO, o qual vem atuando até os dias de hoje em âmbito mundial. Merece destaque também sua participação ativa na formação da Escola Terminológica de Viena.

Como Wüster foi o pioneiro nesses estudos, sua teoria assumiu caráter prescritivo e normalizador. Ela tinha como motivação “a necessidade de técnicos e cientistas padronizarem denominativa e conceitualmente suas disciplinas com vistas a garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimentos com o máximo de precisão e o mínimo de ambigüidades.”⁹⁹ Nota-se que o cerne da teoria se dá sobre o caráter preciso das unidades terminológicas, já que elas devem representar exatamente os conceitos das áreas técnicas e científicas. Por isso, ele considerava que tais unidades não faziam parte do léxico comum, mas de universos linguísticos com características diferenciadas, ou seja, as línguas de especialidade:

[...] importa salientar a concepção de Wüster de que as terminologias expressam conceitos e não significados. Ao contrário destes que são lingüísticos e variáveis em conformidade com o contexto, os conceitos científicos são estáveis, paradigmáticos, universais. Além de uma concepção positivista de ciência, encontra-se aí a idéia de

⁹⁸ FINATTO, Maria José B. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. 2001. 394 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. p. 53. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1516>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

⁹⁹ Ibid., p. 53.

que as terminologias funcionam como rótulos, etiquetas denominativas, constituindo-se em fenômenos particulares de designação.¹⁰⁰

Desse modo os termos só têm sua existência reconhecida se fazem parte desse saber científico. Sendo assim, sua face linguística, integrando-o a um sistema maior, é minimizada. Para ele:

[...] as ‘palavras’ são apenas uma consequência do conhecimento em abstração, de modo que, *per si*, não influiriam diretamente na construção e organização do conhecimento científico ou técnico. Enfim, as palavras são apenas ou quase um ‘detalhe’ frente ao todo complexo do conhecimento.¹⁰¹

Assim, o percurso onomasiológico de sua teoria, partindo dos conceitos para se chegar aos termos, faz todo o sentido. Diante de todo esse estatismo, em que os termos são unidades artificiais a serviço das necessidades da ciência, só cabe à TGT partir de uma perspectiva sincrônica.

Segundo Almeida, essa teoria terminológica tinha sido criada para ser aplicada às seguintes áreas: “a técnica em geral, e a mecânica e a engenharia em particular.”¹⁰² Entretanto, foi estendida a todas as outras ciências, sem que fossem observadas as características específicas das situações de comunicação em que os termos se encontravam ou das diversidades culturais das ciências em locais distintos.

A TGT passa a sofrer muitas críticas, pois se apresenta muito limitada diante de um novo contexto mundial.

A partir dos anos 60, em razão do grande desenvolvimento do pensamento estrutural, o conceito de ciência se alarga. Com os estudos linguísticos, antropológicos, sociológicos e psicanalíticos, sobretudo lacanianos, ampliam-se os campos do saber que alcançaram estatuto de cientificidade. Consequentemente, as chamadas áreas humanas do conhecimento criam terminologias específicas, ao estabelecerem seus princípios teórico/epistemológicos e desenvolverem metodologias próprias. Assim também o avanço tecnológico do mundo atual faz proliferar terminologias nos mais variados campos de especialização.¹⁰³

¹⁰⁰ KRIEGER, Maria da Graça. A face linguística da terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (Orgs.). **Temas de terminologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Ed. Humanitas/USP, 2001. p. 25.

¹⁰¹ Ibid., p. 25.

¹⁰² ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **TradTerm**: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2003. p. 215.

¹⁰³ KRIEGER, 2001, p. 53.

Ao lado de mudanças no campo das ciências, a Terminologia começa a se desenvolver em outras realidades, tais como em alguns países na América Latina, no continente asiático, e também em Portugal e na Espanha. Os estudos terminológicos passam a abranger outras realidades, até como a de línguas minoritárias, como o catalão. Apesar da língua inglesa se tornar um canal de comunicação entre os mais variados países, surgiu a necessidade de que tais estudos e seus produtos também fossem elaborados nas línguas desses locais.

Aliado a isso, ao passo que a informática se desenvolve, ela passa a ser uma ferramenta importante para os estudos terminológicos, por exemplo, com a criação dos bancos de dados, além de manuais técnicos e dicionários informatizados. Iniciam-se programas de cooperação internacional, os quais requerem obras não apenas monolíngues; com isso, os saberes técnicos e científicos são cada vez mais difundidos. Os moldes da TGT já não satisfazem as exigências desse novo contexto.

Surge, então, no início dos anos 90, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), de Maria Teresa Cabré, numa perspectiva mais flexível, já que era preciso abarcar um maior número de realidades que, por sua vez, apresentavam características bastante distintas.

O ponto de partida dessa nova teoria é considerá-la integrada por “fundamentos provenientes das ciências da linguagem, ciências da cognição e ciências sociais, ocupando-se, nessa conjugação, da comunicação especializada ou profissional.”¹⁰⁴ Em oposição à TGT, as ciências que lhe auxiliam apresentam-se menos técnicas, ou seja, menos precisas. Além disso, elas são um meio para que sejam realizados os estudos terminológicos e não um fim.

Essa nova base acarreta muitas mudanças. Em relação ao foco da Terminologia, ou seja, os termos, a TCT os considera “como unidades lingüísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signos de uma língua natural (geral), com características e propriedades semelhantes.”¹⁰⁵ Sendo assim, eles são compostos de duas partes: forma e conteúdo. Em relação à forma, uma unidade lingüística assume um ou outro *status* de acordo com o contexto em que se encontra. Caso seja em uma língua de especialidade, tal unidade é considerada *termo*. Caso seja na língua geral, ela é considerada *palavra*. Assim, a unidade lingüística pode estar em função de termo, mas não o é, se o contexto não requer isso. Em relação ao conteúdo, a situação se repete, ou seja, assume determinado valor de acordo com o contexto em que se encontra.

---

¹⁰⁴ FINATTO, op. cit., p. 68.

¹⁰⁵ BARROS, 2004, p. 57.

O conteúdo de um termo é relativo a um domínio e a uma situação de uso. Dentro de um sistema conceptual, o valor de um termo é dado pelo lugar que ocupa na estrutura, podendo ocupar lugares diferentes, de acordo com critérios de organização do sistema de conceitos.¹⁰⁶

O termo torna-se uma unidade passível de assumir valores distintos de acordo com o seu nível de atualização, seja em relação ao sistema, seja em relação a uma norma específica, e que o valor pode variar até mesmo dentro de uma mesma norma, de acordo com o modo como um mapa conceitual é organizado. Dentre tantas possibilidades, a TCT aceita também que um termo possa ser utilizado por mais de uma língua de especialidade.

Ainda sobre a questão do conteúdo, a teoria de Wüster aceitava apenas o percurso onomasiológico. A nova teoria o considera predominante, mas seu contrário, o percurso semasiológico, que vai do termo ao seu conceito, também passa a ser considerado.

Em relação aos fenômenos linguísticos que podem ocorrer com os termos, a flexibilidade da TCT faz com que também seja considerada a variação:

[...] é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem. Nesse sentido, a variação deve ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia, e não eliminada nem reduzida a fim de favorecer uma comunicação especializada precisa e unívoca, sem ambigüidades.¹⁰⁷

Desse modo, admite que os estudos terminológicos podem ser realizados em várias perspectivas, como a diacrônica (diferentes períodos), a diafásica (diversos falares), a diastrática (diferentes camadas sociais) e a diatópica (diferentes lugares).

O leque de relações possíveis entre o conjunto significante e o conjunto significado aumenta. Se a TGT aceitava apenas a monosemia, ou seja, a um significante corresponde apenas um significado, a TCT aceita, por exemplo, a polissemia (a um significante corresponde mais de um significado, em relação de oposição transitiva), a homonímia (a um significante corresponde mais de um significado, em relação de oposição transitiva) e a parassinonímia (a dois ou mais significantes, em relação de oposição disjuntiva, correspondem dois ou mais elementos do conjunto significado). Estas são, em linha de máxima, as diretrizes da teoria de Maria Teresa Cabré.

Paralelamente à TCT, foi desenvolvida uma outra corrente, a Socioterminologia. Ela é reconhecida com a publicação da tese de François Gaudin, *“Pour une socioterminologie - des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles”*, em 1993. Por ela, entende-se

¹⁰⁶ BARROS, 2004, p. 58.

¹⁰⁷ CABRÉ, Maria Teresa et. al. La terminología hoy: replantamiento o diversificación. **Organon**, v. 12, n. 26, 1998, p. 38 apud ALMEIDA, op. cit., p. 217.

[...] um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação lingüística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade. Uma teoria socioterminológica se assenta em princípios e fundamentos que constituem os eixos principais de uma revisão prática e subsidiam as reformulações do que se fazia em anos anteriores.¹⁰⁸

São muitas as convergências com a teoria de Cabré. A mais relevante trata da variação lingüística. A diferença entre as duas teorias é que para a Socioterminologia “[...] é fundamental levar em consideração o uso dos termos e situar a comunicação especializada em seu lugar social”.¹⁰⁹ Logo, dentro de uma mesma língua de especialidade, é possível haver variação de acordo com o tipo de discurso em que o termo está inserido: “[...] em discurso científico, em discurso técnico, em discurso de vulgarização científica, em discurso jornalístico de língua de especialidade, em discursos que registram linguagens especiais.”¹¹⁰ Os outros pontos comuns dizem respeito à possibilidade dos estudos terminológicos serem realizados tanto em perspectiva sincrônica quanto diacrônica, e às várias possibilidades de relação entre termos e conceitos, que não apenas a monossema.

Assim como qualquer ciência, a Terminologia continua a ser amplamente investigada em muitos centros distribuídos por todo o mundo. Uma grande referência internacional é o *International Information Centre for Terminology* (Infoterm). Em acordo com a UNESCO, foi fundado em 1971, em Viena. Seu objetivo é “[...] to support and co-ordinate international co-operation in the field of terminology”.¹¹¹ Possui associados nas Américas, na Ásia, na Europa, na África e na Europa. Dentre os centros que se destacam estão o *Termcat*, *Centre de Terminologia*, na Catalunha, responsável por várias publicações, como textos normativos, dicionários, banco de dados, entre outros,¹¹² e o *Bureau de la traduction* do Governo do Canadá, responsável pelo banco terminológico e lingüístico trilingue (inglês/francês/espanhol) conhecido como *Termium*.¹¹³ No Brasil e na Itália também são desenvolvidos muitos estudos em diversas universidades. No Brasil, são desenvolvidos projetos de pesquisa em várias regiões

¹⁰⁸ FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mar. 2009.

¹⁰⁹ BARROS, 2004, p. 69.

¹¹⁰ FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/486/441>>. Acesso em: 29 set. 2009.

¹¹¹ “[...] para dar suporte e coordenar cooperação internacional no campo da terminologia” (INTERNATIONAL INFORMATION CENTRE FOR TERMINOLOGY. Disponível em: <<http://www.infoterm.info/>>. Acesso em: 30 set. 2009, tradução nossa).

¹¹² TERMCAT. CENTRE DE TERMINOLOGIA. Disponível em: <<http://www.termcat.cat/>>. Acesso em: 30 set. 2009.

¹¹³ TRANSLATION BUREAU. **Home**. Disponível em: <<http://www.btb.gc.ca/btb.php?lang=eng&cont=001>>. Acesso em: 30 set. 2009.

do país. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, foi criado o grupo de pesquisa TERMISUL, com o Projeto Terminológico Cone Sul. Há também o Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) na Universidade de Brasília (UNB) e o Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) da Universidade de São Paulo (USP), *campus* de São Paulo. Outros projetos vêm sendo desenvolvidos na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de São José do Rio Preto. Tanto o TERMISUL quanto o CITRAT são membros da Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), criada em 1988. Seu objetivo é “estabelecer um canal de cooperação entre seus membros para consolidar as terminologias nos países hispanófonos e lusófonos”.¹¹⁴ Na Itália, há, desde 1991, a *Associazione Italiana per la Terminologia* (ASSISTERM), com objetivo de realizar estudos terminológicos das mais variadas áreas do conhecimento e difundi-los¹¹⁵. Além da associação, há o *Laboratorio de Terminologia e Traduzione Assistita*, fundado em 1996, na *Università di Bologna* e o *Centro di Ricerca in Terminologia Multilingue* (CeRTeM) da *Università di Genova*, atuando desde 2005.

Em suma, após esse breve histórico, pode-se afirmar que a Terminologia surgiu caminhando ao lado do próprio ato de nomear, os seres vivos, os objetos, as ciências, as técnicas. Acompanhou o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, o que ele pode produzir, em todos os ramos do conhecimento. Tais ramos se expandem e, assim, subdividem-se. A cada dia, principalmente no século XX e no atual, a informática vem a auxiliar a difusão de todo este novo mundo. Há muito foram superados os limites fronteiriços: a globalização permite trocas. Entretanto, para que isso ocorra é necessário entendimento entre as partes envolvidas. E toda a negociação se dá por meio da linguagem. Em se tratando de campos especializados, a precisão deve ser ainda maior, mas a variação é admitida. É nesse sentido que essa ciência vem a auxiliar todo esse processo de crescimento e expansão, para organizá-lo e torná-lo claro. E a peça-chave que assume esse papel é o termo:

Um termo não é apenas expressão de um nódulo conceitual das ciências ou designação de uma inovação tecnológica, mas é também forte recurso lingüístico de precisão conceitual. O uso de termos contribui, em muito, para tornar a chamada comunicação especializada mais objetiva, menos sujeita a ambigüidades e, conseqüentemente, mais

¹¹⁴ RITERM. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.riterm.net/spip.php?rubrique30>>. Acesso em: 01 out. 2009.

¹¹⁵ ASSOCIAZIONE ITALIANA PER LA TERMINOLOGIA. **L'associazione**. Disponível em: <http://www.assiterm91.org/it/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=34>. Acesso em: 30 set. 2009.

eficiente, porquanto favorece uma compreensão comum sobre os conceitos, objetos e processos expressos pelo componente terminológico.¹¹⁶

Parece que o crescimento mais evidente se dá em relação às ciências exatas e biológicas, mas o mesmo acontece com as ciências humanas. O *Patrimônio Turístico*, subárea do Turismo, também tem crescido. O mesmo acontece com o interesse por ela. Na conjuntura atual, em que tudo gira em torno do que há de mais desenvolvido, seja do mecânico, do elétrico, do digital, do eletrônico, há ainda olhares sobre bens representantes de um passado e sobre a sua preservação. Até a preservação teve de alargar seus limites para abrigar, além de bens antigos, e de certa forma limitados, uma maior variedade e também bens mais recentes. Comprovam essas mudanças fatos como a reformulação tanto do “Sistema das Unidades de Conservação” brasileiro, em 2000, quanto do *Ministero per i Beni e le Attività Culturali*, em 2007, na Itália, ou então a ampliação constante da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Nos três casos foram incluídas novas categorias ou foram feitas reformulações para adequar categorias já existentes. Como exemplo, em 2009, houve a 33ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Ela foi responsável pela inclusão de mais treze bens, entre os quais está a cadeia de montanhas *Dolomiti*, na Itália, considerado *Patrimônio Natural*.¹¹⁷ A Terminologia, então, auxilia na organização das áreas e subáreas e pode fazer o mesmo nesse caso. Foi nesse sentido que a OMT preparou o *Thesaurus du Tourisme et des loisirs*, originalmente trilingue, francês/inglês/espanhol, obra de referência da grande área do Turismo. Em seguida foi preparada uma versão da obra incluindo a língua italiana. No âmbito da presente pesquisa, as duas obras serviriam como apoio para organizar as subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*. Porém, o acesso a elas é difícil no Brasil. Em vista desse contexto, justifica-se a importância da ciência terminológica de auxiliar estudiosos nos dois países. Em seguida, apresenta-se quais os modelos teóricos selecionados para se prosseguir com a pesquisa.

¹¹⁶ KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia técnico-científica: políticas linguísticas e Mercosul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2009.

¹¹⁷ UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. **New inscribed properties**. Disponível em: <http://www.assiterm91.org/it/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=34>. Acesso em: 30 set. 2009.

4.2 Modelos teóricos da área de Terminologia que serão recortados para a análise e descrição dos dados constitutivos do *corpus* de análise da pesquisa

A presente pesquisa percorre um longo caminho para se chegar ao produto final, o “Dicionário terminológico bilíngue português/italiano das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*”. Nesse percurso é importante escolher, dentro dos estudos terminológicos, quais os modelos teóricos que serão utilizados.

Todo estudo terminológico/terminográfico tem por objeto não a língua geral, mas uma linguagem de especialidade. A primeira é definida como um “sistema de comunicação oral e escrita de uso cotidiano e geral em uma comunidade lingüística”,¹¹⁸ e a segunda, como um “sistema de comunicação oral e escrita, usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”.¹¹⁹ Além de a segunda ser um subconjunto da primeira, a principal diferença é o modo como os especialistas transmitem tal linguagem. Cabré a descreve como um

[...] conjunto de subcódigos – parcialmente coincidentes con el subcódigo de la lengua común – caracterizados en virtud de unas peculiaridades ‘especiales’, esto es, propias y específicas de cada uno de ellos, como pueden ser la temática, el tipo de interlocutores, la situación comunicativa, la intención del hablante, el medio em que se produce un intercambio comunicativo, el tipo de intercambio, etc.¹²⁰

O esquema de Rondeau deixa mais clara a situação das linguagens de especialidade, indicadas por LSP. Umas mais próximas da língua comum e outras mais distantes:¹²¹

¹¹⁸ PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de Terminologia**. Trad. Enilde Faulstich. Montreal: Ministro de Obras Públicas e Serviços do Canadá, 2002. p. 124.

¹¹⁹ Ibid., p. 124.

¹²⁰ “[...] conjunto de subcódigos – parcialmente coincidentes com o sub-código da língua comum – caracterizados de acordo com certas peculiaridades ‘especiais’, isto é, próprias e específica de cada um deles, tais como o tema, o tipo de interlocutores, a situação comunicativa, a intenção do falante, o meio em que se há uma troca comunicativa, o tipo de troca, etc.” (CABRÉ, op. cit., p. 128-129, tradução nossa).

¹²¹ RONDEAU, Guy. **Introduction à la terminologie**. Chicoutimi (Quebec): Gaëtan Morin, 1983 apud CABRÉ, op. cit., p. 145.

Por ser parte da língua geral, tal linguagem também se estrutura nos níveis fonológico, morfológico, léxico, sintático e discursivo. Além disso, devem ser considerados outros aspectos, como

a realidade percebida (e, portanto, pré-moldada lingüística e antropológicamente) e a prática lingüística dos usuários da língua de especialidade, sem descartar suas eventuais incongruências “lógicas”, suas marcas culturais, regionais e socioletais, suas idiossincrasias, reduplicações sinonímicas, as relações sociais e hierárquicas entre os diversos usuários etc., etc.¹²²

Para que os conceitos de língua geral e de linguagem de especialidade fiquem mais claros, é oportuno relacioná-los ao modelo teórico de Eugênio Coseriu que trata dos níveis de atualização da língua: sistema, norma e falar concreto. O primeiro deles trata de todas as possibilidades de realização lingüística que uma língua oferece, ou seja, inclui as estruturas utilizadas, bem como as estruturas não utilizadas. O segundo compreende as estruturas escolhidas por uma comunidade e, como consequência, efetivamente utilizadas por ela. O terceiro diz respeito aos “atos lingüísticos concretamente registrados no próprio momento de sua produção”.¹²³ Partindo dessas considerações, Maria Aparecida Barbosa relaciona, entre outros pontos, os níveis de atualização ao tipo de conjunto de unidades lexicais e, consequentemente, às unidades-padrão correspondentes e ao tipo de obra lexicográfica. Pode-se concluir que o sistema trata do universo léxico, sua unidade é o lexema e o conjunto dos lexemas se encontra nos dicionários de língua. Já a norma ocupa-se dos conjuntos vocabulários

¹²² AUBERT, Francis Henrik. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP, 2001. p. 27.

¹²³ COSERIU, Eugênio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1969. p. 73, tradução nossa.

ou conjuntos terminológicos, sua unidade é o vocábulo ou termo, os quais estão organizados nos vocabulários fundamentais, nos vocabulários técnico-científicos ou nos vocabulários especializados. Por fim, o falar concreto trata dos conjuntos-ocorrência, sua unidade é a palavra, e o conjunto das palavras está reunido num glossário.¹²⁴ Diante do apresentado, pode-se afirmar que este trabalho ocupa-se da linguagem de especialidade do Turismo, bem como de sua subárea do *Patrimônio Turístico*, dividida por sua vez em *Patrimônio Cultural* e em *Patrimônio Natural*. No âmbito desta pesquisa, a nomenclatura escolhida para definir sua unidade-padrão foi o *termo* ou *unidade terminológica*. Seu comportamento é assim definido:

Um **termo** ou **unidade terminológica** em uma **língua de especialidade** se distingue de uma palavra da **língua geral** por sua relação unívoca com o conceito especializado que designa (fenômeno denominado **monossemia**) e pela estabilidade dessa relação entre forma e o conteúdo em textos que tratam desse conceito (fenômeno denominado **lexicalização**). Posteriormente é a frequência de uso e o ambiente contextual (**coocorrência**) relativamente fixo, assim como os indicadores tipográficos (cursiva, negrito, aspas, etc.) que explicitam a situação do termo.¹²⁵

Conforme proposto, este trabalho pretende apresentar os termos das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*. Desse modo, o tipo de obra terminológica/terminográfica será denominada dicionário terminológico, segundo a norma ISO 1087, “*Terminology/Vocabulary*”, “*Terminologie/Vocabulaire*”, traduzida por um Grupo de Trabalho da Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia (CEETT), criada no âmbito do IBICT/ABNT. O conceito é assim apresentado: “Dicionário (6.2.1) que compreende dados terminológicos relativos a um ou vários domínios (2.2) particulares.”¹²⁶ Porém, em suas notas, a fim de enriquecer a obra terminológica/terminográfica que está sendo construída, serão apresentadas notas linguísticas, mas sobretudo enciclopédicas.

Outro ponto a ser definido é a teoria da Terminologia que servirá como base para este trabalho. Tendo em vista o que foi apresentado e as características das subáreas em questão, bem como o *corpus* que será analisado, acredita-se que a TCT é mais adequada para servir de modelo teórico. Maria Teresa Cabré afirma que “sem conhecer as especificidades de cada área-objeto não é possível identificar a sua terminologia e, menos ainda, estruturá-la.”¹²⁷ Foi partindo desse princípio que foi estruturado o mapa conceitual, apresentado no capítulo anterior.

¹²⁴ BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário. In: AS MINAS GERAIS, Ieda Maria (Org). **Cadernos de Terminologia n. 1**: A constituição da normalização terminológica. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2001. p. 39.

¹²⁵ PAVEL; NOLET, op. cit., p. 19.

¹²⁶ BARBOSA, 2001, p. 27.

¹²⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 217.

A teoria também defende que os termos de uma linguagem de especialidade podem fazer parte da língua geral ou até mesmo de outras linguagens de especialidade. Nota-se que a subárea do *Patrimônio Cultural* compartilha termos com a língua geral e com a arquitetura. No primeiro caso, exemplificam essa afirmação os termos “casa”, “mercado municipal”, “teatro”, “convento”. No segundo caso, os termos “conjunto urbano”, “edificação”, “equipamento urbano”. Em relação aos termos da subárea do *Patrimônio Natural*, ao se observar seu mapa conceitual, nota-se que sua estruturação baseou-se nas “unidades de conservação”. Uma decorrência natural desse fato é que a subárea compartilha a maior parte de seus termos com a ecologia.

Outro ponto a ser tratado diz respeito à variação linguística, considerada pela TCT um fenômeno possível. Essa postura vai ao encontro com o modo como os termos se comportam dentro das subáreas em questão. Por exemplo, muitas das “unidades de conservação do SNUC” possuem um correspondente em forma de sigla ou acrônimo: o “parque nacional” também é conhecido como “PN” ou “PARNA”, a “floresta nacional” como “FN” ou “FLONA”, a “reserva biológica” como “RB” ou “REBIO”, e assim por diante.

É importante tratar também das relações que se estabelecem entre termo e conceito e das relações entre os próprios termos dentro de uma área ou subárea, já que

*[...] los términos no son de ninguna forma unidades aisladas que puedan darse fuera de un contexto específico, sino elementos que forman partes de un sistema lingüístico especializado y que se materializan en un contexto concreto, que corresponde a un campo determinado de especialización.*¹²⁸

A palavra-chave da citação é contexto. Só por meio dele as relações podem ser identificadas. Desse modo, pode-se observar a representação de todas essas relações no Quadro 1, a seguir:¹²⁹

¹²⁸ “[...] os termos não são de maneira alguma unidades isoladas que podem estar fora de um contexto específico, mas elementos que formam partes de um sistema linguístico especializado e que se materializam em um contexto concreto, que corresponde a um domínio particular de especialização.” (CABRÉ, op. cit., p. 201, tradução nossa).

¹²⁹ BARBOSA, Maria Aparecida. Relações possíveis conjunto significante/conjunto significado. In: CARVALHO, Nelly Medeiros de; SILVA, Maria Emília Barcellos da (Orgs.). **Anais do 1º encontro nacional do GT de lexicologia, lexicografia e terminologia da ANPOLL**. Recife: UFRJ, 1997.

Significado (Contéudo)	Significante (Expressão)	
		1. Monossemia : a um elemento do conjunto ste. corresponde um e somente um elemento do conjunto sdo.
		2. Polisssemia propriamente dita: a um elemento do conj. ste. correspondem dois ou mais elementos do conj. sdo. , estes em relação de oposição transitiva.
		3. Homonímia : a um elemento do conj. ste. correspondem dois ou mais elementos do conj. sdo. , estes em relação de oposição disjuntiva.
		4. Homossemia total (= sinonímia): a dois ou mais elementos do conj. ste. corresponde um e somente um elemento do conj. sdo.
		5. Homossemia parcial (= parassinonímia): a dois ou mais elementos do conj. ste. correspondem 2 ou mais elementos do conj. sdo. , estes em relação de oposição transitiva..
		6. Hiperonímia/hiponímia : a dois elem. do conj. ste. , em relação de oposição disjuntiva, correspondem dois ou mais elem. do conj. sdo. , estes em relação de oposição transitiva, co-hipônimos, todos subordinados a um sdo. mais extensivo.
		7. Paronímia : a dois elem. do conj. ste. , em relação de oposição transitiva, correspondem dois elem. do conj. sdo. , estes em relação de oposição disjuntiva ou transitiva.

Quadro 1 – Relações possíveis, conjunto significante/conjunto significado.

A respeito das relações entre termo e conceito, a teoria de Wüster aceitava apenas a monossemia, em que a um termo correspondia um único significado. Com a TCT passaram a ser reconhecidas também a polisssemia, a homonímia, e a sinonímia (conhecida também como homossemia, que pode ser total ou parcial, parassinonímia ou quase-sinonímia).

No âmbito da presente pesquisa, a monossemia realmente é bastante frequente. É a relação ideal para obras terminográficas, as quais prezam pela univocidade. Como exemplo da subárea do *Patrimônio Cultural*, o termo “museu” refere-se a uma instituição que, em linhas gerais, conserva e divulga alguns bens culturais com finalidades de educação, lazer, entre outras. Este é seu único conceito. Como exemplo do *Patrimônio Natural*, as “unidades de

conservação do SNUC”. Elas também são monossêmicas. A lei que as definiu atribuiu-lhes traços conceituais distintos, já que o objetivo do documento foi o de normalizar, em todo o Brasil, tais unidades, bem como as ações que devem ser tomadas a seu respeito.

Em oposição à monosssemia, encontra-se a polissemia, pois, ao contrário da primeira, ela admite mais de um significado para o mesmo termo. Essa relação é aceita pela teoria de Cabré:

*[...] si analizamos la relación entre la forma y el contenido de un lexema (especializado o no), observamos que la correspondencia entre ambas partes no suele ser unívoca sino múltiple. Así, una forma puede ser portadora de varios significados (polissemia), y un concepto puede ser denominado por varias formas (sinonimia). Estos fenómenos se dan habitualmente en el léxico común, y son, en cambio, más restringidos en el vocabulário especializado.*¹³⁰

No âmbito do *corpus* considerado, em que foram levantados termos das subáreas do *Patrimônio Turístico*, tomou-se como exemplo de polissemia o termo “casa”. Considerado integrante da subárea do *Patrimônio Cultural*, ele assume dois significados: o primeiro remete a uma edificação privada reconhecida por sua beleza arquitetônica, e o segundo refere-se à edificação privada em que alguma personalidade morou por algum período.

Outro tipo de relação entre termo e conceito é a homonímia. Conforme observado no Quadro 1, ela ocorre quando, dentro da mesma linguagem de especialidade, dois conceitos que não possuem traços sêmicos em comum são designados pelo mesmo termo. No *corpus* considerado, a homonímia foi identificada no caso de “palacete”. De um lado, o termo representa uma edificação privada, destinada ao uso residencial, e, de outro, representa uma edificação pública, construída a fim de sediar repartições públicas, instituições culturais. Portanto, não foram encontrados traços sêmicos comuns.

Por último, trata-se, então, da sinonímia. Segundo Cabré:

*La teoría defiende que en terminología cada concepto se expresa por medio de una sola denominación, pero, una vez más, la realidad nos obliga a admitir la existencia de denominaciones alternativas para una misma noción, hasta el punto de que dos conceptos diferentes pueden llegar a coincidir dentro de un mismo campo de especialidad. En sentido amplio, dos unidades son sinónimas cuando designan un mismo concepto.*¹³¹

¹³⁰ “[...] se analisarmos a relação entre a forma e o conteúdo de um lexema (especializado ou não), observamos que a correspondência entre as duas partes muitas vezes não é unívoca, mas múltipla. Assim, uma forma pode ter vários significados (polissemia), e um conceito pode ser denominado de várias formas (sinonímia). Estes fenômenos ocorrem geralmente no léxico comum, e, são, em contrapartida, mais restritos no vocabulário especializado.” (CABRÉ, op. cit., p. 213, tradução nossa).

¹³¹ “A teoria afirma que cada conceito na terminologia é expressa por uma única denominação, mas, mais uma vez, a realidade nos obriga a admitir a existência de denominações alternativas para uma mesma noção, tanto que dois conceitos diferentes podem coincidir dentro do mesmo campo de especialidade. Em termos gerais, duas unidades são sinônimas quando designam um mesmo conceito.” (CABRÉ, op. cit., p. 216, tradução nossa).

Apesar de muitos teóricos concordarem com a possibilidade de mais de um termo exprimir um conceito, preferem não falar em “sinonímia”, pois não acreditam na correspondência de todos os semas entre dois ou mais termos. Preferem utilizar, então, “homossemia parcial”, “parassinonímia” ou “quase-sinonímia”, o que quer dizer a “identidade parcial de dois ou mais lexemas, que se reconhecem pela possibilidade que têm de se substituírem apenas em certos contextos”.¹³² Desse modo, a “sinonímia total” fica restrita a situações em que devem ser satisfeitos dois critérios: “1) a possibilidade de intercâmbio em todos os contextos; 2) a identidade tanto no sentido cognitivo quanto no afetivo.”¹³³ E tais situações são pouco frequentes na língua geral, bem como nas linguagens de especialidade. Sendo assim, acredita-se que o termo mais adequado para tratar das subáreas deste trabalho é “parassinonímia”. Dentre as diversas categorias da TCT que comprovam esse fenômeno linguístico, duas delas retratam o que acontece com as subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*. A primeira delas trata da correspondência entre um termo e uma sigla: “*A veces, la sinonímia se da entre dos unidades semánticamente equivalentes, una de las cuales es la forma desarrollada de la otra.*”¹³⁴ Os exemplos encontrados fazem parte da segunda subárea mencionada. São eles: “reserva da biosfera” e a sigla “RB”, “reserva particular do patrimônio natural” ou “RPPN”, entre outros. Krieger também identifica outras categorias, que vão nessa mesma direção. É o caso dos acrônimos.¹³⁵ Dentro da mesma subárea, foram encontrados alguns exemplos, como o “monumento natural”, também conhecido como “MONA”; a “reserva extrativista”, conhecida como “RESEX”; a “floresta nacional”, como “FLONA”, entre outros. A outra forma encontrada de “parassinonímia” trata do termo e de sua forma equivalente em outra língua.¹³⁶ Nesse caso, a língua de partida é a língua portuguesa e a língua de chegada, a língua italiana. Em relação ao *Patrimônio Cultural*, a maior parte dos termos possui correspondentes. Há algumas exceções, como “conjunto urbano” e “equipamento urbano”. Já em relação ao *Patrimônio Natural*, apesar do número de correspondentes ser um pouco menor, eles ainda são bem representativos. Tal situação se deve ao fato de a legislação para tratar da questão nos dois países envolvidos, Brasil e Itália, ser distinta. No Brasil há muito mais especificidades consideradas por suas leis em relação ao que é feito na Itália. A legislação federal brasileira estabeleceu o SNUC. Nele, há dois grandes grupos das unidades de conservação, o “de uso integral” e o “de uso parcial”: o primeiro com cinco subgrupos e o

¹³² GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 428.

¹³³ LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: EDUSP/Nacional, 1979. p. 476.

¹³⁴ “Às vezes, a sinonímia ocorre entre duas unidades semanticamente equivalentes, uma das quais é a forma expandida da outra.” (CABRÉ, op. cit., p. 216, tradução nossa).

¹³⁵ KRIEGER, 2001. p. 74.

¹³⁶ CABRÉ, op. cit., p. 216-217.

segundo com sete. Além disso, há algumas outras unidades de conservação geridas por outros órgãos. Na Itália existe apenas o grande grupo conhecido como “*aree naturali protette*”, composto por: “*parco nazionale*”, “*parco naturale regionale o interregionale*”, “*riserva naturale*”, “*zona umida di interesse internazionale*”, “*altre aree naturali protette*”, “*aree di ripascimento terrestri e marine*”.¹³⁷ A categoria “*altre aree naturali protette*” abriga unidades de conservação ou bens naturais que não se enquadram nas outras categorias. São assim definidas:

*Le Altre aree naturali protette sono aree (oasi delle associazioni ambientaliste, parchi suburbani, ecc.) che non rientrano nelle precedenti classi. Si dividono in aree di gestione pubblica, istituite cioè con leggi regionali o provvedimenti equivalenti, e aree a gestione privata, istituite con provvedimenti formali pubblici o con atti contrattuali quali concessioni o forme equivalenti.*¹³⁸

Entre os exemplos, estão “*monumento naturale*”, “*biotopo*”, “*zona di salvaguardia*”.¹³⁹

Esse mesmo fato linguístico, da equivalência dos termos em línguas distintas, é visto por outros teóricos como diferenças diatópicas, “isto é, diferenças no espaço geográfico”.¹⁴⁰ Nesse caso, as diferenças diatópicas referem-se aos termos na língua portuguesa usada no Brasil e dos termos equivalentes em língua italiana. No *corpus* selecionado não foram encontrados casos em que essas diferenças tratem, por exemplo, de termos distintos de regiões diversas do Brasil, já que os documentos, de caráter oficial, e os demais textos selecionados, têm valor em todo o território.

Entretanto, os termos, além de estabelecer relações com os respectivos conceitos, também o fazem com os demais termos da mesma linguagem de especialidade. Tais relações podem ser de dois tipos: lógicas ou ontológicas. As primeiras baseiam-se nas semelhanças entre os termos. Uma das mais importantes relações desse tipo é a hierárquica, em que as relações são estabelecidas entre “um conceito superordenado e conceitos subordinados ou vice-versa, formando um ou vários níveis”.¹⁴¹ Por sua vez, as relações hierárquicas podem ser de dois tipos: partitivas (parte-todo) e genéricas (espécie-gênero). No primeiro caso, como o próprio nome deixa claro, há um termo que representa algo em seu todo e os demais termos

¹³⁷ ITALIA. Ministero dell’Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare. **Classificazione delle aree naturali protette**. Disponível em: <http://www.minambiente.it/index.php?id_sezione=1344>. Acesso em: 27 maio 2009.

¹³⁸ “As outras áreas naturais protegidas são áreas (oásis das associações ambientalistas, parques suburbanos, etc.) que não entram nas classes anteriores. Dividem-se em áreas de gestão pública, ou seja, instituídas com leis regionais ou medidas equivalentes, e áreas de gestão privada, instituídas com medidas formais públicas ou com atos contratuais, tais como concessões ou formas equivalentes.” (Id. **Classificazione delle aree naturali protette**. Disponível em: <http://www.minambiente.it/index.php?id_sezione=1344>. Acesso em: 08 out. 2009, tradução nossa).

¹³⁹ Id. **Elenco ufficiale delle aree naturali protette**. Disponível em: <http://www2.minambiente.it/sito/settori_azione/scn/docs/elenco_ap_2003.pdf>. Acesso em: 08 out. 2009.

¹⁴⁰ COSERIU, Eugenio. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980. p. 110.

¹⁴¹ ISO 1087, 1990, p. 3 apud BARROS, op. cit., p. 116.

representam suas partes. Por exemplo, a subárea “Esportes” ou a subárea “Legislação Turística” são partes da grande área do Turismo. No segundo caso, “*los conceptos más específicos forman parte de la extensión del concepto genérico que los incluye. [...] Un término específico contiene todas las características de su genérico y alguna que le es peculiar.*”¹⁴² Verificou-se que é este o tipo de relação que se dá entre os termos das subáreas investigadas nesta pesquisa. Nela, os termos assumem os papéis de hiperônimos, hipônimos e coipônimos.

Em semântica, o conceito mais genérico corresponde ao hiperônimo, enquanto os mais específicos são chamados hipônimos, os quais, quando pertencem ao mesmo nível de abstração dentro de um sistema estruturado, mantêm entre si uma relação co-hiponímica (são co-hipônimos).¹⁴³

O termo mais genérico, o hiperônimo, é aquele que traz todos os traços da classe que representa, enquanto que o hipônimo possui os mesmos traços, além de outros que o distinguem e o tornam mais específico. A relação de coiponímia é aquela que se estabelece entre os hipônimos de um mesmo hiperônimo. No âmbito desta pesquisa, observando-se o mapa conceitual da subárea do *Patrimônio Cultural*, verificou-se que os termos “igreja” e “terreiro” são hipônimos do hiperônimo “edificação religiosa”, numa relação de subordinação. Por isso, apresentam as características da noção genérica, além de características próprias: a primeira edificação é utilizada para cultos cristãos e a segunda para cultos afro-brasileiros. Tais termos estão numa relação de coordenação, pois estão em um mesmo nível. Portanto, um é coipônimo do outro. O mesmo ocorre com os termos da subárea do *Patrimônio Natural*. A “área de proteção ambiental” e a “área de relevante interesse ecológico” são hipônimos do hiperônimo “unidade de conservação do SNUC de uso sustentável”, e também são coipônimos entre si.

Em suma, a TCT oferece o suporte necessário de um estudo terminológico/terminográfico das subáreas-foco deste trabalho. Por exclusão, a TGT parece muito restrita, pois parte de um modelo criado para áreas técnicas e não prevê as diferentes características que outras áreas podem apresentar. Já a Socioterminologia leva em conta diversas situações de comunicação de uma mesma língua de especialidade. Neste trabalho, esse fator não é importante, já que o *corpus* documental é composto basicamente por documentos de um mesmo nível, ou seja, o institucional. Os textos foram elaborados pelos

¹⁴² “[...] os conceitos mais específicos fazem parte da extensão do conceito genérico que os inclui [...] Um termo específico inclui todas as características do seu genérico e alguma que lhe é peculiar.” (CABRÉ, op. cit., p. 203, tradução nossa).

¹⁴³ BARROS, op. cit., p. 117.

diversos órgãos e institutos que normalizam as atividades das subáreas, entre outros textos dessas organizações, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Neste capítulo foram apenas apresentados os modelos teóricos que norteiam este trabalho, com alguns exemplos. Uma análise mais minuciosa será realizada quando da análise e discussão dos dados.

5 ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*. METODOLOGIA

5.1 Descrição dos textos constitutivos dos *corpora*. O *corpus* documental, o *corpus* de análise

Uma das etapas mais importantes para a realização de um trabalho terminológico/terminográfico, após a delimitação da área ou subárea que será investigada, refere-se ao estabelecimento do *corpus*. É sobre a documentação recolhida que o trabalho irá se basear.

Cabré apresenta a classificação que Rondeau faz da documentação utilizada para a pesquisa terminológica. Há a documentação terminológica, a qual “*debe servir para la localización y la extracción de términos*”¹⁴⁴ em oposição à documentação de referência, a qual faz com que “*el terminólogo o el especialista adquieran conocimientos sobre la teoría y los métodos de trabajo de la terminología, o bien sobre los contenidos y la estructuración de un determinado campo de especialidad.*”¹⁴⁵ Para realizar esta pesquisa foi utilizada a documentação terminológica ou o *corpus* documental, com textos em língua portuguesa e em língua italiana, dos quais foram extraídos os termos propriamente ditos. Tais termos compõem o *corpus* de análise.

Para a escolha dos textos do *corpus* documental nas duas línguas foram utilizados os critérios de adequação e confiabilidade/representatividade das fontes.¹⁴⁶ A adequação proporciona “a clara identificação da totalidade do termo, não apenas da designação mas, igualmente, do conceito”.¹⁴⁷ A confiabilidade/representatividade deve atestar que os textos selecionados sejam frequentemente utilizados pelos especialistas da área em questão, com grande alcance no tempo e no espaço. Também foram levados em conta a finalidade e o público-alvo desta pesquisa, os quais estão bem relacionados. A finalidade é auxiliar estudiosos do *Patrimônio Turístico*, o então público-alvo.

Os textos nas duas línguas seguem duas tipologias: a primeira, e mais numerosa, é de ordem legal, como leis, decretos, convenções, disponibilizados na internet; a segunda é

¹⁴⁴ “[...] deve ser utilizado para a localização e a extração de termos.” (CABRÉ, op. cit., p. 227, tradução nossa).

¹⁴⁵ “[...] o terminólogo ou o especialista adquirem conhecimentos sobre a teoria e os métodos de trabalho da terminologia, ou também sobre os conteúdos e a estruturação de um determinado campo de especialidade.” (Ibid., p. 227, tradução nossa).

¹⁴⁶ AUBERT, op. cit., p. 39-41.

¹⁴⁷ Ibid., p. 40.

composta por outros sítios da rede que possuem como tema o *Patrimônio Cultural Material* e o *Patrimônio Natural*, e, em sua maioria, são de propriedade institucional ou pertencem a organizações mundiais que se ocupam da questão. Nos dois casos, o buscador *Google* foi a ferramenta utilizada para encontrar as informações procuradas. No entanto, é preciso ter cautela para utilizar as informações veiculadas por esse meio, pois em muitos casos eles não atendem aos critérios apenas citados. Além deste, Krieger e Marins elaboraram critérios específicos para a utilização de informações disponíveis na internet. Segundo eles, devem ser considerados:

- a) **língua de origem do sítio:** foram utilizados principalmente sítios na língua portuguesa do Brasil e na língua italiana;
- b) **mantenedor do sítio:** órgãos governamentais como o IPHAN, MiBAC, IBAMA, entre outros; além de instituições internacionais como a UNESCO;
- c) **finalidade do sítio:** divulgar as informações tais como leis, decretos, entre outros;
- d) **nível de especialização do sítio na área:** especializado (governamental).¹⁴⁸

Com base nesses princípios, foram utilizadas as seguintes fontes em língua portuguesa:

- **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, UNESCO, 1992:** trata dos conceitos e das diretrizes para a preservação do patrimônio em âmbito mundial;
- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;**
- **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961:** dispõe sobre os monumentos pré-históricos e arqueológicos;
- **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:** institui o Estatuto de Museus e dá outras providências;
- **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:** institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- **Lei nº 4.771, de 15 de novembro de 1965 (Código Florestal):** trata das unidades de conservação “área de preservação permanente” e da “reserva legal”;

---

¹⁴⁸ KRIEGER, Maria da Graça; MARINS, Diego Stigger. Busca e valoração de equivalentes em espanhol para termos jurídico-ambientais em sites da internet. In: Congresso Internacional da ABECAN, 8., 2005. Brasil/Canadá. **Anais...** Rio Grande: ABECAN, 2005 apud BEVILACQUA, Cleci; REUILLARD, Patrícia Kittoni Ramos. **Glossário de gestão ambiental:** questões de *corpora* e equivalência. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigo_X_SIMPOSIO_RITERM_2006_BEVILACQUA_REUILLARD.pdf>. Acesso em: 18 out. 2009.

- **Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983:** dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências;
- **Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990:** trata do conceito de cavidade natural subterrânea e da sua proteção;
- **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006:** regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:** organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- **Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003:** trata da regulamentação sobre os jardins botânicos;
- **Instrução Normativa IBAMA nº 169, de 20 de fevereiro de 2008:** trata do plano de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro;
- **Instrução Normativa nº 2, de 20 de agosto de 2009:** trata da classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas;
- **Arquivo Noronha Santos:** arquivo disponível na internet, no *site* do IPHAN, que contém informações sobre os bens tombados registrados nos quatro Livros do Tombo. Porém foram utilizados apenas o Livro Histórico, com 577 bens registrados, e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com 119 bens;
- **IPHAN:** *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com informações sobre o patrimônio brasileiro, principalmente o *Patrimônio Cultural*, além de dados sobre a categoria “área natural tombada”;
- **UNESCO Brasil:** *site* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Na seção de Cultura, trata da questão do Patrimônio Mundial;
- **MaB (o programa Homem e Biosfera):** *site* sobre a categoria “reserva da biosfera”, criada pela UNESCO;
- **IBAMA:** *site* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Contém informações sobre as unidades de conservação brasileiras e sobre a categoria “jardim zoológico”;
- **Revista Museu:** traz informações e notícias sobre museus e sobre outras questões ligadas à cultura.

Já em língua italiana, foram utilizados os seguintes documentos e sítios:

- *Convenzione riguardante la protezione sul piano mondiale del Patrimonio Culturale e Naturale*, 1972: versão italiana da mesma convenção utilizada como fonte em língua portuguesa, também elaborada pela UNESCO;
- *Convenzione europea per la tutela del patrimonio archeologico*: define patrimônio arqueológico e dá demais diretrizes para sua identificação e proteção;
- *D.L. 22 gennaio 2004, n. 42: Codice dei beni culturali e del paesaggio*: trata dos conceitos e das diretrizes para a preservação dos bens culturais e dos bens paisagísticos em território italiano;
- *Legge 6 dicembre 1991, n. 394: Legge Quadro sulle Aree Protette*: apresenta e explica o sistema das unidades de conservação italiano;
- *Decreto Legislativo 21 marzo 2005, n. 73*: trata da custódia dos animais no jardim zoológico;
- *Direttiva del Consiglio 21 maggio 1992, 92/43/CEE*: trata da conservação dos habitats naturais e semi-naturais e da flora e fauna selvagens;
- *MiBAC (Ministero per i Beni e le Attività Culturali)*: site com informações sobre o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural italiano;
- *Ufficio Patrimonio Mondiale UNESCO* no site do MiBAC: site que contém as convenções da UNESCO e as informações específicas em relação aos bens em território italiano;
- *Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare*: site que trata do sistema das unidades de conservação italiano, do conceito e conservação dos “jardins botânicos”;
- *Parks*: site da *Federparchi (Federazione Italiana Parchi e Riserve Naturali)*, com informações sobre as unidades de conservação italianas;
- *Paesaggio e architettura rurale*: site que trata da classificação de algumas áreas verdes urbanas;
- *Corpo Forestale*: site com informações sobre as “*aree naturali protette*”, além do glossário com vários termos.

Para as “unidades de conservação” em âmbito internacional, também foram consultados os seguintes sites em inglês:

- *UNESCO World Heritage*: site que trata do Patrimônio Mundial;

- *UNESCO Global Geoparks Network (GGN): site* que trata da rede internacional de geoparques.

Como últimas fontes a serem consultadas, estão também obras lexicográficas e terminográficas em língua portuguesa e apenas uma obra lexicográfica em língua italiana. Elas foram utilizadas para validar alguns conceitos depreendidos dos textos ou então foram a única fonte de depreensão de significados. São eles:

- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006;
- BARROS, Lídia de Almeida. **Vocabulário enciclopédico das Unidades de Conservação do Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência; Marília: Ed. UNIMAR, 2000.
- DOMINGUES, Celestino de Matos. **Dicionário técnico de Turismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1990;
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole, 2000;
- CORONA; LEMOS, **Dicionário de arquitetura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora e Distribuidora Artshow Books Ltda, 1989;
- Il Grande Dizionario Garzanti in CD/ROM 2009. Milano: DeAgostini Scuola SPA/Garzanti Linguistica, 2008.

Como se pode observar, não há dicionários especializados sobre as subáreas em questão. Há, porém, o **Vocabulário Enciclopédico das Unidades de Conservação**, publicado em 2000, bastante relevante para a área da Ecologia, mas que pode ser bastante útil para a elaboração do dicionário terminológico do *Patrimônio Natural*, já que ambos têm por base de seu mapa conceitual as “unidades de conservação”. Há outros motivos que fazem da obra, referência para esta pesquisa. Em primeiro lugar, ela é uma obra realizada com rigor terminológico/terminográfico, já que elaborado por uma terminóloga. O modo como foram elaboradas as definições pode servir como modelo. Em segundo lugar, os longos anos de pesquisa comprovam o esforço em reunir o maior número de informações sobre grande parte das unidades de conservação brasileiras, além de possibilitar um estudo minucioso da documentação recolhida. O produto final é um vocabulário que, além de trazer o conceito, quando se trata da definição de uma categoria de manejo, traz informações de caráter enciclopédico, quando se trata das unidades propriamente ditas. A seguir, a tipologia dos dados

enciclopédicos encontrados na obra: criação e regulamentação, localização, área, características particulares, observações gerais, outras denominações e símbolo de classificação.¹⁴⁹ Esse modo sistematizado de apresentar as notas também pode ser um exemplo interessante de como organizar as notas no presente trabalho. Em suma, a obra apresentada, datada de 2000, foi elaborada, pois não foi encontrada, até então, nenhuma obra em língua portuguesa que tratasse de modo tão sistematizado do tema da preservação das unidades de conservação brasileiras. Apesar do ponto de intersecção entre o vocabulário da estudiosa Lúcia de Almeida Barros e dos termos do *Patrimônio Natural* desse dicionário terminológico ser a organização baseada sobre as “unidades de conservação”, há muitas diferenças entre as obras. A primeira é voltada para a Ecologia e esta é voltada para o Turismo. São olhares distintos sobre o mesmo objeto. Ela também possui uma preocupação primária com esses espaços que contêm muitos exemplares da biodiversidade. A segunda também se preocupa, de certo modo, com a biodiversidade, mas sua preocupação é secundária, pois as “unidades de conservação” são um instrumento para se atingir o objetivo maior desse setor da economia, que é a geração de divisas. É o que se pode notar na citação a seguir:

*Tourism is one of the largest industries and heritage tourism is its most rapidly growing international sector. With millions of tourists visiting the 851 World Heritage sites each year, tourism has become an important cross cutting issue and management concern at most World Heritage sites. However, many times lack trained personnel and local communities and policy makers sometimes lack the experience necessary to use tourism as a tool to contribute to biodiversity and cultural diversity conservation.*¹⁵⁰

A questão da biodiversidade aparece, porém é reforçada a ideia do Turismo ser uma indústria. Em decorrência, a importância dos números elevados, sejam números de sítios do Patrimônio Mundial, sejam números de turistas que os visitem, e, por fim, a soma do capital gerado.

Em relação ao *Patrimônio Cultural*, não há obras nesse sentido, o que comprova a importância desta pesquisa, com objetivo de suprir as deficiências de material

¹⁴⁹ BARROS, Lúcia de Almeida. **Vocabulário enciclopédico das unidades de conservação do Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência; Marília: Ed. UNIMAR, 2000. p. 23.

¹⁵⁰ “O turismo é uma das maiores indústrias e o patrimônio turístico é o seu setor de mais rápido crescimento internacional. Com milhões de turistas que visitam os 851 sítios do Patrimônio Mundial a cada ano, o turismo se tornou uma importante questão transversal e de preocupação administrativa na maioria dos sítios do Patrimônio Mundial. No entanto, muitas vezes a falta de pessoal treinado e comunidades locais e legisladores às vezes a falta da experiência necessária para utilizar o turismo como uma ferramenta para contribuir para a conservação da biodiversidade e da diversidade cultural.” (WORLD HERITAGE CENTRE. **Sustainable tourism programme**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/sustainabletourism>>. Acesso em: 19 out. 2009, tradução nossa).

terminológico/terminográfico tanto para pesquisadores do patrimônio brasileiro e italiano e das suas inter-relações.

Sobre a grande área do Turismo, encontrou-se a obra **Dicionário Técnico de Turismo**, publicação de Portugal, datada de 1990. É uma obra recomendada pelos cursos de Turismo no Brasil, pelo rigor terminológico/terminográfico com que foi elaborada, apesar de não ser uma das obras mais atuais. “Dependendo da área em questão (maior ou menor dinamismo da evolução conceptual e/ou tecnológica), um diferencial de tempo de sete anos pode comprometer a validade da fonte em termos de sua atualidade.”¹⁵¹ Como a área do Turismo evolui com muita rapidez, muitos neologismos são incorporados a essa linguagem de especialidade, o que faz com que o dicionário citado esteja bastante desatualizado. Ainda assim, torna-se uma importante referência para a área do Turismo em língua portuguesa, ao lado do **Vocabulário Enciclopédico das Unidades de Conservação**. No entanto, as obras consultadas para a verificação da maioria dos termos, principalmente os do *Patrimônio Cultural*, foram os citados dicionários gerais, de língua portuguesa e de língua italiana.

Observando-se atentamente todo o *corpus documental* recolhido, a sua homogeneidade pode ser comprovada pela tipologia dos documentos e pela seleção das fontes seguir os mesmos critérios nas duas línguas, o que oferece como resultado um mesmo nível de especialização da linguagem de especialidade.

Do *corpus* apenas descrito, foram retirados aproximadamente 80 termos, os quais compõem o *corpus* de análise. Para isso, foram utilizados critérios de ordem qualitativa e quantitativa. Em relação aos primeiros, os termos foram selecionados devido ao seu grau de especialidade e de informatividade, além da verificação de seu estatuto terminológico dentro da subárea. Em relação aos segundos, foi considerado o número de ocorrências. Como último critério, o termo deve ser representante da especificidade da realidade brasileira. Pôde-se verificar tal fato ao se tratar de termos como “paço imperial”, apenas um exemplar, bem como “terreiro” e “quilombo”. Não se pode deixar de mencionar a importância dos contextos para a identificação dos termos, de seu sentido, bem como de seu uso.

Para identificar os termos, não foram encontradas dificuldades. Em muitos casos, eles são formados por apenas um elemento, como é o caso de “edificação”, “palacete”, “praça”, entre outros. Porém, em outros casos eles são formados por dois ou mais elementos. Alguns deles são facilmente identificados, como as “unidades de conservação do SNUC”, já que estão

---

¹⁵¹ AUBERT, op. cit., p. 43.

bem apresentados pela lei que os criou. Outros foram delimitados segundo os seguintes critérios:

- a) não-autonomia de um componente em relação aos outros que compõem a unidade léxico-semântica sem que haja modificação de sentido;
- b) impossibilidade de comutação de um componente sem acarretar mudança de sentido;
- c) não-separabilidade dos componentes;
- d) particularidade da estrutura interna.¹⁵²

Satisfizeram esses critérios os termos como “sítio arqueológico”, “jardim botânico”, em que os componentes não podem ser separados, sua ordem não pode ser invertida e separados eles têm outros sentidos. “Sítio”, como termo do *Patrimônio Cultural*, é uma propriedade agrícola de pequenas dimensões. “Sítio arqueológico” tem um sentido completamente distinto, sendo uma área em que são encontradas vestígios de civilizações pré-históricas. Já “jardim”, não faz parte da subárea do *Patrimônio Natural*, pois não é uma “unidade de conservação”. Porém “jardim botânico” é uma área protegida, com coleções de plantas vivas, devidamente identificadas e é aberta à visitação do público.

Por fim, julga-se relevante comentar as diferentes nuances dadas pelo Brasil e pela Itália às suas respectivas legislações. O primeiro é bastante assistido quanto à regulamentação dos bens naturais. A segunda, ao contrário, possui uma legislação bastante aprimorada sobre os bens culturais. É a decorrência da predominância de determinados bens em cada um dos países. Logo, as medidas mais eficazes tomadas por cada um deles podem servir de exemplo para o outro, fazendo-se, é claro, as necessárias adaptações, de acordo com a realidade local.

Em seguida, serão apresentadas as demais etapas da pesquisa.

5.2 Etapas da pesquisa

Para obter como produto final uma obra terminológica/terminográfica é preciso passar por várias etapas e nelas, tomar algumas decisões.

Em primeiro lugar foi selecionado o universo da pesquisa. Conforme discutido, não foram encontradas obras terminográficas sobre as subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, nem em língua portuguesa, nem em língua italiana, e muito menos obras

---

¹⁵² BARROS, 2004, p. 103.

bilíngues português/italiano. Foi determinado, então, que seria apresentado um dicionário terminológico das subáreas em caráter bilíngue, com termo e definição em língua portuguesa e forma equivalente em língua italiana. Decidiu-se recolher aproximadamente 80 termos, desconsiderando-se as formas variantes e parassinônimos, encontrados posteriormente. A organização da obra será apresentada em ordem alfabética, pois se acredita que esta é uma maneira mais prática para que qualquer tipo de usuário, desde o especialista, até o leigo, encontre as informações de que precisa.

Para o tratamento das definições, foi preciso definir o público-alvo da obra. Acredita-se que ela pode ser bastante útil para tradutores de documentos italianos para o português, além de estudiosos brasileiros do patrimônio italiano. Como consequência, optou-se por uma densidade terminológica alta, já que os consulentes da obra são especialistas no assunto em questão.

Em suma, estas são as características do dicionário terminológico até o momento:

Tema	Patrimônio Turístico
Subtema	Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural
Área	Turismo
Subáreas	Patrimônio Turístico (Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural)
Público-alvo	Tradutores de documentos italianos para o português, além de estudiosos brasileiros do patrimônio italiano
Densidade terminológica	Alta
Tipo de orientação das entradas	Alfabética
Tratamento	Bilíngue
Idiomas	Português/Italiano
Dimensão	106 termos

Antes de continuar com outras etapas da pesquisa, foram tomadas algumas decisões em relação aos modelos teóricos que seriam utilizados, o que foi amplamente discutido no capítulo anterior.

Assim, seguiu-se a proposta da teórica Lídia de Almeida Barros quanto às demais etapas que devem ser seguidas para a realização de um trabalho terminográfico. São elas:

- a) estabelecimento do *corpus*;
- b) recolha das unidades terminológicas;
- c) recolha e registro dos dados em fichas (de papel ou eletrônicas);
- d) tratamento dos dados (redação das definições e de todo o enunciado terminográfico);
- e) produção de trabalho provisório para discussão com especialistas da área;
- f) redação final.¹⁵³

No caso desta pesquisa, de caráter bilíngue, ela acrescenta que é necessária também a pesquisa e recolha das formas equivalentes na língua de chegada.

A primeira das etapas mencionadas já foi discutida no item anterior. Foi recolhido material sobre o Turismo, sobre *Patrimônio Turístico* e principalmente sobre as subáreas investigadas, ou seja, o *corpus documental* anteriormente apresentado. Conforme apresentado, a documentação refere-se às duas línguas em questão.

A segunda etapa consiste na extração dos termos do *corpus documental*, o que resulta na constituição do *corpus de análise*. Conforme dito, não foram encontradas grandes dificuldades.

A terceira etapa consiste na recolha e registro dos dados em fichas, a qual foi realizada de maneira manual. Os dados foram registrados em fichas terminológicas eletrônicas. As características das fichas e o modo como foram elaboradas serão posteriormente esclarecidos. Com base nesses dados, foi possível construir o Mapa Conceitual das subáreas, deixando evidenciadas as relações que os termos estabelecem entre si.

Após o preenchimento minucioso das fichas, a quarta etapa consistiu no “tratamento terminográfico, ou seja, a organização dos dados com vistas à elaboração das definições e de todos os enunciados terminográficos dos verbetes.”¹⁵⁴ Após todos os contextos e traços conceituais estarem devidamente inseridos nas fichas, os conceitos começaram a ser definidos dos hiperônimos até os hipônimos, ou seja, primeiro foi tratado o termo “equipamento urbano”, para em seguida serem tratados os termos “teatro”, “museu”, “chafariz”, e seus demais hipônimos. E assim sucessivamente.

Na próxima etapa, procurou-se consultar alguns especialistas para opinar sobre os conceitos, provisoriamente prontos.

Por fim, foram realizados os últimos ajustes, o que resultou na versão final do “Dicionário terminológico bilíngue português/italiano da subárea do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*”.

---

¹⁵³ BARROS, 2004, p. 202.

¹⁵⁴ Ibid., p. 220.

5.2.1 Elaboração da ficha terminológica para o exame dos dados

Para a realização de um trabalho como este, há dois tipos importantes de fichas para se registrar os dados: as fichas de recolha e as fichas terminológicas.

No primeiro caso, a ficha registra “a unidade lingüística em estudo, um exemplo de seu uso na língua, uma definição ou uma ilustração do objeto designado”.¹⁵⁵ A segunda registra todos os dados do termo necessários pela pesquisa em questão. Há duas tipologias de dados: os terminológicos e os terminográficos. Segundo a teórica Lúcia de Almeida Barros, os primeiros devem conter principalmente informações:

- a) **sobre a unidade lingüística:** qual a forma privilegiada, quais as formas equivalentes, qual a classe gramatical, quais as marcas de uso, entre outros;
- b) **descrição da unidade terminológica:** contextos, exemplos, observações gerais, entre outros;
- c) **relações intersignificativas:** quais as relações que o termo mantém com os demais termos, seja no sentido horizontal, seja no vertical.¹⁵⁶

Por sua vez, os segundos são compostos pelos dados terminológicos e por dados associados, tais como:

- a) **domínio de aplicação do termo:** no âmbito desta pesquisa, preferiu-se utilizar os termos “área” ou “subárea” ao invés de “domínio” ou “subdomínio”;
- b) **indicativo de país, de língua e de autoridade:** símbolos e códigos dos países e das línguas;
- c) **notas:** informações de outra ordem que não são contempladas pelos campos da ficha. As notas bastante usuais são as lingüísticas e as enciclopédicas;
- d) **símbolo de classificação:** número indicativo da posição do conceito no mapa conceitual;
- e) **fontes:** textos ou documentos dos quais foram extraídos os termos. Elas devem ser indicadas em códigos, com indicação da data, página, entre outros.
- f) **data do primeiro registro e da última atualização da ficha;**

---

¹⁵⁵ BARROS, 2004, p. 211.

¹⁵⁶ Ibid., p. 212.

- g) **número de série:** número de cada termo, quando em ordem alfabética;
- h) **frequência de ocorrência:** em linhas gerais, se o termo é usual ou pouco usual;
- i) **descritores:** são os traços característicos de cada termo;
- j) **língua de partida e de chegada.**

Nesta pesquisa, por questões práticas e pela dimensão não tão extensa da obra que se pretende produzir, optou-se por utilizar apenas a ficha terminológica. Nela, não foram inseridos todos os campos mencionados, mas apenas aqueles adequados às características do “Dicionário Terminológico Bilíngue do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*”, as quais foram bem esclarecidas no item anterior. Tais campos serão mencionados posteriormente.

Conforme dito, o registro dos dados terminológicos/terminográficos foi feito de modo manual, mas em uma ficha eletrônica. Um dos fatores importantes para se ter uma organização adequada desses dados é a uniformização. Por isso, optou-se por um *software* que, além de conter os campos necessários para atender às características desta pesquisa,

[...] reúna características de maleabilidade de configuração, contenha recursos integrativos, seja bastante difundido internacionalmente (o que aumenta a probabilidade de intercâmbio de levantamentos entre instituições), de fácil manuseio mesmo por pesquisadores com pouca familiaridade com a informática, e permita a conversão dos diversos arquivos para um processador de texto e/ou para algum programa de editoração eletrônica, de modo a facilitar a edição e impressão de vocabulários e glossários derivados dos levantamentos efetuados.¹⁵⁷

Escolheu-se o recomendado programa *Access*, utilizado para o armazenamento de banco de dados. Este é um programa do sistema operacional *Windows*, o mais difundido no mundo. Além disso, atende aos critérios apenas mencionados.

Os campos criados para compor a ficha terminológica foram:

- a) campo 01: entrada (termo em língua portuguesa);
- b) campo 02: categoria gramatical;
- c) campo 03: sinônimo(s) ou parassinônimo(s);
- d) campo 04: variante(s);
- e) campo 05: forma(s) equivalente(s) na língua italiana;
- f) campo 06: data e hora do primeiro preenchimento da ficha;
- g) campo 07: contextos: campo composto por “contexto”, “conceito” e “fonte” (contém as informações sobre a entrada e sobre as formas variantes);

---

¹⁵⁷ AUBERT, op. cit., p. 74.

- h) campo 08: contextos equivalentes (campo composto por “contexto” e “fonte”);
- i) campo 09: contextos sinônimos: campo composto por “contexto” e “fonte”;
- j) campo 10: traços conceituais (contém espaço para preenchimento de até 10 traços conceituais dos termos em língua portuguesa e em língua italiana);
- k) campo 11: conceito final (traz os traços que devem integrar o conceito, nas duas línguas);
- l) campo 12: definição (versão definitiva do conceito);
- m) campo 13: notas linguísticas (tratam do *status* do termo, das marcas de uso, entre outras informações);
- n) campo 14: notas enciclopédicas (informações complementares sobre algum bem cultural ou natural, diferença entre os bens no Brasil e na Itália, entre outros);
- o) campo 15: dicionário geral (se o termo foi nele encontrado);
- p) campo 16: dicionário especializado (se o termo foi nele encontrado);
- q) campo 17: definições coincidentes: as respostas possíveis são “sim”, “não”, “parcialmente”;
- r) campo 18: tipos de relação entre o termo e outros termos do mesmo campo semântico ou conceptual;
- s) campo 19: registro (número da entrada).

Como pode-se observar, os campos que compõem a ficha terminológica utilizada foram apenas descritos. As informações que comporão efetivamente a obra que se pretende produzir serão melhor discutidos no próximo capítulo.

A seguir, o *layout* geral da estrutura da ficha terminológica no programa *Access*:

Microsoft Access

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

Digite uma pergunta

Tabela1

Entrada: patrimônio natural   Categoria gramatical: sf   Data: 1/10/2008 16:50:18

Sinônimo(s): não há   Variante(s): não há   Forma equivalente: patrimonio naturale

Contextos

contexto: Para os fins da presente Convenção, são considerados (patrimônio natural):
- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor

conceito: conjunto de monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou de grupos de tais formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; de formações geológicas e

fonte: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - UNESCO Brasil

Registro: 1 de 2

Contextos equivalentes

contexto: Art. 1
2. Ai fini della presente legge costituiscono il patrimonio naturale le formazioni fisiche, geologiche, geomorfologiche e biologiche, o gruppi di esse, che hanno rilevante valore

fonte: Legge 6 dicembre 1991, n. 394
LEGGE QUADRO SULLE AREE PROTETTE
<http://www.parks.it/Federparchi/leggi/394.html#anchor%2>

Registro: 1 de 2

Contextos sinônimos

contexto: não há

fonte:

Registro: 1 de 1

Traços conceituais

	Traço conceitual 1	Traço conceitual 2	Traço conceitual 3	Traço conceitual 4
▶		monumentos naturais constituídos por	monumentos naturais	monumenti natural costituiti da
	conjunto de		monumenti natural costituiti da	
*				

Modo formulário

NUM

Em seguida, com maiores detalhes, uma ficha terminológica em branco:

Entrada	____	Categoria gramatical	____	Data	____
Sinônimo(s)	____	Variante(s)	____	Forma equivalente	____
Contextos			Contextos equivalentes		
contexto	____		contexto	____	
conceito	____		fonte	____	
fonte	____				
			Contextos sinônimos		
			contexto	____	
			fonte	____	
Traços conceituais					
Traço conceitual 1		Traço conceitual 2		Traço conceitual 3	
____		____		____	
____		____		____	

Conceito final		Dicionário geral	
Definição		Dicionário especializado	
Notas lingüísticas:		Definições coincidentes	
Notas enciclopédicas		Tipo de relação	

E uma ficha terminológica preenchida:

Entrada	patrimônio natural		Categoria gramatical	sf	Data	1/10/2008 16:50:18
Sinônimo(s)	não há		Variante(s)	não há	Forma equivalente	patrimonio naturale

Contextos		Contextos equivalentes	
contexto	Para os fins da presente Convenção, são considerados "patrimônio natural": - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal	contexto	Art. 1 2. Ai fini della presente legge costituiscono il patrimonio naturale le formazioni fisiche, geologiche, geomorfologiche e biologiche, o gruppi di esse, che hanno rilevante valore naturalistico e
conceito	conjunto de monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou de grupos de tais formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; de formações geológicas e fisiográficas de zonas estritamente	fonte	Legge 6 dicembre 1991, n. 394 LEGGE QUADRO SULLE AREE PROTETTE http://www.parks.it/Federparchi/leggi/394.html#anchor%20art8
fonte	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - UNESCO Brasil	contexto	Ai fini della presente Convenzione sono considerati «patrimonio naturale»:- i monumenti naturali costituiti da formazioni fisiche e biologiche o da gruppi di tali formazioni di valore universale eccezionale
contexto	conjunto de monumentos naturais (formações físicas ou biológicas), acidentes geográficos ou fisiológicos, habitats de espécies ameaçadas de extinção, desde que apresentem valor científico e/ou estético excepcional.	fonte	Convenzione per la protezione del patrimonio mondiale culturale e naturale http://www.unesco.it/mappa_sito/patrimonio/art_conv/art_2.htm
conceito	conjunto de monumentos naturais (formações físicas ou biológicas), acidentes geográficos ou fisiológicos, habitats de espécies ameaçadas de extinção, de valor científico e/ou estético excepcional.	Contextos sinónimos	
fonte	Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo - p. 201	contexto	não há
		fonte	

Traços conceituais			
Traço conceitual 1	Traço conceitual 2	Traço conceitual 3	Traço conceitual 4
conjunto de	monumentos naturais constituídos por monumentos naturais	formações físicas e biológicas ou por c (formações físicas ou biológicas) le formazioni fisiche, biologiche	formações geológicas e fisiográficas acidentes geográficos ou fisiológicos geologiche, geomorfologiche o gruppi
	monumenti natural costituiti da	formazioni fisiche e biologiche o da gru	formazioni geologiche e fisiografiche
Conceito final	conjunto de monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou de grupos de tais formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; de formações geológicas e fisiográficas de zonas estritamente delimitadas que constituam habitat		
Definição	conjunto de monumentos naturais constituídos, em primeiro lugar, por formações físicas e biológicas ou de grupos de tais formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico e, em segundo lugar, de formações geológicas e fisiográficas de zonas		
Notas lingüísticas:	não há		
Notas enciclopédicas	A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 16 de novembro de 1972 estabelece alguns conceitos e normas. Unifica, deste modo, as práticas para a proteção do Patrimônio Cultural Material e do Patrimônio		
	Dicionário geral	não	
	Dicionário especializado	sim	
	Definições coincidentes	sim	
	Tipo de relação	hiperônimo	

6 DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO BILÍNGUE PORTUGUÊS/ITALIANO DAS SUBÁREAS DO *PATRIMÔNIO CULTURAL E DO PATRIMÔNIO NATURAL*

6.1 Descrição das estruturas do dicionário: descrição da macroestrutura e descrição da microestrutura

Para apresentar a obra terminológica/terminográfica, proposta deste trabalho, é preciso deixar clara sua organização interna, ou seja, a organização de sua macroestrutura, de sua microestrutura e de seu sistema de remissivas.

6.1.1 Descrição da macroestrutura

6.1.1.1 Estrutura geral

O termo “macroestrutura” foi definido no Dicionário Houaiss, um dicionário geral de língua portuguesa, da seguinte maneira: “2 LEX num dicionário e em outros tipos de obras de referência, a estrutura ordenada de todas as entradas (*nominata*).”¹⁵⁸ Interessante notar que o conceito é precedido pela indicação da área de especialidade da lexicografia ou lexicologia, ou seja, que a subárea da linguística é já reconhecida, em 2007, pela obra de referência.

Voltando à questão principal, Barros¹⁵⁹ afirma que a macroestrutura de uma obra lexicográfica ou terminográfica pode ser apresentada de modo sistemático, em ordem alfabética ou de forma mista. A primeira consiste na organização dos termos de acordo com seu mapa conceitual, em que ficam claras as relações entre os termos. Por sua vez, um mapa conceitual pode ser construído de várias maneiras, de acordo com as características da obra que se pretende produzir, isto é, principalmente a finalidade e o público-alvo. A existência de tantas possibilidades faz com que a organização sistemática da macroestrutura não seja tão clara para o

---

¹⁵⁸ HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

¹⁵⁹ BARROS, 2004, p. 147.

consulente. Sendo este um especialista da área ou subárea em questão, apesar de ele ter uma noção de como os termos podem se inter-relacionar, ele desconhece os critérios utilizados para sua organização em um mapa conceitual, a não ser que isso tenha sido esclarecido na introdução da obra. A segunda forma de organização da macroestrutura é a forma clássica, a qual pode ser visualizada nos dicionários gerais. Por ser muito prática, facilita a busca dos termos, tanto para um especialista quanto para um leigo. A terceira forma é uma mescla das outras duas. Em vista do apresentado, optou-se pela organização alfabética, pelas razões já mencionadas.

6.1.1.2 Fechamento da cadeia interpretante

O objetivo maior da obra terminológica/terminográfica é esclarecer, para o consulente, o sentido dos termos. Porém, pode ser que ele não tenha total compreensão de um conceito, devido ao fato de a definição conter palavra ou termo desconhecido para ele, proveniente da língua geral ou de área afim. Há duas possibilidades para lidar com a questão: utilizar o sistema aberto ou utilizar o sistema fechado. No primeiro caso, a macroestrutura deve apresentar toda e qualquer palavra ou termo que possa causar dúvida, entendendo-se a primeira como unidade-padrão da língua geral e o segundo como unidade-padrão de qualquer linguagem de especialidade. No segundo caso, o que aparece são apenas os termos da área ou subárea tratada, neste trabalho, os termos das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*. De acordo com o apresentado, as referidas subáreas compartilham termos tanto com a língua geral quanto com outras linguagens de especialidade, o que facilita o aparecimento de outros termos em seu enunciado terminográfico. Tendo em vista esses argumentos, optou-se pelo sistema fechado, em que foram utilizados os termos das subáreas em questão e termos que de certa forma originam alguns termos dessas subáreas, como é o caso de “unidade de conservação”. Demais questões de interpretação podem ser resolvidas na microestrutura. Ressalva-se, porém, que as abonações podem conter palavras ou termos que não foram incluídos na macroestrutura desta obra.

6.1.2 Descrição da microestrutura

Em relação à microestrutura, “a organização dos dados contidos no verbete, ou melhor, o programa de informações sobre a entrada disposto no verbete”,¹⁶⁰ partiu-se do modelo proposto por Barbosa para qualquer dicionário terminológico de uma linguagem de especialidade, tendo com nível de atualização a norma. Eis o esquema:

Artigo = [+ Entrada (vocábulo) + Enunciado lexicográfico (+ Par. Inform. I (pronúncia, abreviatura, categoria, gênero, número, etimologia, área, domínio, subdomínio etc.), + Par. Definicional (acepção específica da área científica/tecnológica ou de um falar especializado), + Par. Pragmático (exemplo de emprego específico daquela área), +/- Par. Inform. 2 (frequência, normalização, banalização/vulgarização/popularização, etc.) ... +/- Par. Inform. n), + Remissivas (relativas ao Universo de Discurso em questão)]¹⁶¹.

É importante esclarecer que as informações indicadas por + são obrigatórias enquanto que as indicadas por +/- são opcionais.

A partir do modelo acima e das características das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, definiu-se a seguinte microestrutura:

- + entrada em português + paradigma informacional (+ categoria gramatical, + gênero + número);
- + forma equivalente em língua italiana;
- + paradigma definicional (definição redigida em língua portuguesa);
- + paradigma pragmático (abonação em língua portuguesa);
- +/- remissivas (para as formas sinonímicas e variantes preferenciais como siglas e acrônimos, além dos hiperônimos, hipônimos, coipônimos);
- +/- notas de caráter linguístico e/ou enciclopédico.

A seguir, o detalhamento de cada uma das partes.

¹⁶⁰ BARROS, 2004, p. 156.

¹⁶¹ BARBOSA, 2001, p. 39.

6.1.2.1 O paradigma informacional

O primeiro dos paradigmas é bastante simples. As entradas vêm numeradas. Aparecem em letra minúscula e estão destacadas em negrito, para uma melhor visualização pelo consulente. Em sua totalidade, são sintagmas nominais. Aparecem no masculino ou feminino singular. Não há termos com forma consagrada apenas no plural.

Em relação ao modo como se formam tais sintagmas, há alguns casos mais frequentes e outros menos. Observando-se a subárea do *Patrimônio Cultural*, grande parte dos termos é composta por apenas um elemento, um substantivo, como “mosteiro”, “gruta”, e outra grande parte é composta por dois elementos, sendo o primeiro um substantivo e o segundo um adjetivo, como em “conjunto urbano”, “edificação rural”. Há outros casos em que a formação é de três elementos: em “terreiro de candomblé”, em “palácio do governo”, em “cavidade natural subterrânea”. Já os termos do *Patrimônio Natural* apresentam uma maior gama de possibilidades. Os termos são formados por dois ou mais elementos. São poucos os termos formados por apenas um elemento: “zoo”, “geoparque” etc. Quando o termo é formado por dois elementos, também apresenta substantivo e adjetivo, como em “monumento natural”, em “jardim zoológico”. Quando o termo é formado por três elementos ou ele é formado por um substantivo e dois adjetivos como em “parque nacional marinho”, ou “reserva florestal legal”, ou ele é formado por substantivo seguido de preposição e de adjetivo como em “reserva da biosfera” e “reserva de fauna”. Há também os casos de quatro ou mais elementos. Muitos termos são formados por substantivo seguido de preposição e então um substantivo e um adjetivo, como em “reserva de desenvolvimento sustentável” ou em “área de proteção ambiental”. Há um caso em que o termo é formado por adjetivo seguido de substantivo e preposição mais adjetivo, como em “futura unidade de conservação”. Com cinco termos a formação é substantivo e adjetivo seguido de preposição e novamente um substantivo e um adjetivo, como em “reserva particular do patrimônio natural”, ou então, já em outros casos a formação é substantivo seguido de preposição e outro substantivo, preposição e adjetivo como em “unidade de conservação do IBAMA”, “unidade de conservação do IPHAN”. Apesar de IBAMA e IPHAN serem siglas de termos com vários elementos são consideradas apenas um elemento. Há também o caso do substantivo seguido de adjetivo, preposição, outro substantivo e outro adjetivo, como em “zona úmida de importância internacional”. Por fim, com seis elementos a formação é substantivo seguido de preposição, mais substantivo e preposição, mais

substantivo e adjetivo como em “unidade de conservação do Código Florestal” e “unidade de conservação de interesse internacional”.

Com base na observação de todos os termos, foi encontrado um único estrangeirismo, “geopark”, o qual segue a tendência da grande área do Turismo de apresentar anglo-americanismos. Justifica-se tal fato pelo termo representar um novo conceito, gerado em âmbito internacional, no ano de 2001, pela UNESCO,¹⁶² e só utilizado no Brasil em 2006, com o primeiro parque que objetiva preservar sítios de importância geológica. O termo já começou a ser aportuguesado, com a forma “geoparque”, mas o termo em inglês ainda é mais utilizado.

6.1.2.2 A forma equivalente

A forma equivalente vem em seguida, e é apresentada em língua italiana. Para encontrá-la, utilizaram-se os seguintes critérios:

- a) confiabilidade dos termos normativos e legais;
- b) frequência.¹⁶³

Apesar das linguagens de especialidade tentarem apresentar os mesmos conceitos, para facilitar a comunicação nas mais diversas línguas, há casos de ausência de correspondência entre os termos. Isso ocorre, pois certos fenômenos da realidade sociocultural de um país não possuem correspondentes no outro. No âmbito deste trabalho, exemplificam essa situação os termos “terreiro”, local de culto das religiões afro-brasileiras, registro dos rumos que a história brasileira tomou, e “reserva extrativista”, reserva em que é possível a extração de produtos naturais, como a borracha proveniente da seringueira, entre outras formas de extração, além da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte. Para lidar com esse problema, dentre as diversas possibilidades, optou-se por indicar o fenômeno com o símbolo “_”.

¹⁶² UNESCO GLOBAL GEOPARKS NETWORK. **GGN Guideliness**. Disponível em: <<http://www.globalgeopark.org/publish/portal1/tab121/info617.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

¹⁶³ BEVILACQUA, Cleci; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. **Glossário de gestão ambiental: questões de corpora e equivalência**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigo_X_SIMPOSIO_RITERM_2006_BEVILACQUA_REUILLARD.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

6.1.2.3 O paradigma definicional

Trata-se aqui da definição propriamente dita, uma das partes essenciais do verbete. Conforme dito, ela trata da realidade brasileira e, portanto, foi apresentada em língua portuguesa.

Para facilitar a compreensão por parte dos consulentes, tentou-se redigir definições curtas e claras, com exceção de alguns hiperônimos. A uniformidade também é uma qualidade importante para a obra terminográfico/terminológica. Por esse motivo, partiu-se da observação do mapa conceitual, trabalhando primeiramente com os hiperônimos e, posteriormente, com os seus hipônimos.

Para definir todos os termos, adotou-se a definição por compreensão e extensão, em que é seguida a estrutura que se segue: elemento genérico acompanhado das características específicas do que é definido.¹⁶⁴ São as especificidades que garantem que cada definição corresponda a um único termo. Sendo todos os termos das subáreas estudadas neste trabalho sintagmas nominais, o elemento genérico é da mesma classe gramatical, ou seja, um substantivo. Nos casos de hipônimo, o primeiro elemento da definição é o hiperônimo, o qual concentra grande parte dos traços conceituais. Dessa forma, os hipônimos acabam sendo pouco extensos, já que compostos pelo hiperônimo e por mais alguns traços específicos. Já os hiperônimos utilizam muitos traços conceituais, o que resulta numa definição bastante extensa. Por esse motivo, acreditou-se que os grandes hiperônimos deste trabalho, na maioria dos casos, deveriam apresentar muitos traços conceituais e assim foi feito.

O tempo verbal utilizado nas definições é o presente do indicativo. Em relação ao *Patrimônio Natural* a forma parece bastante adequada, já que são levadas em conta as “unidades de conservação” instituídas segundo a legislação vigente. Entretanto, o *Patrimônio Cultural* tem em vista os bens tombados, considerados segundo sua importância em um momento do passado. De qualquer forma, o tempo presente representa o conceito em sua condição atual, no caso do *Patrimônio Natural*, e na condição do tombamento, no caso do *Patrimônio Cultural*.

Quanto ao conteúdo das definições, procurou-se seguir um padrão de definição para cada uma das subáreas:

---

¹⁶⁴ BARROS, 2004, p. 171.

Patrimônio Cultural:

- a) o que é?
- b) quais suas características?
- c) qual sua finalidade?

Patrimônio Natural:

- a) o que é?
- b) em que âmbito está: internacional, nacional, estadual, municipal?
- c) qual sua finalidade?

Apesar de ter sido estabelecido esse padrão, nem sempre foi possível utilizá-lo, já que, por exemplo, algumas “edificações” não apresentavam finalidade, como os hiperônimos “edificação pública” e “edificação privada”.

Outras informações complementares, tanto as linguísticas quanto as enciclopédicas, vêm expressas nas notas.

6.1.2.4 O paradigma pragmático

A função do paradigma pragmático é tornar ainda mais clara a definição. As obras lexicológicas/lexicográficas alternam o uso de exemplos e abonações (ou contextos) para exercer essa função. Nesse caso, os contextos são mais adequados, pois situam o termo na situação de uso da linguagem de especialidade. Os tipos de contextos utilizados são dois: o definatório e o explicativo. No primeiro deles, utilizado preferencialmente, é apresentada grande parte dos traços conceituais do termo, e, no segundo, apenas alguns dados sobre o termo, os quais não o esclarecem como um todo. Em grande parte do trabalho, deu-se preferência ao primeiro tipo. Foi realizada uma pesquisa minuciosa para encontrar contextos interessantes que trouxessem informações sobre os bens culturais e naturais em território brasileiro. Há alguns casos em que o termo foi originalmente criado no âmbito deste trabalho. Por esse motivo, não há contexto.

Como fontes, os documentos especializados e *sites* da internet, tanto os especializados quanto os *sites* de notícias, todos indicados na bibliografia.

Quanto aos elementos gráficos, o corte no contexto é indicado por [...]. E para melhor visualização do termo no texto em que ele está inserido, seguiu-se o modelo do *Glossário de termos neológicos da economia*, indicando o termo com os símbolos < e >. Além disso, o termo foi negrito.

Ressalta-se, por fim, que os contextos são apresentados exatamente como consta em suas fontes originais.

6.1.2.5 As remissivas

A macroestrutura e a microestrutura são complementadas pelo sistema de remissivas. O conjunto dos três tem por finalidade tornar a obra terminológica/terminográfica o mais simples possível para seu consulente. Numa obra como esta, em que a organização é feita em ordem alfabética e não em ordem sistemática, faz-se necessário um sistema de remissivas, a fim de evidenciar as relações entre os termos. Dessa forma, demonstra-se que os termos e suas respectivas definições não são formas isoladas, mas compõem um sistema interligado. De certa maneira, o consulente é conduzido numa certa direção, na indicada pelo terminólogo, e pode ter seus conhecimentos ampliados, no momento em que, além de compreender o termo que procura, interessar-se pelas remissões.

Para estabelecer tal sistema, é preciso estabelecer critérios de ordem quantitativa e qualitativa. Como critério de ordem quantitativa as relações entre os termos, tanto em sentido vertical quanto em sentido horizontal. No primeiro caso, são indicados os hiperônimos ou hipônimos, e, no segundo, formas paralelas como parassinônimos, siglas e acrônimos. Como critério de ordem qualitativa, a frequência em que são empregados os termos. A seguir, os tipos de remissões selecionados para integrarem este trabalho:

a) Sin.: essa indicação aparece dentro da microestrutura do termo preferencial para se referir aos parassinônimos. Como foi discutido, acredita-se que os sinônimos perfeitos são casos muito raros. Apesar disso, utilizou-se no dicionário terminológico a redução de “sinônimo”, termo mais facilmente reconhecido pelos consulentes. Por exemplo, o termo “mercado municipal” possui como sinônimo “mercado público” e “sítio Ramsar” os sinônimos “zona úmida de importância internacional” e “área úmida de importância internacional”.

b) Ver: essa indicação se encontra na microestrutura dos parassinônimos, remetendo, portanto, ao termo preferencial, o único que vem acompanhado da definição. Na entrada “edifício público”, há a indicação para “edificação pública”, e, em “zoológico”, a remissão é feita para “jardim zoológico”.

c) Var.: são consideradas formas variantes, as variantes ortográficas, morfológicas, morfossintáticas, além das siglas e acrônimos. No caso das ortográficas, há “geopark” e “geoparque”. Em relação às variantes morfológicas, há a forma “conjunto urbano” e a outra opção que usa o sufixo -ístico, “conjunto urbanístico”. Já em se tratando das variantes morfossintáticas, são indicados termos com mais ou menos elementos que o termo preferencial. É o que ocorre com as variantes de *patrimônio cultural*, tais como “patrimônio cultural material” ou no par “terreiro de candomblé” e “terreiro”. As siglas e acrônimos também aparecem, por serem muito produtivas na subárea do *Patrimônio Natural*. As primeiras trazem as iniciais do termo como em RB (“reserva da biosfera”) e, os segundos, as sílabas iniciais como em FLONA (“floresta nacional”).

d) Cf.: indica o hipônimo no caso de hiperônimo e vice-versa, como em “parque nacional marinho” como hipônimo de “parque nacional”. Dependendo do termo, pode indicar ambos, tanto o hipônimo quanto o hiperônimo, como em “reserva extrativista”. Seu hiperônimo é “unidade de conservação de uso sustentável” e seu hipônimo é “reserva extrativista marinha”. No caso dos principais hiperônimos do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, decidiu-se indicar apenas um hipônimo na microestrutura, escolhido de forma aleatória. A outra opção seria indicar todos os hipônimos, o que, acredita-se, deixaria o verbete muito carregado. Verifica-se tal fato em “edificação”, cujo único hipônimo indicado é “edificação religiosa”.

e) Cf. tb.: indica outros termos relacionados. Na entrada “unidade de conservação do SNUC”, há uma remissão para “unidade de conservação”, conceito-chave da subárea do *Patrimônio Natural*. Já em “reserva legal”, encontra-se uma remissão para “área de preservação permanente”, ambas unidades de conservação instituída pela mesma lei, o Código Penal.

As escolhas feitas dependem das características e necessidades da obra que se pretende construir. Por isso, optou-se por subdividir a remissão “conferir”, em “cf.”, para indicar os hipônimos e hiperônimos, muito frequentes nesta obra devido à organização do mapa

conceitual, e em “cf. tb.” para indicar outros tipos de termos. Desse modo, há mais clareza no que o consulente vai encontrar.

6.1.2.6 As notas de caráter linguístico e/ou enciclopédico

Como nota linguística, há apenas a nota sobre o estrangeirismo “geopark”, único encontrado em toda a obra. Como notas enciclopédicas, há uma tipologia de informações variada. Um primeiro caso trata das notas com informações sobre o atual uso do bem, já que a definição apresenta o conceito do bem, motivo do tombamento, como em “chafariz”, ou nas duas entradas de “casa”. Outras notas apresentam as diferenças que um mesmo conceito pode ter no Brasil e na Itália, como em “sítio arqueológico”. Outra parte das notas traz informações complementares sobre o termo, como em “centro histórico”, entre outros casos.

6.2 O dicionário terminológico

6.2.1 Apresentação

Nos últimos anos a questão do *Patrimônio Turístico* e sua preservação atraem cada vez mais a atenção da população mundial, principalmente por ser frequentemente foco da mídia. Sua importância histórica, ou até mesmo a beleza dos bens, figuram ao lado do descuido e da destruição para com eles. É por isso que a discussão sobre o assunto é feita não só em âmbito nacional, mas também em âmbito internacional. O resultado se concretiza em uma legislação que possui caráter normativo. A partir disso, a proteção efetiva se dá principalmente pelo tombamento dos bens culturais, dos bens naturais e pela instituição das unidades de conservação.

O ponto de partida foi a realidade brasileira, ou seja, os bens tombados pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguidos dos conceitos que tais bens possuíam no momento do tombamento, e as diversas unidades de conservação espalhadas pelo território, com *status* reconhecido pela legislação em vigor atualmente, sejam

as geridas por instituições nacionais, sejam por instituições internacionais. Posteriormente, foram procuradas as formas equivalentes em língua italiana.

A obra apresenta apenas os termos das subáreas que compõem o *Patrimônio Turístico*, ou seja, o *Patrimônio Cultural* e o *Patrimônio Natural*. Partiu-se de aproximadamente 80 termos, sendo 40 de cada subárea, selecionados segundo o critério de frequência, mas também da representatividade da realidade brasileira. Com o aprofundamento da pesquisa, foram incluídos, posteriormente, seus sinônimos e formas variantes. A organização foi feita em ordem alfabética e cada termo vem acompanhado de um contexto em que é demonstrado o seu uso. Em alguns casos, as notas também trazem dados complementares sobre os bens. As remissões feitas a outros termos proporcionam ao consulente que acompanhe o percurso feito pelo terminólogo responsável pela obra e, na medida de seu interesse, amplie ainda mais seus conhecimentos sobre as subáreas.

Nesse sentido, a obra em questão cumpre seu objetivo de auxiliar estudiosos e tradutores, reunindo num prático dicionário terminológico os termos mais importantes das referidas subáreas, além de servir para a consolidação da terminologia empregada.

6.2.2 Abreviações utilizadas

Cf.	conferir
Cf. tb.	conferir também
s.f.	substantivo feminino
sin.	sinônimo
s.m.	substantivo masculino
Var.	forma(s) variante(s)

6.2.3 Lista das unidades terminológicas italiano/português

Para facilitar a consulta daquele que parte do termo em língua italiana e precisa conhecer a forma equivalente em língua portuguesa, há uma lista, no final da obra, que traz os termos também em ordem alfabética.

6.2.4 Siglas e acrônimos utilizados

Com o mesmo objetivo de facilitar a utilização do dicionário pelo consulente que tem em mãos uma sigla ou acrônimo, há uma lista, no final da obra, que os apresenta, acompanhados de sua forma expandida.

6.3 O dicionário terminológico bilíngue italiano/português do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*

1 área de preservação permanente s.f.

—
Unidade de conservação do Código Florestal ocupada por florestas e demais formas de vegetação nativa ou não, sem finalidade comercial, de posse e domínio públicos ou privados, que objetiva, por meio delas, atenuar a erosão, fixar dunas, formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias, auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares, proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico, abrigar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção ou assegurar o bem-estar das populações humanas.

“O Projeto de Lei 3517/08, do deputado José Carlos Vieira (DEM-SC), permite que os municípios alterem os limites das <áreas de preservação permanente> (APPs) localizadas no perímetro urbano. Os limites são fixadas pelo Código Florestal (Lei 4.771/65), e as regras para intervenção nessas áreas são federais. <Áreas de preservação permanente> são faixas de terra ocupada ou não por vegetação às margens dos cursos d’água (nascentes, córregos, rios, lagos), ou no topo de morros, em dunas, encostas, manguezais, restingas e veredas. Calcula-se pouco mais de 20% do território brasileiro estejam em APPs (mais do que um estado e meio do Pará). Conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), só pode haver supressão da vegetação nessas áreas em casos de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto ambiental. A resolução dá ao órgão ambiental estadual é o poder de emitir a autorização, com anuência prévia do órgão federal ou municipal [...]”.

(<http://www.cidades.gov.br/noticias/municipio-podera-delimitar-area-de-preservacao-permanente/>)

Var. **APP**

Cf. **unidade de conservação do Código Florestal**

Cf. tb. **reserva legal**

2 área de proteção ambiental s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, geralmente de grandes dimensões, com certo grau de ocupação humana e importantes ecossistemas, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, que objetiva proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

“A APA (<Área de Proteção Ambiental>) Itacaré / Serra Grande, criada pelo Governo do Estado da Bahia, tem aproximadamente 16 mil hectares, ocupando uma faixa litorânea de aproximadamente 6 km de largura por 28 km de comprimento. Limita-se ao norte pela foz do Rio de Contas, ao sul pelo Riacho do Sargi e ao leste pelo Oceano Atlântico. Abriga uma região costeira de relevante importância ecológica. A APA é composta dos densos verdes da Floresta Atlântica, praias desertas, ciclovias e uma população vivendo harmoniosamente com o ambiente natural, com atividades agrícolas, pesca artesanal, pequeno comércio e atividades turísticas. Existe um Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo para conscientização e esclarecimentos sobre as funções e potencialidades da área, através da produção e divulgação de informações aos moradores locais e visitantes. As prefeituras incorporaram as diretrizes das APAs à legislação municipal”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/nordeste/apa/itacare.html>)

Var. **APA**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

Cf. tb. **área de relevante interesse ecológico**

3 área de relevante interesse ecológico s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, de pequenas dimensões, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, que objetiva preservar seus ecossistemas e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

“Esta unidade possui uma área de 131,28 ha. Está localizada no estado do Rio de Janeiro, no Planalto da Bacia Média do Rio Paraíba do Sul, no município de Volta Redonda. A ARIE Floresta da Cicuta é um dos remanescentes de Floresta Atlântica e o trecho preservado se situa no ‘quintal’ de Volta Redonda, com 1.130 hectares. A Floresta da Cicuta ainda preserva árvores imponentes como o jequitibá, o chichá e a figueira branca, e tem sua importância definida não só pelo porte arbóreo, mas também por seu tamanho em área contínua e quantidade de espécies, sendo por isso considerada <Área de Relevante Interesse Ecológico> (ARIE)”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sudeste/arie/cicuta.html>)

Var. **ARIE**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

Cf. tb. **área de proteção ambiental**

4 área natural tombada s.f.

—

Unidade de conservação do IPHAN, de posse e domínio públicos ou privados, que objetiva proteger e conservar bens naturais de valor ambiental, paisagístico, histórico, geológico, arqueológico, científico e turístico, por meio do instrumento jurídico do tombamento.

“As mais notórias <áreas naturais tombadas> no Brasil são a pedra do Pão-de-Açúcar e o pico do Corcovado, no Rio de Janeiro. Além destas, vários estados brasileiros tombaram largas extensões de remanescentes de Mata Atlântica, especialmente ao longo das Serras do Mar e Geral, nas regiões Sul e Sudeste do País. E essas áreas estão protegidas por serem símbolos, paisagens notáveis do País e, também, pelo entendimento de que a natureza é a base da cultura de um povo [...]”.

(<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/meioamb/arpro t/tombadas/apresent.htm>)

Cf. unidade de conservação do IPHAN

Nota: No Brasil, a área natural tombada deve ser registrada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN.

5 área sob proteção especial s.f.

area di reperimento

Área de domínio público ou privado, instituída por resolução federal, estadual ou municipal, protegida devido aos ecossistemas que possui, que, após estudos mais aprofundados, pode se tornar uma unidade de conservação mais específica.

“Projeto Praia Brava

Coordenador: Ambiental Litoral Norte

Financiador: Petrobras

Descrição: O projeto visa o monitoramento da trilha por Guarda-Parques. Além disso, serão realizadas oficinas participativas nas comunidades, envolvendo moradores, estudantes da rede pública, monitores e operadores de turismo e demais parceiros, como o Parque Estadual da Serra do Mar, que ajudarão na implementação da guarita como base para gestão de um dos maiores atrativos ecoturísticos do Litoral Norte. A Praia Brava é um dos últimos refúgios ecoturísticos e sua conservação sempre foi uma demanda socioambiental do Município de São Sebastião, pois além de ser <Área sob proteção especial> – ASPE de Boiçucanga, é também parte do Parque Estadual da Serra do Mar e liga a costa ao topo da serra do mar num remanescente contínuo de Mata Atlântica”.

(<http://www.corredores.org.br/?pageId=texto&path=%2Fcontent%2FCorredores%2FSerra+do+Mar%2FEcologia+e+Conserva%E7%E3o%2FVitrine+de+Projetos%2F%C1reas+Protegidas>)

Var. **ASPE**

Nota: Na Itália, a *area di reperimento* pode ser terrestre ou marinha.

6 área úmida de importância internacional s.f.

Ver sítio Ramsar

“Uma das paisagens naturais mais conhecidas dos brasileiros acaba de ser reconhecida como ecossistema de <área úmida de importância internacional> para a manutenção da diversidade de espécies e o bem-estar das populações humanas. A Fazenda Rio Negro, que foi cenário da novela Pantanal e desde 2001 é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, recebeu na terça-feira (26) o título de Sítio Ramsar. É o 9º do Brasil e o de número 1864 em todo o mundo. Com sete mil hectares no Mato Grosso do Sul, a RPPN Fazenda Rio Negro pertence à ONG Conservação Internacional e integra o Corredor da Biodiversidade Cerrado-Pantanal. Cenário de rara beleza, pontuado por centenas de lagoas, a área abriga matas ciliares, praias, cordilheiras, baías, salinas e campos sujos onde já foram catalogadas 243 espécies de plantas e avistadas mais de 500 espécies de animais, dos quais 36 sob ameaça de extinção (na lista do MMA) como a arara-azul, o tatu-canastra, o cachorro-vinagre e o cervo-do-pantanal. A Reserva é utilizada para ecoturismo (a antiga sede da fazenda foi transformada em hotel) e para pesquisa de campo de instituições acadêmicas. Além de fortalecer institucionalmente a RPPN - que passa a ter a chancela de um acordo internacional - o título de Sítio Ramsar facilitará o intercâmbio técnico-científico com outras experiências de conservação de biodiversidade e uso sustentável de áreas úmidas do Planeta e permitirá acesso às linhas de financiamento da Convenção: o Fundo de Pequenas Subvenções (Ramsar Small Grants Fund) e o Fundo Zonas Úmidas para o Futuro (Wetlands for the Future Fund), cujos recursos podem ser solicitados para financiar a implementação de projetos de conservação e uso sustentável”.

(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=45866>)

7 capela s.f.

cappela

Edificação religiosa de uma só nave.

“<**Capela**> da Ajuda (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: <Capela> de Nossa Senhora da Ajuda

Descrição: Entre 1595 e 1606, o capitão Álvaro Celestino Adorno levanta, numa colina, uma ermida consagrada a Nossa Sra. do Rosário, que é reedificada em 1673, em pedra e cal, pelo seu bisneto, João Rodrigues Adorno, sendo no ano seguinte elevada à matriz. Com a construção da nova matriz, esta é entregue à confraria de São Pedro dos Clérigos, cuja extinção provocou seu abandono. Em 1872, os músicos da cidade sediam na <capela> a Irmandade de N. Sra. da Ajuda. O atual edifício está bastante modificado de suas feições primitivas. A capela possuía nártex fechado, que foi substituído por um alpendre aberto, com cobertura em três águas. Sua planta é simples, nave única com coro, capela-mor coberta por cúpula, justaposta por sacristia e sala da Irmandade (do século XIX). A fachada principal é do tipo empena com óculo central e duas janelas, precedidas por alpendre e ladeada por pequena torre piramidal com vãos sineiras. O edifício destaca-se pela singeleza de suas proporções”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação religiosa

8 **casa**¹ s.f.

casa

Edificação privada reconhecida por sua beleza arquitetônica.

“<**Casa**> à Rua Ana Nery, 4 (Cachoeira, BA)

Descrição: <Casa> de porta e janela, provavelmente de meados do século XVIII, inserida num conjunto de semelhantes características arquitetônicas. A planta de forma trapezoidal desenvolve-se através de um corredor lateral, que dá acesso às salas, quarto e à cozinha, situada em um anexo. A exigüidade do lote exige que o programa se desenvolva em dois níveis, abrigando então o sótão e demais quartos. A singeleza desta arquitetura é conferida pela presença do sótão, de pé-direito muito baixo, iluminado pelo frontispício através de duas pequenas janelas, acima das envasaduras do térreo. É recoberta por telhado de duas águas com terminação em beira-saveira”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação privada

Nota: Atualmente tem por função sediar repartições públicas, instituições culturais.

9 **casa**² s.f.

casa

Edificação privada que tem por função servir de residência a personalidades importantes.

“<**Casa**> de Graciliano Ramos (Palmeira dos Índios, AL)

Descrição: Tombada por ter ali residido Graciliano Ramos. É um prédio urbano, térreo do primeiro quartel deste século. Após reforma em 1972, a <casa> de Graciliano Ramos passou a abrigar um Museu e uma Biblioteca com o acervo do escritor”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação privada

Nota: Atualmente tem por função sediar repartições públicas e instituições culturais.

10 **casa-natal** s.f.

casa natale

Edificação privada em que nasce alguma personalidade importante.

“<**Casa natal**> de Ana Nery (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à rua Ana Nery, 7

Descrição: Nesta casa nasceu Ana Justina Ferreira Nery, pioneira da enfermagem no Brasil, que participou da Guerra do Paraguai. Hoje a casa abriga o Museu Hansem Bahia”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação privada

Cf. tb. casa

Nota: Atualmente algumas casas-natais sediam um museu em que são expostos móveis e pertences pessoais da personalidade que ali nasceu e, por isso, são conhecidas como casas-museus. Outras sediam repartições públicas e instituições culturais.

11 **caverna** s.f.

Ver **cavidade natural subterrânea**

“Conhecida mundialmente por abrigar uma das maiores concentrações de <cavernas> do planeta, com 360 grutas catalogadas, Iporanga ainda não conseguiu o status de estância turística, apesar do potencial natural. Três parques estaduais - Intervales, Alto Ribeira e Jacupiranga - compõem mais da metade do território de 126 mil hectares. As matas abrigam espécies ameaçadas como a onça pintada, o mono-carvoeiro e a harpia. ‘Recebemos muitos visitantes e a qualificação de estância, além de importante, nos garantiria recursos para investir no atendimento aos turistas’, disse o prefeito. Apesar do tombamento, a cidade não recebe apoio do Condephaat para conservar seu patrimônio. ‘As ações de conservação decorrem de iniciativas nossas”, disse o diretor de cultura e turismo, Nilton Rosa Pinto”.

(<http://www.estadao.com.br/arquivo/suplementos/2000/not20000923p14805.htm>)

12 **cavidade natural subterrânea** s.f.

cavità naturale sotterranea

Espaço subterrâneo com ou sem abertura identificada e dos elementos bióticos e abióticos a elas associados, no subterrâneo ou na superfície, que pode ser penetrável pelo homem.

“[...] O Vale do Apertado chama a atenção não só de técnicos ligados a área ambiental, mas também de pessoas de várias regiões do Estado de Rondônia. Mesmo cientes da falta de estrutura do local, os turistas não deixam de visitá-lo. Segundo o auditor ambiental Edson Silva, membro da Associação Pimentense dos Amigos do Meio Ambiente (APAMA), a área é especial e merece ser considerada de interesse turístico em virtude das paisagens notáveis e dos acidentes naturais adequados à prática desportiva -raffiting, cannying, boiacross, arborismo, rappel- nas águas e rochas. Ele acredita que as <cavidades naturais subterrâneas> existentes no Vale do Apertado podem também ser constituídas em patrimônio cultural brasileiro, devendo ser preservadas e conservadas para permitir estudos e pesquisas técnico-científica, voltadas para atividades étnico-cultural, recreativa e educativa. Segundo o auditor, as grutas ou cavernas da região foram formadas por processo natural, onde há inscrições rupestres - desenhos e escritas - que merecem ser estudadas para avaliar o período e a possível origem dos habitantes que viveram no local. Atualmente as grutas são habitadas por um indeterminado número de morcegos, havendo a crença de que no passado serviram de moradia para os primeiros habitantes da região. ‘O local se apresenta como área de potencial espeleológico devido à sua constituição geológica e geomorfológica, suscetíveis ao desenvolvimento de <cavidades naturais subterrâneas>, em decorrência da formação calcárea de suas rochas’, disse o auditor [...]”.

(<http://www.amazoniaavista.com.br/Noticia.asp?ID=10>)

Sin. **gruta, caverna**

Cf. **patrimônio espeleológico**

13 **centro histórico** s.m.

centro storico

Conjunto urbano que abriga edificações e demais construções geralmente ligadas à fundação de uma localidade e a partir da qual ela se desenvolve.

“O Brasil, a que tantos acusam de fraca memória, conquistou, neste ano, mais um título histórico. Eram oito. Agora, mais um incluiu o <centro histórico> de São Luís do Maranhão na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade. Os casarios coloniais, os sobrados de azulejo, as fontes, as igrejas, os lampeões (hoje elétricos), os paralelepípedos, as calçadas do centro da capital maranhense foram reconhecidos pela UNESCO como patrimônio mundial a ser preservado para todas as gerações [...]”.

(<http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/artigow/2000/artigowr>)

Cf. conjunto urbano

Nota: Muitas cidades italianas medievais têm seu centro histórico claramente delimitado pelos muros, os quais serviam para a sua defesa. É o caso do centro histórico de Roma.

14 **chafariz** s.m.

fontana

Equipamento urbano, extremidade de um conduto de água, com várias saídas, geralmente decorado com esculturas, que tem por função o abastecimento de água.

“<**Chafariz**> à Rua do Riachuelo (Rio de Janeiro, RJ)

Descrição: Segundo Magalhães Corrêa, em seu livro ‘Terra Carioca - Fontes e <Chafarizes>, pelo ano de 1817 a cidade sofreu de falta d’água em consequência da seca. As águas encontradas nas nascentes dos Morros de Mata-Cavalos, Desterro e Santa Teresa estavam localizadas em terras particulares. Por iniciativa do Desembargador do Paço e Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana, foi construído no mesmo ano o <chafariz> na antiga rua de Mata-Cavalos, hoje Riachuelo, após conseguir a doação do terreno do Tenente Coronel Cláudio José Pereira da Silva. Segundo o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, as dimensões do <Chafariz> foram reduzidas pelas várias reformas, ‘que lhe conservaram, no entanto, em muita boa cantaria, o tanque, as pilastras e a cartela com os dizeres: – O Rei por bem de seu povo M.F.E.O (mandado fazer e oferecido) pela Polícia – 1817’”. (<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Sin. fonte

Cf. equipamento urbano

Nota: Com o desenvolvimento das cidades e de nova rede de abastecimento de água, o chafariz deixou sua antiga função e passou a ser reconhecido e utilizado apenas como ornamento.

15 **conjunto urbano** s.m.

complexo urbano

Conjunto de edificações datadas do mesmo período ou de períodos distintos existentes em uma determinada área urbana.

“Os preceitos do movimento moderno da arquitetura estão materializados no <conjunto urbano> do Plano Piloto, consolidado como um dos mais importantes acervos da arquitetura e do urbanismo do século XX. A primeira medida tomada para sua preservação foi a Lei nº 3751, de 13.04.60, que dispunha da organização administrativa da nova capital e estabelecia no seu artigo 38 que qualquer alteração no <conjunto urbano> de Brasília deveria ser submetida ao Congresso Nacional. O reconhecimento pela UNESCO do valor histórico de Brasília, com a sua inscrição na lista de bens do Patrimônio Mundial, exigiu a adoção de novos instrumentos jurídicos que definissem as diretrizes gerais de preservação da cidade. A edição do Decreto nº 10829, de 14.10.87, do Governo do Distrito Federal e, posteriormente, o tombamento federal, fundamentado no Decreto Lei nº 25, de 30.11.87, e regulamentado através da Portaria nº 314, de 08.10.92, vieram respaldar o compromisso internacional assumido pelo governo brasileiro [...]”.

(<http://www.distritofederal.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct14.htm>)

Var. **conjunto urbanístico**

Cf. **centro histórico**

16 **conjunto urbanístico** s.m.

Ver **conjunto urbano**

“PORTARIA Nº 314, DE 08 DE OUTUBRO DE 1992 - IPHAN

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, resolve:

Art. 1º Para efeito de proteção do <Conjunto Urbanístico> de Brasília, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN, homologada pelo Ministro da Cultura, ficam aprovadas as definições e critérios constantes da presente Portaria.

§ 1º A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa.

§ 2º A área abrangida pelo tombamento é delimitada, a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal [...]”.

(<http://www.brasilia.df.gov.br/sites/200/204/00000251.pdf>)

17 **convento** s.m.

convento

Edificação ou conjunto de edificações religiosas que abriga uma comunidade de frades ou freiras.

“Descrição: Presume-se que o <convento> tenha sido construído na primeira metade do século XVII e tenha sofrido reforma, possivelmente, no século XVIII ou XIX. O <convento> situa-se à direita da Igreja do Carmo. Possui janelas pequenas e espaçadas no piso superior e portas e vãos maiores no térreo. A cimalha do convento alinha-se com a das igrejas, definindo uma extensa horizontal. Possui claustro com arcadas no térreo, enquanto o superior possui (possuía) avarandado em toda a sua extensão (atualmente somente a ala que ladeia a igreja conserva essa característica). Na época em que a construção foi reformada, parte da área ocupada pela varanda foi substituída por um novo conjunto de celas [...]”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. **edificação religiosa**

18 **edificação** s.f.

edifício

Obra arquitetônica de uso público ou privado, em espaço urbano ou em espaço rural, destinada às mais variadas funções institucionais, privadas, comerciais, religiosas, militares.

“<Edificação>: É a construção destinada a abrigar qualquer atividade humana”.

(www.administradores.com.br/producao_academica/estudo_setor_imobiliario_porto_alegrense.pdf/download)

Sin. **edifício**

Cf. **edificação religiosa**

Nota: Até 1960 havia a categoria dos monumentos históricos que abrangia todas as obras arquitetônicas existentes. O conceito se tornou insuficiente para designar novas tipologias de obras.

19 **edificação comercial** s.f

edificio commerciale

Edificação que sedia atividades destinadas à troca, venda ou compra de produtos, serviços, valores, visando ao lucro.

“<Edificação comercial> é a edificação com os requisitos necessários ao exercício das atividades comerciais e profissionais”.

(http://www.iguaba.rj.gov.br/codigos/CODIGO_DE_OBRAS_COMPLETO.doc).

Cf. tb. **edificação**

20 **edificação privada** s.f

edificio privato

Edificação que pertence e é gerida por um indivíduo particular e é de uso exclusivo.

“Atualmente 26 cidades participam do Programa Monumenta, todas elas escolhidas de acordo com sua representatividade histórica e artística e urgência na recuperação das edificações. Entre as obras selecionadas estão centenas de monumentos como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeias, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros e <edificações privadas> em áreas tombadas”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14220&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

Cf. tb. **edificação**

21 **edificação pública** s.f

edificio pubblico

Edificação que pertence e é gerida pelo governo de um país, estado, cidade, etc.

“Para melhor compreensão de <edificações públicas> e privadas de uso público, podemos dizer que <edificação pública> é todo o bem público, seja federal, estadual ou municipal, além de órgãos da administração indireta e autarquias; e as fundações e edificações privadas de uso público são aquelas que embora sejam de propriedade particular em seu interior, é realizada atividade possível de ser utilizada pela população em geral, tais como: hospitais e escolas particulares, agências bancárias, lojas comerciais, entidades beneficentes, concessionárias de serviço público, etc. Deste grupo excetuam-se os prédios destinados à locação residencial”.

(<http://d700097984.tecla224.tecla.com.br/leis/2004/L6089.htm>)

Sin. **edifício público**

Cf. tb. **edificação**

22 **edificação religiosa** s.f.

edificio religioso

Edificação que sedia atividades religiosas.

“A Igreja do Arcanjo Miguel constitui-se em um dos raros exemplares de <edificação religiosa> a adotar a técnica construtiva de paredes de troncos, sistema utilizado somente pela primeira geração de imigrantes ucranianos e poloneses, pois os demais exemplos são, em sua maioria, moradias. O tombamento inclui, também, o acervo de arte sacra existente”.

(<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=130>)

Cf. tb. **edificação**

23 **edificação rural** s.f.

edificio rurale

Edificação que se situa no campo.

“[...] Na cidade permanecem dois monumentos arquitetônicos importantes de seu passado: o Casarão, construção colonial de dois pavimentos que deve datar de 1805. O outro prédio é uma <edificação rural>, denominado ‘Fazenda Sete Lagoas’, construção que deve datar da primeira metade do século XIX, obra executada em madeira e taipa, com das entradas entre colunas de madeira e interior, de numerosos cômodos”.

(http://www.asminasgerais.com.br/diamantina/univlercidades/cidades/sete_lagoas/area.htm)

Cf. tb. **edificação**

24 **edifício** s.m.

Ver **edificação**

“O palácio Gustavo Capanema - situado na Rua da Imprensa, no Rio de Janeiro - é uma das edificações mais representativas da arquitetura moderna brasileira. O <edifício> foi construído entre 1937 e 1945 por uma equipe liderada pelo arquiteto Lucio Costa, que contava com Oscar Niemeyer, Afonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão e Hernani Vasconcelos”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=10331&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

25 **edifício público** s.m.

Ver **edificação pública**

“53. <EDIFÍCIO PÚBLICO>: é aquele no qual são exercidas atividades de governo, administração, serviços públicos, lazer e outros”.

(<http://www.camarapontal.pr.gov.br/?pg=verLeis&id=11>)

26 **engenho** s.m.

—

Edificação rural que tem por função moer a cana-de-açúcar.

“<**Engenho**> do Mate (Campo Largo, PR)

Outros Nomes: Parque do Mate

Descrição: Exemplar de arquitetura rural construído por volta de 1870, é o ultimo remanescente dos inúmeros <engenhos> de soque de erva mate movidos a força hidráulica no Paraná. Apresenta planta quadrada e telhado de quatro águas em pavilhão. A técnica construtiva utilizada é a do pau-a-pique sobre embasamento de alvenaria de pedra. Foi restaurado entre 1980/1981. O tombamento abrange o acervo do museu e o seu terreno”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação rural

Nota: O termo engenho possui vários sentidos, como a propriedade em que é realizada a produção do açúcar ou o estabelecimento responsável por tal produção e até mesmo a edificação propriamente dita que realiza a moagem da cana. A definição acima foi escolhida, pois a proposta do trabalho é incluir os bens tombados pelo IPHAN e a forma como eles foram considerados.

27 equipamento urbano s.m.

—

Equipamento público ou privado implantado no espaço urbano, inclusive no seu subsolo, que tem por função prestar serviços públicos.

“O objetivo genérico do Plano Diretor é orientar, na forma da Constituição Federal, o pleno desenvolvimento da função social da cidade, entendida como o atendimento ao direito de acesso do cidadão:

- à moradia;

- ao transporte;

- aos serviços e <equipamentos urbanos> (saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, arborização de vias, saúde, assistência social, segurança, educação, cultura, lazer e recreação);

- à preservação, proteção e recuperação dos patrimônios ambiental, arquitetônico e cultural da cidade”.

(<http://www.pjf.mg.gov.br/pddu/oplano.htm>)

Cf. estádio

28 **estação ecológica** s.f.

—

Unidade de conservação de uso integral, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, em que a visitação pública é proibida, que objetiva preservar a natureza e realizar pesquisas científicas quando permitido.

“A <Estação Ecológica> Juréia-Itatins, com uma área de 79.830 ha e um gradiente altitudinal que vai do nível do mar até 1.240 m, abrange uma série de formações características da Mata Atlântica, dentre as quais destacam-se a Serra dos Itatins e o Maciço da Juréia, recobertos por floresta ombrófila densa de encosta e a planície do Rio Una do Prelado, onde ocorrem formações vegetais de planície fluvial, restinga e manguezal. É um dos cinco mais importantes ecossistemas de todo o mundo, localizado no Estado de São Paulo entre as cidades de Peruíbe e Iguape seu significado em tupi-guarani é ponta saliente [...]. A visitação turística é proibida, pois se trata de uma <estação ecológica>, de acordo com a lei, é lugar destinado à pesquisa e preservação”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sudeste/ee/jureia.html>)

Var. **EE**

Cf. unidade de conservação de uso integral

Nota: As pesquisas científicas podem alterar os ecossistemas para fins científicos ou visando recuperá-los e manter a biodiversidade ali existente.

29 **estádio** s.m.

stadio

Equipamento urbano, geralmente aberto, com arquibancadas e outras instalações para acolher o público, que sedia competições esportivas, além de espetáculos musicais.

“Em 16 de junho de 1950, foi inaugurado o <estádio> municipal do Maracanã, no Rio de Janeiro, para que o Brasil pudesse sediar a Copa do Mundo, já que a Europa encontrava-se abalada pela Segunda Guerra Mundial. Com grande incentivo do jornalista Mário Filho, que depois foi homenageado dando seu nome ao estádio, a obra finalmente pôde ser concretizada, contrariando a opinião pública e políticos, que defendiam a aplicação do dinheiro na construção de hospitais e escolas [...]. O campo tem medidas oficiais de 110m x 75m numa área de 186.638m², onde foram realizadas grandes competições de futebol, como a Copa do Mundo, em 1950, e o primeiro Campeonato Mundial Interclubes da FIFA, em 2000 e espetáculos musicais, com artistas consagrados mundialmente, como Frank Sinatra, Kiss, Tina Turner, Madonna, Rolling Stones, Paul McCartney, Ivete Sangalo, entre outros [...]”.

(<http://www.suderj.rj.gov.br/maracana.asp>)

Cf. equipamento urbano

30 **fazenda** s.f.

azienda agricola

Conjunto de edificações rurais, em grande extensão de terra, que sedia atividades da agricultura e pecuária.

“<**Fazenda**> do Pinhal (São Carlos, SP)

Descrição: Construída em 1831, pertence ainda à família do Conde do Pinhal, seu fundador. A fazenda é representativa de um período, pontuado pela grave questão da mão-de-obra, superada pela substituição do negro-cativo pelo imigrante-livre, e sobretudo por bem caracterizar o processo de engendramento do sistema capitalista brasileiro que transformou o antigo e tradicional fazendeiro de tipo patriarcal em agente primordial do Capital Comercial e Financeiro nacional e internacional. A <fazenda> do Pinhal é, portanto, um dos exemplares representativos dessa importante transição histórica. A preservação da <fazenda> deu-se, inicialmente, por solicitação ao CONDEPHAAT (1981) e, seis anos após, pelo IPHAN. A proteção do Decreto-lei nº 25 recai por sobre uma área de cerca de 45 hectares de terra, na qual se inclui vegetação e benfeitorias nela existentes, como a sede da <fazenda>, senzala, tulha, terreiros de café, cocheiras e pomar murado”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação rural

Nota: Atualmente a fazenda, com seu conceito ampliado, não se dedica apenas à agricultura e pecuária, mas a outras atividades produtivas que envolvam plantas e animais.

31 **floresta estadual** s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, com cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas, de posse e domínio públicos, estadual, que objetiva garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e realizar pesquisas científicas com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

*“A área da <Floresta Estadual> do Antimary abrange 66.168 hectares, no centro-leste do Estado do Acre, no município de Bujari, com o nordeste da área fazendo fronteira com o Estado do Amazonas. A população local é formada basicamente por seringueiros. 72.2% dos habitantes nasceram no Estado do Acre e apenas 27.8% são de outros estados, sobretudo do Ceará, de onde veio a maioria dos migrantes que povoou o Estado do Acre. A exploração da castanha (*Bertholletia excelsa*) e da borracha (*Hevea brasiliensis*) são as principais fontes de renda das famílias. A ocupação máxima da área esteve entre 80 a 100 famílias”.*

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/norte/fe/antimary.html>)

Var. **FE, FLOE**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

Cf. tb. **floresta nacional, floresta municipal**

32 **floresta municipal** s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, com cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas, de posse e domínio públicos, municipal, que objetiva garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e realizar pesquisas científicas com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

“[...] Atualmente existem 11 (onze) <Florestas Municipais>, criadas através do Decreto Municipal nº 6555/99, possuem vários objetivos, dentre eles: oferecer espaços verdes e livres para lazer e educação ambiental em área urbana; proteger o solo evitando o assoreamento de córregos e executar implantação de mata nativa e de floresta social. Essas áreas são cobertas por vegetação em regeneração natural, porém, algumas delas são alvo de invasões de moradias e algumas são utilizadas como pastagem”.

(http://www.agendaif.pjf.mg.gov.br/u_c/unidades_de_conservacao.php)

Var. **FLOMU**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

Cf. tb. **floresta nacional, floresta estadual**

33 floresta nacional s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, com cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas, de posse e domínio públicos, federal, que objetiva garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e realizar pesquisas científicas com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

“A <Floresta Nacional> de Passo Fundo localiza-se no Município de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de Lagoa Vermelha. Sua vegetação é composta por Floresta com Araucária, reflorestamento de araucária, com pinus, eucalipto, erva-mate, cedro, canelas, angicos e o restante ocupadas por estradas, capoeira, açudes, etc. A principal atividade é a exploração florestal de produtos e sub-produtos florestais. Outras atividades importantes também podem ser desenvolvidas e exploradas, como a produção de mudas, recreação e lazer, pesquisa, resinagem e educação ambiental. A fauna, que é reduzida, é composta por animais como tatu, gato-do-mato, veados, ouriço-cacheiro, gralha azul, pomba, beija-flor, sabiás, canários da terra, etc”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sul/fn/passofundo.html>)

Var. **FN, FLONA**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

Cf. tb. **floresta estadual, floresta municipal**

34 **fonte** s.f.

Ver **chafariz**

“<**Fonte**> do Ribeirão (São Luís, MA)

Descrição: A <Fonte> do Ribeirão, localizada no antigo sítio do Ribeirão, bairro popular, famosa pelas vendedoras de peixe frito com farinha d'água, data do ano 1796. Foi mandada construir pelo Tenente-Coronel D. Fernando Antônio de Noronha, português, do Conselho de Sua Majestade, que governou o Maranhão entre 1792-1798, tendo em vista a necessidade de saneamento e melhoria do serviço de abastecimento de água à população. Diz uma lenda, que suas largas galerias seriam túneis que ligavam as igrejas locais, fazendo parte de labirinto escavado pelos jesuítas, para contrabando de escravos. Foi tombada pela SPHAN, em 1950, em razão das feições coloniais das fachadas dos velhos sobrados e casas daquela região que caracterizam uma área do século XVIII”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

35 **fortaleza** s.f.

fortezza

Complexo de fortificações que tem por função principal a defesa de um lugar estratégico, de uma cidade etc.

“A <**Fortaleza**> de Santa Cruz é considerada dos mais primorosos conjuntos de arquitetura de fortificações de todo país. Edificada em pedra sobre uma ponta rochosa, com planta poligonal, definida por suas muralhas, em cujo interior desenvolveu-se as edificações. As ruas internas estão calçadas de paralelepípedos, inclusive a praça. As muralhas do trecho mais avançado para o mar possuem duas linhas de aberturas quadrangulares que correspondem, no interior, a série de arcos com cercadura de cantaria. Os quartéis, que se desenvolvem junto às muralhas, são de pedra com paredes inclinadas. Constituem uma das prisões mais temidas do Brasil, não só no período colonial, como no regime militar de 1964”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. **fortificação**

36 **forte** s.m.

forte

Fortificação que tem por função a defesa de um lugar estratégico, de uma cidade etc.

“<**Forte**> do Paraguassú (Maragogipe, BA)

Outros Nomes: <Forte> do Alemão; Fortinho do Paraguassú; <Forte> de Santa Cruz do Paraguassú; <Forte> da Barra de Santa Cruz do Paraguassú; <Forte> da Salamina

O <forte> de Santa Cruz, também conhecido como <Forte> da Barra do Paraguassú ou Alemão, situado na margem direita do rio, está hoje reduzido a ruínas e tomado pelo mato. Apenas o terrapleno e três guaritas se conservam. A construção atual é, provavelmente, do início do século XVIII refeita sobre uma outra, da primeira metade dos seiscentos, não havendo consenso quanto aos seus atores, ora atribuindo-se aos holandeses, ora aos portugueses. Fortificação tipicamente marinha, flanqueada por água em três dos seus lados, desenvolvida em forma de hexágono com um só ângulo reentrante e parapeito à barbeta, construída em alvenaria de pedra com guaritas em tijolos. Juntamente com o fortim da Forca, na margem oposta do rio, cujos fogos se cruzavam, tinha a função de impedir o acesso dos inimigos ao Iguape e seus engenhos e às vilas de Maragogipe e Cachoeira e, por conseguinte, ao sertão”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. fortificação

37 **fortificação** s.f.

fortificazione

Edificação ou complexo de edificações que tem por função a defesa de uma localidade.

“Forte de Santo Antônio da Barra (Salvador, BA)

Outros Nomes: Farol da Barra

Descrição: A primeira <fortificação> existente no local foi construída entre 1583 e 1587. Reconstruída logo em seguida, entre 1591 e 1602, em forma octogonal, a fortificação não resistiu ao desembarque dos holandeses no Porto. Entre 1696 e 1702, o engº João Coutinho dá ao forte a forma atual. O Forte hoje possui forma de decágono, com seus ângulos salientes e quatro ventrantes, à barbeta, tendo no centro do terrapleno farol luminoso de seção cilíndrica. Seu desenho, como de outras <fortificações> da Marinha, é do tipo italiano. Sua verdadeira função era a de dificultar a entrada na barra e impedir, mediante fogo cruzado com o forte de Mont Serrat, o desembarque no porto. O acesso ao terrapleno se faz por um túnel em rampa, que termina em escadaria. Flanqueando a entrada existem dois salões recobertos por abóbodas que serviam de quartéis da guarnição e cadeia. A casa de comando, alteração do séc. XIX, apresenta janelas com lenço de pedra sob as guarnições. Em 1974 foi instalado o Museu Náutico da Bahia”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação

38 **geopark** s.m.

geoparco

Unidade de conservação de interesse internacional, gerida pela UNESCO, que objetiva preservar, em primeiro lugar, um ou mais sítios geológicos e/ou paleontológicos, de valor científico, raridade ou beleza cênica, mas também sítios de valor ecológico, arqueológico, histórico e cultural, além de promover o desenvolvimento sustentável, pesquisas científicas e atividades educativas, recreativas e turísticas.

“O conceito do <Geopark> Araripe está baseado no estabelecimento de uma rede de 09 Geossítios de valor histórico, geológico, paleontológico que possuem características únicas, singulares e que merecem atenção por proteção integral, em virtude de suas peculiaridades. Ele permite ao visitante uma abrangente compreensão da origem, evolução e estrutura atual da Chapada do Araripe. O <Geopark> Araripe está localizado no sul do estado do Ceará, na porção cearense da Bacia Sedimentar do Araripe e abrange 06 municípios da região do Cariri. Possui uma área de aproximadamente 3.520,52 Km² e que corresponde ao contexto territorial das cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Sua função está além da proteção e preservação dos registros geológicos, paleontológicos, antropológicos, ambientais, paisagísticos e culturais. As visitas exploratórias originadas desta ação e a infra-estrutura de apoio ainda em consolidação proporcionam um processo natural e desejável de inclusão social, onde a participação da sociedade se constitui em um pilar importante para o funcionamento pleno do <Geopark> Araripe”.

(<http://geoparkararipe.urca.br/content/viewContent.php?idMenuP=03&idSubMenu=0>)

Var. **geoparque**

Cf. unidade de conservação de interesse internacional

Nota: O termo “geopark” representa uma tipologia de unidade de conservação muito recente, criada em âmbito internacional, e com apenas um exemplar reconhecido pela UNESCO no Brasil, o Geopark Araripe. Por esse motivo, a forma em inglês ainda é bastante utilizada. Porém, a forma em português já foi criada, está presente no dicionário geral Houaiss, de 2001, e vem sendo utilizada. Na Itália já são 3 unidades de conservação desse tipo.

39 **geoparque** s.m.

Ver **geopark**

“O <geoparque> Bodoquena - Pantanal envolve 39.700 quilômetros quadrados da região sudoeste do Estado, onde estão situadas diversas riquezas geológicas, nos territórios de Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. No total, estão inseridos nesta área 54 geossítios, entre grutas, pedreiras, baías, minas, cachoeiras, nascentes, monumentos, etc. Segundo a técnica da Unidade de Conservação do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), entre os cerca de 20 projetos para a instituição de <geoparques> no País, Mato Grosso do Sul é o que está mais embasado e com condições de receber o selo da Unesco, o que deve ocorrer em 2010 [...]”.

(http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=118&id_comp=567&id_reg=92930&voltar=home&site_reg=118&id_comp_orig=567)

40 **gruta** s.f.

Ver **cavidade natural subterrânea**

“<**Gruta**> de Mangabeira (Ituaçu, BA)

Descrição: Situada na Serra do Sincorá, a <Gruta> da Mangabeira possui aproximadamente cinco quilômetros e meio de extensão e enorme conjunto de galerias de alturas variáveis, repletas de estalactites e estalagmites de diversas formas. Da grande galeria central partem inúmeras grutas subsidiárias, apenas entrevistas, já que é de todo impossível sua penetração dado o emaranhado de estalactites formadas pela dissolução constante de carbonato de cálcio do terreno, pelas águas da chuva que se infiltram e pingam incessantemente no seu interior. Estudos realizados pelo Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, RJ, demonstraram a existência de grandes jazidas de fósseis. Na sua entrada, encontra-se um santuário que é motivo de grande e permanente afluência de romeiros, pertencente à Diocese de Caetité. A <Gruta> da Mangabeira recebe ainda grande número de turistas que para ela se dirigem devido a sua beleza natural, sendo considerada uma das mais belas de toda a América Latina”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

41 **igreja** s.f.

chiesa

Edificação religiosa que sedia os cultos das religiões cristãs.

“O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – entregou neste domingo, 2 de agosto, aos moradores de Penedo, em Alagoas, o altar-mor da <Igreja> do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos totalmente restaurado. Após sete meses de trabalho – período em que parte da <igreja> permaneceu fechada – a comunidade de uma das mais tradicionais cidades históricas do Nordeste participou novamente de uma celebração no local. Para comemorar a data, o bispo diocesano D. Valério Breda celebrou uma missa com a participação de cerca de cem moradores [...]”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14577&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

Cf. edificação religiosa

Nota: A maioria das igrejas tombadas no Brasil refere-se à religião católica, muito presente na história do país, já que as demais religiões que utilizam o mesmo tipo de edificação são mais recentes.

42 **jardim botânico** s.m.

giardino botanico

Unidade de conservação instituída pelo MMA, constituída, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas, cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, expostas no todo ou em parte à visitação pública, de posse e domínio públicos ou privados, que atende a finalidades científicas, conservacionistas, educativas, recreativas e culturais.

“[...] O <Jardim Botânico> de Porto Alegre foi aberto ao público em 1958 com a exposição das primeiras coleções de palmeiras, coníferas, cactáceas, agaváceas e liliáceas. A partir de 1974 foram criadas coleções botânicas de espécies arbóreas (arboreto) organizadas por formações florestais, famílias botânicas e grupos temáticos. Possui uma área de 39 ha. Atualmente, é considerado um dos cinco maiores <jardins botânicos> do Brasil devido à diversidade das coleções de plantas, qualificação estrutural e capacitação do seu quadro técnico e operacional. Missão Institucional: ‘Realizar a conservação integrada da flora nativa e dos ecossistemas regionais, consolidando-se como centro de referência em educação, pesquisa, cultura e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida’”.

(<http://www.fzb.rs.gov.br/jardimbotanico/>)

Cf. **unidade de conservação do MMA**

Cf. tb. **jardim zoológico**

43 **jardim zoológico** s.m.

giardino zoologico

Unidade de conservação autorizada pelo IBAMA, com animais silvestres mantidos vivos, em cativeiro ou em semiliberdade, expostos à visitação pública, de posse e domínio públicos ou privados, que atende a finalidades científicas, conservacionistas, educativas e socioculturais.

“O <Jardim Zoológico> de Brasília ocupa área de 139,75 hectares, ao lado do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, com 440 hectares, e do parque das Aves, com 110 hectares, os quais são geridos pela Fundação <Jardim Zoológico> de Brasília - FJZB, com área total de 689,75 hectares [...]. Tem na topografia um leve declive, característica do bioma Cerrado, onde são distribuídos vários viveiros e três lagos artificiais com ilhas onde pode-se observar macacos, marrecos, garças, etc. Em seu plantel encontram-se aproximadamente 1.300 animais entre aves, répteis e mamíferos, num total de 300 espécies, destacando-se aqueles da fauna representativa da América do Sul, alguns sob ameaça de extinção. O Zoológico não é apenas lugar de visitação. A intenção é a preservação das espécies, reprodução, pesquisa e educação ambiental. Contamos ainda com lanchonetes, teatro de arena, auditório e o museu de taxidermia”.

(<http://www.zoo.df.gov.br/>)

Var. **zoológico**, **zoo**

Cf. **unidade de conservação do IBAMA**

Cf. tb. **jardim botânico**

44 mercado s.m.**Ver mercado municipal**

*“São Francisco do Sul (SC) recebe as obras de restauração do Mercado Municipal
05/07/2008*

A cidade de São Francisco do Sul recebe no próximo dia 05 de setembro o Mercado Público Municipal restaurado pelo Programa Monumenta em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade. As obras foram iniciadas em maio de 2006. Estarão presentes ao evento de inauguração o coordenador nacional adjunto do Monumenta, Robson Antônio de Almeida e o prefeito do município, Odilon Ferreira de Oliveira, além de outras autoridades. Completamente restaurado, o <mercado> foi construído no início do século XX e apresenta uma arquitetura eclética com traços do neoclássico. O valor total do projeto foi de R\$517.704,93. O Mercado Municipal faz parte do Centro Histórico de São Francisco do Sul, tombado pelo Iphan em 1987. Local de compras cotidianas dos moradores locais, também abastece moradores do outro lado da Baía Babitonga, além de ser um ponto de atração para os turistas. A obra está integrada a um conjunto de ações que visam à requalificação da região do centro histórico. A reocupação dos espaços nos boxes está sendo feita por meio de licitação [...]”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14045&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

45 mercado municipal s.m.

—

Edificação comercial com bancas, estantes e prateleiras, única em uma cidade, que sedia a exposição e a venda de produtos alimentícios, produtos típicos e outros produtos de uso rotineiro.

“Mercado de Diamantina (Diamantina, MG)

Outros Nomes: Casa do Mercado

Descrição: O local onde hoje se encontra o <Mercado Municipal>, atual praça Barão de Guaicuí, pertenceu originalmente ao tenente Joaquim Cassimiro Lages, que, em 1835, ali construiu um prédio de moradia e comércio e um rancho de tropeiros ou ‘intendência’, nome dado aos locais destinados ao descarregamento e comercialização de mercadorias vinda de outros lugares, cujo comércio foi desarticulado por volta de 1884. Coube à Câmara Municipal de Diamantina, através de manifestação de apoio popular, a iniciativa da construção de um mercado que centralizasse a distribuição de mercadorias, de modo a evitar o monopólio de algumas ‘intendências’ da cidade. Desta forma, em atendimento ao pedido feito em 1889, a municipalidade adquiriu dos herdeiros do tenente Lages o prédio e o rancho, iniciando a construção do atual <Mercado Municipal>. Localizado num dos sítios mais agradáveis da cidade, apresenta à sua frente grande área pavimentada de pedras, onde os tropeiros amarram, em rústicos esteios de pau, os burrinhos que para ali transportam as mercadorias de abastecimento. Trata-se de construção de um pavimento, de partido retangular, estruturada em madeira, com cobertura dividida em oito águas, sendo quatro voltadas para o exterior e quatro convergindo para o pátio interno mais ou menos central, solução adotada com vistas a conter o problema apresentado pela cumeeira da parte de trás, num nível mais baixo que as demais. Ocupando toda uma quadra, a edificação é circundada por mais três vias públicas, correspondentes às suas outras fachadas. Nas fachadas posterior e lateral esquerda percebe-se a existência de um porão, cujo declive das ruas possibilitou sua construção. Esta última é fechada em alvenaria de tijolos, apresentando cunhais, esteios e vãos de madeira e vergas de nível, com vedações em calha. As portas desse bloco, voltadas para o interior do mercado, são de vergas alteadas. As outras fachadas são todas abertas em arcadas de madeira, possuindo uma vedação de tábuas justapostas, à maneira de parapeitos. Internamente, as arcadas se repetem no eixo central longitudinal, dando sustentação à armação do telhado. Este, em

prolongado balanço com beiradas em cachorro e madeiramento aparente, constitui detalhe de interesse na construção. O piso interno é em lajes de pedra, à exceção da parte posterior ao porão, que apresenta piso em tabuado largo. O edifício é pintado nas cores azul e branco”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Sin. mercado público

Var. mercado

Cf. edificação comercial

46 **mercado público** s.m.Ver **mercado municipal**

“Mercado Municipal (Manaus, AM)

Outros Nomes: <Mercado Público>; Mercado Adolfo Lisboa: conjunto arquitetônico

Descrição: No século XIX, preocupações a respeito das condições higiênicas na comercialização de alimentos, criaram a necessidade da construção de <mercados públicos> em várias cidades, a exemplo do existente em Manaus, às margens do rio Negro. O Mercado Municipal de Manaus teve sua construção iniciada em 1880, pela firma ‘Bakus & Brisbin’, de Belém, com pavilhões construídos em estrutura de ferro, pela firma ‘Francis Morton Engineers Liverpool’. Sua inauguração se deu em 1883. Dessa época é datado o edifício principal. Trata-se de um galpão de aproximadamente 45 metros de comprimento e 42 m de largura, construído em estrutura de ferro. A estrutura é sustentada por 28 colunas, sendo os parapeitos onde estas se apoiam e as duas salas laterais, em alvenaria de pedra e tijolo. Seu calçamento é de laje de cantaria, de forma retangular e sua rua central é calçada em paralelepípedos. As salas laterais possuem vinte ‘boxes’, separados entre si por grades de ferro, possuindo, cada um, balcões de madeira com tampo em mármore. Em 1890 foram construídos dois outros pavilhões (galpões) laterais de igual tamanho, também com estrutura de ferro e cobertura de zinco. Os ‘novos’ pavilhões possuem 360 m² de área útil. Sua estrutura é formada por beirais abertos, encimados por arcos de ferro, os quais são sustentados por colunas, também em ferro. Nas duas fachadas principais, fechando os arcos, há gradis de ferro com ornatos decorados, acompanhados por vidros coloridos. Por volta de 1908, foi construído o pavilhão posterior para a comercialização, na época, de tartarugas, o qual possuía iluminação a querosene. Tal pavilhão teve a estrutura em ferro construída pela companhia ‘Walter Macfarlane, Glasgow’. Seu formato difere dos outros, sendo este totalmente fechado, possuindo cobertura em quatro águas e feita com chapas onduladas. A construção possui venezianas em todo o seu contorno, tendo oito entradas de acesso (uma em cada fachada principal, e três em cada lateral). A construção também possui frontões formados por gradis ornados em ferro e vidros coloridos. Ladeando esse pavilhão existem dois menores, de forma octogonal, possuindo também venezianas laterais em seu contorno e janelas em vidro (acima das venezianas). As janelas são encimadas por gradis de ferro decorados por motivos florais”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

47 **monumento natural** s.m.

monumento naturale

Unidade de conservação de uso integral de pequenas dimensões, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, que objetiva preservar bem ou área, raros, singulares ou de grande beleza cênica.

“O <Monumento Natural> dos Costões Rochosos foi criado através do Decreto nº 054/02. Esta unidade compreende uma faixa de 36.875,00 ha, que vai da Praia do Remanso até a Praia da Joana. A vegetação predominante no <Monumento Natural> é de restinga de extrema importância para a manutenção das espécies de fauna e a conservação do meio ambiente, por isso coube a administração municipal a iniciativa de preservar esta área visando a defesa para a presente e as futuras gerações. O <Monumento Natural> dos Costões Rochosos compreende parte da Praia do Remanso, as praias das Areias Negras, Virgem e da Joana, além da faixa que vai da areia até as ruas Túlio de Alencar, Nilza e César Gonçalves”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sudeste/mn/costaorochoso.html>)

Var. MN, MONA

Cf. **unidade de conservação de uso integral**

48 **mosteiro** s.m.

monastero

Edificação ou conjunto de edificações religiosas que abriga uma comunidade de monges ou monjas.

“<Mosteiro> e Igreja de São Bento (Rio de Janeiro, RJ)

Descrição: Em um dos quatro outeiros que balizaram a cidade, vieram instalar-se, em 1586, os monges beneditinos. É do início do século XVII a primeira fase das obras do <Mosteiro> de São Bento e de sua igreja, devotada à Nossa Senhora do Montserrat [...]”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. **edificação religiosa**

49 **museu** s.m.**museo**

Equipamento urbano sem fins lucrativos, aberto ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, organiza, investiga e expõe bens culturais.

“O <Museu> do Homem do Sambaqui ‘Padre João Alfredo Rohr, S.J.’, está instalado no interior deste histórico complexo educacional quase centenário, que é o Colégio Catarinense. O prédio original do Colégio, construído em 1924, é tombado pelo Município. A Capela Santa Catarina de Alexandria foi reformada em 1998, ganhando 24 vitrais com temas sacros. Organizado a partir de 1964, pelo Padre João Alfredo Rohr, o <Museu>, tombado em âmbito federal e estadual, possui um dos maiores acervos arqueológicos do Brasil, reunindo mais de cinco mil peças. Especializado em arqueologia pré-histórica, o <Museu> contém peças com aproximadamente 8 mil anos. Destacam-se esqueletos retirados das centenas de sítios arqueológicos descobertos pelo Padre Rohr na Ilha de Santa Catarina e interior do estado catarinense, urnas funerárias, sepultamentos indígenas, artefatos indígenas líticos e fragmentos Cerâmicos [...]”.

(http://www.pmf.sc.gov.br/turismo/lazer_cultura/patrimonio/museu_do_homem_do_sambaqui.htm)

Cf. equipamento urbano

50 **paço imperial** s.m.

Palácio que tem por função sediar o regime imperial e, consequentemente, servir de residência para os imperadores.

“<**Paço Imperial**> (Rio de Janeiro, RJ)

*Descrição: Em 1730, foi autorizada através de Ordem Régia a construção de uma casa destinada à morada do vice-rei, no Rio de Janeiro, por Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela. Projetado pelo Brigadeiro Engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, foi inaugurado em 1743 como sede do governo das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vinte anos depois, com a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, passa a abrigar a sede do poder civil colonial. Extensa edificação ocupando toda uma quadra, apresentava-se com dois pavimentos e ladeava a praça, contrapondo-se aos prédios de residência do Teles de Meneses, projetados pelo mesmo arquiteto. Internamente a edificação se desenvolve em torno de dois pátios. A arquitetura da edificação foi sendo alterada com o correr do tempo e com as mudanças de utilização. Para abrigar o Príncipe Regente e sua Corte, o Conde dos Arcos construiu acréscimos em terceiro piso. Nesta ocasião, foi o Palácio ligado por meio de um passadiço, ao antigo Convento dos Carmelitas, então residência da Rainha D. Maria. Durante o Segundo Reinado, construíram-se pesadas platibandas sobre as cimalhas, encobrendo-se os telhados. Por fim, em 1929 tendo sido sede do Departamento de Correios e Telégrafos, passou a edificação por novas alterações, quando foi completado o terceiro pavimento em todo o perímetro da edificação. Com a chegada do Príncipe-Regente, transformou-se em Paço Real e a partir da Independência, em <**Paço Imperial**>. Portanto, no século XIX teve seu apogeu como palácio de despachos e centro do poder, sendo palco de vários acontecimentos - ali foram aclamados um Rei (Dom João VI) e dois imperadores (Dom Pedro I e Dom Pedro II), deu-se o episódio do Fico e foi assinada a Lei Áurea. Ao longo do tempo, o prédio sofreu várias reformas e acréscimos. Em 1985 foi totalmente restaurado, recuperando a volumetria de 1810, quando passa a ser externamente o melhor documento dos aspectos da arquitetura portuguesa e brasileira anteriores à Missão Artística Francesa. Apresenta na fachada principal, de composição simétrica, corpo central elevado, onde se destaca a portada de pedra composta por colunas e porta e verga retas, gradeadas. A fachada da Rua Primeiro de Março apresenta, no térreo, três portas centrais de vergas retas entre duas de*

vergas retas em cada extremidade, todas com cimalha nas sobrevergas. Internamente, pouco conserva da edificação primitiva. Em torno dos pátios centrais podem-se observar ainda o pórtico, uma portada de lioz e a escada de cantaria”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. palácio

Nota: O palácio passou por vários períodos da história brasileira. Entretanto, foi durante o Império, de 1822 a 1889, que ele assumiu maior importância. Ele é classificado como uma das mais importantes edificações registradas da história do Brasil. Atualmente a edificação sedia um centro cultural vinculado ao IPHAN.

51 **paço municipal** s.m.

palazzo comunale

Palácio que tem por função sediar o governo municipal.

“<**Paço Municipal**> (Jaguaripe, BA)

Outros Nomes: Casa de Câmara e Cadeia

Descrição: Uma das mais antigas casas de Câmara e Cadeia do estado, foi construída no final do século XVII, às margens do rio Jaguaripe, voltado para a Praça da Bandeira. Sua volumetria e planta se assemelham àquelas da arquitetura residencial do período. Construída segundo planta retangular com cômodos intercomunicantes, desenvolve-se em dois pisos na frente e quatro no fundo, devido à declividade do terreno. O segundo sub-solo apresenta, ainda que embrionariamente, um elemento que se difundiria no século seguinte, a arcada. No primeiro sub-solo, abaixo do nível da praça, se realizava a feira sendo superposta por um mezanino, de pé-direito reduzido. A cadeia instalava-se neste sub-solo e no térreo, também ocupado por serviços administrativos. Ao pavimento nobre destinavam-se a Sala da Câmara e serviços afins. Edificação robusta, onde predominam os cheios em relação aos vazios, é delimitada por cunhais, cobertura em quatro águas com beira-saveira no frontispício e cornija nas demais fachadas. As envazaduras são simples, em arco abatido na sua maioria, tendo no último andar, balcão com gradil de ferro forjado. Sua implantação e volumetria tornam-no um elemento de referência na paisagem, avistado a grande distância”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. palácio

Nota: Muitos paços municipais tombados, primeiramente abrigavam as Casas de Câmara e Cadeia, edificações com dupla função: sediar a cadeia e a Câmara Municipal. A primeira se situava em piso inferior à segunda, porque as autoridades deveriam estar sob os criminosos, reforçando sua superioridade.

52 **palacete**¹ s.m.

palazzina

Edificação privada de proporções inferiores às de um palácio e de grande importância arquitetônica, de propriedade de grandes senhores, que se destina ao uso residencial.

“<**Palacete**> Pinho (Belém, PA)

Outros Nomes: Prédio à Rua Dr. Assis, 586

Descrição: O <Palacete> Pinho é um dos exemplares mais característicos que marcaram, nos fins do século XIX, o ápice econômico proveniente do Ciclo da Borracha. Desde o início da sua ocupação pela família do Comendador José de Pinho, responsável por sua construção, foi palco de constantes manifestações culturais. Segundo o estudioso Correia Pinto, ‘não havia ali fronteiras de nenhuma espécie: nem políticas, nem estéticas, nem religiosas, nem raciais’. Adotando um partido arquitetônico comum em Portugal nos séculos XVII e XVIII, mas raro no Brasil, que vem da influência dos palácios e vilas italianas do século XVI. Sua planta é em ‘U’, sendo o pátio aberto na frente, uma proposta barroca, é limitado por uma grade como nos similares portugueses. A linguagem dos vãos, que no primeiro pavimento são em arco pleno e no segundo vergas retas, encimadas por frontões triangulares e curvilíneos, se harmonizam com o revestimento de azulejos e com os lambrequins da parte mais elevada do prédio (a camarinha). A falta de recursos dos herdeiros para preservá-lo, levaram à sua venda, em 1978”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. **palácio**

53 **palacete**² s.m.

—
 Palácio pequeno que tem por função sediar órgãos de governo, repartições públicas, instituições culturais.

“O Palácio Antônio Lemos foi construído para ser a sede do poder municipal. O autor do projeto inicial foi o Barão de Marajó, José Coelho de Gama e Abreu. A idéia era construir o prédio no terreno onde antes havia um teatro que nunca foi terminado. As obras começaram em 1860. Porém, o terreno pertencia à dona Luíza Clara, esposa do terceiro líder cabano, Eduardo Angelim. [...] A inauguração foi em 15 de agosto de 1883, quinze anos depois do início das obras. Mas o paço ainda não estava concluído. Apenas dois anos depois, no dia 15 de abril, a câmara se instalou no prédio. Em 1887 para lá também se mudaram os tribunais da Relação e da Junta Comercial. Do início do período republicano até a década de 1930, funcionavam no ‘<palacete> azul’ o gabinete do intendente de Belém, o senado Estadual, o Tribunal de Justiça, o Conselho de intendência municipal (câmara de vereadores) e o Fórum. Depois da redemocratização do Brasil em 1947, lá também se instalaram a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal, substituindo o senado estadual e o conselho de intendência. A Câmara permaneceu ali até 1951. Hélio Gueiros reinaugurou o Palácio Antônio Lemos, trouxe de volta ao <Palacete> Azul o gabinete do prefeito e instalou no restante do edifício o Museu de Artes de Belém. 130 anos depois do nascimento de Antônio Lemos, em 13 de dezembro de 1973, no mandato de Nélcio Lobato, os restos mortais do grande urbanista de Belém foram transferidos para o <palacete> com o seu nome”.

(<http://www.ilc.ufpa.br/jornal/lazerturismo/index.php?id=14>)

Cf. **palácio**

54 **palácio** s.m.

palazzo

Edificação pública de grandes proporções e de grande importância arquitetônica, constituída por várias dependências dispostas em torno de um pátio, que tem por função principal sediar órgãos de governo, repartições públicas, instituições culturais.

“Erguido entre 1858 e 1867 como residência do Barão de Nova Friburgo, o <Palácio> do Catete caracteriza-se pela importância arquitetônica e luxo decorativo. Sua concepção artística eclética, com três pavimentos e fachadas de mármore, foi projetada pelo arquiteto alemão Gustav Weschneldt, e pelos pintores Emil Bauch, Tassani e Bragaldi. Internamente, a construção possui escadaria de mármore ligando o térreo ao sobrado nobre. O prédio possui salões nobres decorados com estuques, pinturas e rico mobiliário. A casa ficou célebre; grandes bailes movimentavam nossa elite imperial. A Proclamação da República, porém, encontrou-a desocupada. Vendida em 1890, pertenceu ao Conselheiro Mayrinck e ao Banco da República do Brasil antes de ser destinada a sediar o poder executivo, em 1896. Para abrigar os presidentes e suas famílias, passou por ampla reforma, da qual participaram pintores renomados como Antônio Parreiras e Décio Villares, o engenheiro Aarão Reis e o paisagista Paul Villon. Nessa mesma época a instalação da luz elétrica acentuou o brilho do interior luxuoso. O <Palácio> foi cenário de importantes acontecimentos políticos e sociais. Em seus salões declaramos guerra à Alemanha em 1917, lançamos a moeda Cruzeiro em 1943, pranteamos o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, vimos partir os helicópteros de Juscelino Kubistechek em constantes visitas às obras da futura capital. Em 1960, o ‘O <Palácio> das Águias’, transformou-se em Museu preservando a memória dessa República da qual foi sinônimo. Com a transferência da capital federal para Brasília, o Palácio do Catete passou a abrigar o Museu da República”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação pública

Nota: Antigamente o palácio, símbolo de luxo e poder, foi morada de membros de famílias reais, de famílias de nobres, e também cenário de muitos bailes e acontecimentos sociais. Além disso, na Itália, os palácios tinham função de defesa e também serviam para estocar mercadorias e provimentos.

55 **palácio do governo** s.m.

palazzo del governo

Palácio que tem por função sediar órgãos de governo.

“<**Palácio do Governo**> (Natal, RN)

Descrição: Mandado construir pelo presidente da província, Olinto José Meira, em substituição ao prédio anterior. Iniciada a construção em 1865, cuja planta consta autoria do engenheiro Ernesto Augusto Amorim, seu término se deu em 1872. Abrigava a Assembléia Provincial, Câmara Municipal, Júri e Tesouraria. Tendo dois pavimentos, a fachada principal com três vãos em arco pleno enquadrado por cunhais e colunas ladeadas por janelas de vergas retas. Em seu segundo pavimento, janelas com guarda-corpo de ferro batido e sacada corrida na parte-central. Telhado de quatro águas com platibanda corrida. As fachadas laterais, possuem no pavimento inferior, janelas de vergas retas e porta central, e no centro do pavimento superior, três janelas rasgadas com balcão corrido, existindo outras duas janelas laterais com balcões. Em seu interior, em destaque, o gradil de madeira e a escada”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação pública

56 **parque estadual** s.m.

parco naturale regionale

Unidade de conservação de uso integral de grande extensão, de posse e domínio públicos, estadual, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“<Parque Estadual> Morro do Diabo, localizado no extremo oeste do Estado, com uma superfície de 33.845,33 ha, guarda a última grande área de floresta de planalto, uma vegetação que um dia já cobriu grande parte do território paulista. Seu nome vem da existência, em seu interior, de impressionante testemunho geológico: o Morro do Diabo, uma elevação imponente com seu ponto mais alto a 600 m acima do nível do mar. Com suas características de solo, flora e fauna próximos da situação primitiva, representa os ecossistemas originais da região, destruídos pela ocupação e pelo desmatamento irracionais. Classificada como floresta estacional semidecidual, a floresta desta importante unidade de conservação tem como característica principal a queda das folhas durante a época da seca, em algumas espécies como ipês, cedros e guaritás. O Parque abriga a maior reserva de peroba-rosa do Estado, espécie ameaçada pelo desmatamento, devido à grande procura por sua madeira [...]. O Parque dispõe de centro de visitantes, trilhas interpretativas monitoradas e hospedaria, destinadas a apoiar as atividades de educação ambiental desenvolvidas na unidade. A visitação pública é geralmente constituída por estudantes e outros grupos organizados. Para tanto é necessário marcar as visitas com antecedência, uma vez que a procura é grande e a capacidade de atendimento é de 50 pessoas por dia, limite estabelecido para minimizar os impactos causados pelo uso público na área [...]”.

(http://www.iflorestsp.br/dfce/p_e_morro.htm)

Var. **PE**

Cf. **unidade de conservação de uso integral**

Cf. tb. **parque nacional, parque natural municipal**

Nota: A legislação italiana considera o *parco naturale* um parque situado tanto em uma única região, *parco naturale regionale*, quanto em regiões limítrofes, *parco naturale interregionale*.

57 **parque estadual marinho** s.m.

—

Unidade de conservação de uso integral de grande extensão em ambiente marinho, de posse e domínio públicos, estadual, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“O <Parque Estadual Marinho> da Pedra da Risca do Meio foi criado através da Lei Estadual Nº 12.717 de 05 de Setembro de 1997. É a única Unidade de Conservação Marinha do Estado do Ceará, com uma área de 33,20 km² distante a 10 milhas náuticas (aproximadamente 18,5 km) do Porto do Mucuripe, em Fortaleza, na direção 60° NE (sessenta graus nordeste) [...]. A criação do Parque Marinho tem como objetivo proteger uma área de produção e alimentação das espécies marinhas, resgatar a pesca artesanal, estudar e desenvolver programas de pesca sustentável, realizar pesquisas nos campos das Ciências Biológicas, Ciências Marinha Tropicais e Engenharia de Pesca, além de divulgar e promover o turismo subaquático. A área escolhida torna-se um refúgio biológico de grande valor, além de ser dotado de um equilíbrio ecológico muito frágil [...]”.

(<http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/unidades/PqRiscaDoMeio.asp>)

Cf. **parque estadual**

Cf. tb. **parque nacional marinho**

58 **parque histórico nacional** s.m.

Unidade de conservação de uso integral de grande extensão, em que ocorreram fatos importantes para a história do país, de posse e domínio públicos, federal, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“O <Parque Histórico Nacional> dos Guararapes, localizado no Município de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana de Recife, Pernambuco, foi criado em 1971 e abrange uma área de 224,40 hectares. No seu interior estão localizados os Montes Guararapes, tombados em 1965 pelo Presidente Castelo Branco, e palco de um dos mais importantes episódios da História do Brasil: as Batalhas dos Guararapes. Os Montes Guararapes testemunharam a vitoriosa luta contra a dominação holandesa no Nordeste e, pela vez primeira, o surgimento da manifestação do sentimento de pátria pela união de portugueses, brasileiros, negros e índios contra o invasor do solo brasileiro [...]. A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), no ano de 2004, acolhendo a iniciativa do Comando Militar do Nordeste (CMNE) que, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estabeleceu o Plano de Revitalização do <Parque Histórico Nacional> dos Guararapes, elaborou e submeteu à aprovação do Ministério da Cultura o Projeto Cultural <Parque Histórico Nacional> dos Guararapes. O projeto [...] está estruturado em três módulos. O Módulo 1 prevê a construção de um complexo arquitetônico, no Morro do Oitizeiro, composto de um museu, um auditório e um restaurante. O Módulo 2, concluído no ano 2006, destinou-se a dotar o <Parque Histórico Nacional> dos Guararapes de uma sede para a sua administração, de um novo mirante e de um estacionamento. O projeto contou com patrocínio da BASF S/A. A construção de um anfiteatro para 3.000 (três mil) pessoas está prevista no Módulo 3. Para a construção dos Módulos 1 e 3, a FUNCEB busca patrocínio. O Plano de Revitalização do parque prevê, ainda, o seu reflorestamento e projetos paisagísticos e de sustentabilidade”.

(<http://www.funceb.org.br/reformaerestauro.asp?materia=11>)

Cf. parque nacional

Nota: Na Itália há parques históricos, mas não são federais.

59 parque municipal s.m.**Ver parque natural municipal**

“[...] Em Vitória, os <Parques Municipais> foram criados para proteção de elementos naturais de relevância e são implantados com toda infra-estrutura para atender aos propósitos científicos, educacionais e recreativos. Para implantar e manter os <Parques Municipais>, a Semmam vem estabelecendo parceria com empresas privadas, numa estratégia de tornar a sociedade co-responsável pela gestão das áreas verdes públicas. Os <Parques Municipais> já implantados estão distribuídos pela cidade, de forma a atender ao maior número possível de comunidades e outros encontram-se em processo de implantação. Estão em pleno funcionamento os seguintes Parques: Moscoso, Horto de Maruípe, Gruta da Onça, Tabuazeiro, Baía Noroeste, Pedra da Cebola, Fonte Grande, Barreiros e Padre Alfonso Pastore (Mata da Praia). Parcialmente implantado temos o <Parque Municipal> de São Benedito. E em fase de estudos para criação e implantação, os <Parques Municipais> das Mangueiras e da Restinga de Camburi [...]”.

(<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/meio/unidades.htm>)

60 **parque nacional** s.m.

parco nazionale

Unidade de conservação de uso integral de grande extensão, de posse e domínio públicos, federal, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“O <Parque Nacional> da Serra dos Órgãos foi criado em 1939 para proteger a excepcional paisagem e a biodiversidade deste trecho da Serra do Mar na região serrana do Rio de Janeiro. São 20.024 hectares protegidos nos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim. O PARNASO protege florestas de encosta e campos de altitude entre 80m de altitude e os 2.275m da Pedra do Sino, ponto culminante da Serra dos Órgãos. A grande e brusca variação de altitude criou ambientes únicos e grande diversidade biológica. O parque protege mais de 462 espécies de aves, 105 de mamíferos e um grande número de espécies endêmicas (que só ocorrem nesta região). Além da beleza e da importância da conservação de suas espécies, o PARNASO é um dos melhores locais do país para a prática de esportes de montanha, como escalada, caminhada, rapel e outros”.

(<http://www.icmbio.gov.br/parnasos/>)

Var. PN, PARNA

Cf. unidade de conservação de uso integral

Cf. tb. parque estadual, parque natural municipal

61 parque nacional marinho s.m.

—

Unidade de conservação de uso integral de grande extensão em ambiente marinho, de posse e domínio públicos, federal, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“Poucos países no mundo possuem tantos Parques Nacionais (PARNA) quanto o Brasil: 35; dentre eles, o <Parque Nacional Marinho> dos Abrolhos. Os PARNA foram criados com a finalidade de preservar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para fins educacionais, recreativos ou científicos, sendo neles proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais. Os PARNA comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, de acordo com as normas estabelecidas pelo IBAMA. Permitem também as pesquisas científicas, desde que autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração”.

(<http://www.abrolhos.com.br/abrolhos/parque.htm>)

Cf. parque nacional

Cf. tb. parque estadual marinho

62 **parque natural municipal** s.m.

parco urbano

Unidade de conservação de uso integral, de posse e domínio públicos, municipal, em que a visitação pública é permitida, que objetiva preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“O <Parque natural Municipal> Broomberg possui 67.800,00 m² de Floresta Atlântica. O parque é legalmente instituído pela lei 5.869 de 24 de abril de 2002 e corresponde ao remanescente não ocupado das terras adquiridas pela empresa Broomberg e Cia. A Unidade de Conservação tem como objetivo preservar a floresta existente nos limites do parque, impedindo qualquer tipo de ocupação; preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico, de educação ambiental e de pesquisas científicas; proteger o meio ambiente evitando a sua degradação através do combate à poluição e da manutenção de seus recursos hídricos”.

(<http://www.blumenau.sc.gov.br/faemanovo/site/index/index.php?IDSECAO=816&IDPAI=791>)

Var. **parque municipal**

Cf. **unidade de conservação de uso integral**

Cf. tb. **parque nacional, parque estadual**

63 **patrimônio arqueológico** s.m.

patrimonio archeologico

Conjunto dos indícios de bens ou sítios com vestígios de povos antigos que passaram ou viveram em determinada região.

“Dos 13 mil sítios arqueológicos cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 920 estão no único parque brasileiro tombado por seu <patrimônio arqueológico>, o Parque Nacional Serra das Capivaras. Localizado no município de Raimundo Nonato (PI), a área precisa, segundo a diretora da Fundação que administra o Parque, Niéde Guidon, de R\$ 400 mil mensais para sua manutenção. Os outros parques ou áreas de preservação onde há sítios não recebem benefícios do Iphan. Um dos motivos apontados pela instituição é a falta de políticas públicas voltadas à valorização cultural desses espaços [...]. No Brasil, o <patrimônio arqueológico> fica à sombra dos parques ambientais. Pelo menos oito localidades têm expressivo patrimônio de arqueologia, mas quase todas foram reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pela sua fauna e flora existentes. Estão nesta categoria, segundo a arqueóloga da Gerência de Arqueologia do Iphan, Maria Lúcia Pardi, o Parque Estadual de Itaúnas (ES); Parque Nacional Serra das Confusões (PI); Parque Estadual de Monte Alegre (PA); Parque Estadual da Serra das Andorinhas (PA); Parque Arqueológico do Solstício Estadual de Arqueologia (em processo de aprovação, AP); Parque do Rio da Casca (RS); Parque Estadual de Canudos (BA); e Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG) [...]”.

(http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=304)

Cf. sítio arqueológico

Cf. tb. quilombo

Nota: No Brasil os vestígios são dos paleoameríndios e dos habitantes de quilombos no período do Brasil Colônia, enquanto que na Itália os vestígios referem-se ao povo formador do Império Romano e de outros povos bárbaros que passaram neste território, desde os mais remotos períodos antes de Cristo.

64 **patrimônio espeleológico** s.m.

patrimonio speleologico

Conjunto das cavidades naturais subterrâneas e dos elementos bióticos e abióticos a elas associados no subterrâneo ou na superfície.

“03 / 10 /2009 - Portaria institui programa de conservação das cavernas

DISTRITO FEDERAL, Brasília - A ministra interina do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, assinou portaria na última quinta-feira (1º), criando o Programa Nacional de Conservação do <Patrimônio Espeleológico>. O programa tem como objetivo desenvolver uma estratégia nacional de conservação e uso sustentável das cavernas brasileiras. O programa traz ações de efeito imediato para a conservação das cavernas brasileiras, como a criação 30 unidades de conservação federais, a realização de um Inventário Anual do <Patrimônio Espeleológico> Nacional, a elaboração de Planos de Ação para o <patrimônio espeleológico>, o diagnóstico das unidades espeleológicas do Brasil, além do lançamento da Revista Brasileira de Espeleologia, entre outras [...]”.

(http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=21344&MES=/10/2009&max_por=10&max_ing=5)

65 **patrimônio cultural** s.m.

patrimonio culturale

Conjunto das obras arquitetônicas isoladas ou reunidas, integradas ou não à paisagem; das artes plásticas ou das artes pictóricas de caráter monumental; dos bens arqueológicos, dos bens espeleológicos, ou de conjuntos dos mesmos; dos sítios, obras do homem ou obras do homem conjugadas com a natureza, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

“Para os fins da presente Convenção, são considerados <“patrimônio cultural”>:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,*
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,*
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”.*

(<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>)

Sin. patrimônio tangível, patrimônio material

Var. patrimônio cultural material

Cf. edificação

Cf. tb. patrimônio natural

Nota: A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 16 de novembro de 1972 estabelece alguns conceitos e normas. Unifica, desse modo, as práticas para a proteção do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, as quais devem ser realizadas por todos os estados-membros da organização.

66 **patrimônio cultural material** s.m.

Ver **patrimônio cultural**

“[...] a UNESCO considera que uma das formas mais eficazes de preservar o patrimônio intangível é garantir que os portadores desse patrimônio possam continuar o produzindo e transmitindo. Assim, a Organização estimula os países a criarem um sistema permanente de identificação de pessoas (artistas, artesãos etc.) que encarnam, no grau máximo, as habilidades e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção de seu <patrimônio cultural material>”.

(<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial>)

67 **patrimônio material** s.m.

Ver **patrimônio cultural material**

“O <patrimônio material> protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Os bens culturais materiais tombados podem ser acessados por meio do Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e inscreve os bens nos Livros do Tombo”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan>)

68 **patrimônio natural** s.m.

patrimonio naturale

Conjunto de bens naturais constituídos, em primeiro lugar, por formações físicas e biológicas ou de grupos de tais formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico e, em segundo lugar, de formações geológicas e fisiográficas de zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico e, em terceiro lugar, de sítios naturais ou áreas naturais estritamente delimitadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético, científico ou conservativo.

“Para os fins da presente Convenção, são considerados <“patrimônio natural”>:

- *os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;*
- *as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,*
- *os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural”.*

(<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>)

Cf. unidade de conservação do IPHAN

Cf. tb. patrimônio cultural

Nota: A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 16 de novembro de 1972 estabelece alguns conceitos e normas. Unifica, desse modo, as práticas para a proteção do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*, as quais devem ser realizadas por todos os estados-membros da organização.

69 **patrimônio tangível** s.m.

Ver **patrimônio cultural**

“O Brasil possui ampla tradição em políticas públicas relacionadas à proteção do Patrimônio que, em parte, explica suas estreitas relações com a UNESCO nessa área. O desafio atual é adotar uma abordagem intersetorial, tanto no que diz respeito ao <patrimônio tangível> quanto ao intangível, e melhorar a relação do patrimônio com o desenvolvimento, especialmente no que tange ao desenvolvimento urbano dos sítios históricos. É também de alta relevância a divulgação e a consolidação da experiência recente de salvaguarda do patrimônio intangível”.

(<http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/contextoCLT>)

70 **praça** s.f.

piazza

Equipamento urbano geralmente com árvores ou jardins, decorada com bancos, chafarizes, circundada pelos principais edifícios da cidade, que sedia atividades comerciais, manifestações culturais etc.

“<Praça> Quinze de Novembro

Aterro realizado em local onde antes coexistiam pequenas lagoas, charcos, pântanos, mangues e trechos de mar, a <Praça> Quinze guarda, no espaço que abrange o Paço Imperial, o Convento dos Carmelitas, o Arco do Teles e a Travessa do Mercado, muito da memória do Brasil. Pode-se dizer que foi ali que a história do Rio começou. E, mesmo após as recentes obras de modernização e reorganização realizadas pela Prefeitura, a <Praça> Quinze, com seus bares, restaurantes, feiras, museus e intensa movimentação popular, mantém um charme todo especial, que só mesmo quem está ali consegue sentir”.

(<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=1551>)

Cf. equipamento urbano

Nota: Atualmente a praça assumiu também as funções de descanso e lazer. Na Itália a praça tem as mesmas características, porém é caracterizada não pelas árvores ou jardins, mas pela presença de chafarizes, obeliscos, pelas edificações que a circundam etc.

71 **quilombo** s.m.

—

Sítio arqueológico em que se encontram restos das povoações de negros fugidos das fazendas durante o período do Brasil Colônia.

“Ao lado de Pipa, poucos quilômetros ao sul, seguindo pela orla e logo depois do chapadão, pode-se alcançar uma paisagem que é praticamente a antítese do agito cosmopolita movido a grifes e temperado pela ‘night’ da praia potiguar: Sibaúma. Área remanescente de <quilombo>, tem uma escola pública funcionando em condições precárias, uma rua e casebres de taipa que em alguns casos parecem brotar da própria areia. É o <quilombo> de Sibaúma. Listado como sítio arqueológico pelo IPHAN, as referências turísticas ao lugar concentram o foco na paisagem, nas dunas, no mar, nas falésias. A memória do <quilombo> existe praticamente apenas para quem ainda vive ali [...]”.

(http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/artigos_entrevistas/gilson1)

Cf. **sítio arqueológico**

Cf. tb. **patrimônio arqueológico**

72 **quinta** s.f.

—

Edificação rural de pequenas dimensões que se destina ao uso residencial.

“<**Quinta**> da Boa Vista (Rio de Janeiro, RJ)

*Descrição: Próximo ao caminho de São Cristovão, o negociante Elias Antônio Lopes possuía uma casa e uma chácara. Em 1º de janeiro de 1809, com a vinda da Família Real Portuguesa, a propriedade foi doada ao Príncipe Regente. Acrescida por aquisições de propriedades vizinhas, a casa passou a denominar-se <**Quinta**> Real da Boa Vista, servindo de residência da Família Real Imperial até a Proclamação da República. A partir de 1869, a <**Quinta**> foi ajardinada e urbanizada, segundo o projeto de Augusto François Marie Glaziou, diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial. A parte central do jardim ficou pronta em 1878, concebido ao gosto romântico, onde prevalecem as curvas, com lagos, pontes, elevações e depressões, cascatas artificiais e quiosques. Um dos quiosques foi construído à feição de templo greco-romano e o outro ao gosto oriental, o atual portão, no final da Av. Pedro II, data dos últimos anos do Império, o primitivo, todo de terracota, serve de entrada para o Jardim Zoológico. Este foi presente do Duque Nothumberland à D. João VI e é uma cópia do de Sion House, de Londres. MUSEU NACIONAL: O museu se encontra instalado em área tombada pelo IPHAN, ou seja no Parque da <**Quinta**> da Boa Vista. Esta área que foi utilizada como residência pela Família Real no Brasil, recebeu tratamento paisagístico de autoria de Augusto François Marie Glaziou, em 1869, nomeado à época diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial, e do Major Gomes Archer. O tratamento da vegetação e dos acessórios para ambientação local, seguiu o gosto romântico, e para concretizá-lo foram utilizados lagos, pontes, cascatas, grutas, quiosques, a obra de paisagismo foi concluída em 1875, mas o parque conserva até hoje a marca deste período”.*

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação rural

73 refúgio de vida silvestre s.m.

zona speciale di conservazione

Unidade de conservação de uso integral de pequenas dimensões, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, que objetiva conservar e proteger ambientes naturais, para que a flora e a fauna, nativa ou migratória, mantenham-se ou reproduzam-se.

“<Refúgio de Vida Silvestre> Veredas do Oeste Baiano, localizado na Bahia, nos Municípios de Jaborandi e Cocos, com área de 128.521 ha. Esta unidade foi criada para proteger ambientes naturais onde serão asseguradas as condições para a existência e a reprodução da flora e da fauna. Será a primeira Unidade dessa categoria a ser criada no país”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/nordeste/rvs/veredas.html>)

Var. **RVS, REVISE**

Cf. unidade de conservação de uso integral

Nota: Na Itália, antes da *zona speciale di conservazione* alcançar esse *status*, sendo amplamente assistida pela legislação italiana, ela é um *sito di importanza comunitaria*. Sua elevação depende da quantidade e importância dos habitats e das espécies que possui.

74 **reserva biológica** s.f.

riserva naturale

Unidade de conservação de uso integral, de posse e domínio públicos, federal, estadual ou municipal, em que a visitação pública é proibida, que objetiva preservar a diversidade biológica, bem como os processos ecológicos naturais.

“A <Reserva Biológica> Estadual da Praia do Sul é de domínio público, está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e é criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do Governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas. Com uma área de mais de 3.600 hectares é uma das regiões onde a harmonia entre a Mata Atlântica e o oceano podem ser sentidas de perto [...]”.

(<http://www.ilhagrande.org/reserva-biologica>)

Var. **REBIO, RB**

Cf. **unidade de conservação de uso integral**

Nota: Na Itália esse tipo de unidade de conservação pode ser propriedade do Estado ou de uma das vinte regiões do país.

75 **reserva da biosfera** s.f.

riserva della biosfera

Unidade de conservação de interesse internacional que possui um modelo de gestão integrada e participativa, gerida pela UNESCO, com áreas de posse e domínio públicos ou privados, que objetiva preservar a diversidade biológica, promover o desenvolvimento econômico e humano de forma sustentável e apoiar projetos, pesquisas, educação e monitoramento ambiental e capacitação de profissionais.

“A <Reserva da Biosfera> do Pantanal abrange os estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e pequena parcela de Goiás. Cobre a região de abrangência do Pantanal Mato-Grossense e de áreas de influência das cabeceiras dos rios que estruturam o sistema hídrico da planície pantaneira. A <Reserva da Biosfera> trabalha para prover de sustentabilidade as atividades da pecuária que se pratica na região desde o Século XVIII, consideradas um fator importante para a conservação da biodiversidade do Pantanal. A pesca artesanal e o ecoturismo (de paisagem, da pesca esportiva, de aventura, rural e tecnológico) são iniciativas econômicas que a Reserva quer privilegiar como uma das alavancas do desenvolvimento sustentável da região pantaneira [...]”.

(http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_pantanal.asp)

Var. **RB**

Cf. unidade de conservação de interesse internacional

Nota: A unidade de conservação desse tipo foi criada pela UNESCO, dentro do Programa “O homem e a biosfera” (MaB). No Brasil são 5 reservas, e, na Itália, 8.

76 reserva de desenvolvimento sustentável s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, de posse e domínio públicos, federal, estadual ou municipal, que objetiva preservar o meio ambiente e proteger os meios de vida e a cultura das populações locais, e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

“A <Reserva de Desenvolvimento Sustentável> (RDS) Mamirauá foi a primeira unidade de conservação dessa categoria implantada no Brasil. Antes de ser transformada em RDS, a área foi definida como Estação Ecológica Mamirauá a partir de uma solicitação encaminhada em 1985 pelo pesquisador José Márcio Ayres ao então secretário especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, propondo a criação de uma estação ecológica totalmente constituída por várzea. O pedido foi feito para proteger o macaco uacari branco (Cacajao calvus calvus), espécie estudada por Ayres para seu doutorado. Conservando a área, o uacari branco poderia ter suas chances de sobrevivência asseguradas, uma vez que essa espécie estava ameaçada de extinção [...]. No entanto, como a categoria Estação Ecológica não contempla a permanência das populações locais, foi proposta então a transformação da área em RDS, o que ocorreu com o decreto estadual nº 2.411, de 1996. Para a sua implantação, foi elaborado um Plano de Manejo com base no resultado de pesquisas sociais e biológicas pelo período de cinco anos (1991-1996). Nele, constam as normas para uso sustentado dos recursos naturais, definidas com base nos resultados das pesquisas e das negociações realizadas com as populações de moradores e usuários da Reserva e com as principais organizações sociais atuantes na área. Este processo de negociação permanece por intermédio das avaliações anuais dos investimentos e resultados, realizadas nas assembléias gerais anuais [...]”.

(<http://www.mamiraua.org.br/pagina.php?cod=6>)

Var. **RDS**

Cf. unidade de conservação de uso sustentável

Nota: Atualmente, as reservas de desenvolvimento sustentável se encontram apenas na Região Norte, pois inicialmente foram ali criadas. Posteriormente foram incorporadas ao SNUC.

77 **reserva de fauna** s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, de posse e domínio públicos ou privados, federal, estadual ou municipal, que objetiva garantir a sustentabilidade do uso econômico dos recursos faunísticos com auxílio de pesquisas científicas.

“Considerando que as características da área e os diferentes tipos de uso antrópico que já existem e, principalmente, as necessidades de proteção e conservação dos recursos naturais, em especial os pequenos cetáceos, caranguejos, meros e robalos, assim como também a área de manguezal e as ilhas costeiras e parciais adjacentes, e entendendo que uma Unidade de Proteção Integral admite ‘apenas o uso indireto de seus recursos naturais’, sendo excessivamente restritiva para a realidade local, conclui-se que uma Unidade de Uso Sustentável, que procura ‘compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável da parcela de seus recursos naturais’, melhor se adequaria às condições existentes, considerando inclusive a exploração da pesca, atividade que envolve mais de 2.000 pescadores locais e a atividade de maricultura. Entre as diversas categorias do Grupo de Uso Sustentável a que melhor reflete as necessidades de conservação da Baía da Babitonga é a <Reserva de Fauna>. Conforme a sua definição tem ‘populações de animais nativos residentes e migratórios’, e como já foi descrito, necessitam de ‘proteção especial’, além de recursos pesqueiros passíveis de ‘manejo econômico sustentável’, e o ecossistema manguezal, que sofre alta pressão de origem antrópica [...]. Nas áreas de domínio da <Reserva de Fauna> Baía da Babitonga serão permitidas atividades econômicas, assim como o esporte e o lazer, desde que compatíveis ao planejamento da Unidade de Conservação através de ampla discussão com a comunidade [...]”.

(www.ibama.gov.br/rppn/download.php?id_download=66)

Var. **RF**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável**

78 **reserva do patrimônio mundial** s.f.

Ver **sítio do patrimônio mundial**

“<Reserva do Patrimônio Mundial>. Não constituem novas áreas protegidas, mas apenas um reconhecimento internacional das que já existem de alguma forma, satisfazendo os requisitos estabelecidos em convenções como as da UNESCO. No Brasil, o Parque Nacional do Iguaçu foi reconhecido como tal”.

(http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/R.html)

79 **reserva extrativista** s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável, de posse e domínio públicos, federal, estadual ou municipal, que objetiva proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas locais, seja o extrativismo, e, complementarmente, a agricultura de subsistência ou a criação de animais de pequeno porte, além de garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

“A <Reserva Extrativista> do Mandira localizada em Cananéia, abriga uma comunidade de caiçaras e quilombolas que vive, principalmente, da coleta de ostras no manguezal, em área de 1.175 hectares. Tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, garantindo os meios de sobrevivência e a preservação da cultura da população local [...]”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sudeste/rex/mandira.html>)

Var. **REx, REX, RESEX**

Cf. **unidade de conservação de uso sustentável, reserva extrativista marinha**

80 **reserva extrativista marinha** s.f.

—

Unidade de conservação de uso sustentável em ambiente marinho, de posse e domínio públicos, federal, estadual ou municipal, que objetiva proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas locais, seja o extrativismo, a agricultura de subsistência ou a criação de animais de pequeno porte, além de garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

“Em 1989, quinze famílias de pescadores artesanais da Costeira do Pirajubaé, sob a orientação do IBAMA/CNPT iniciaram um projeto para a implantação de uma fazenda marinha de berbigão (Anomalocardia brasiliana) no baixio da Tipitinga, em frente ao manguezal do Rio Tavares. O molusco berbigão é fonte de renda estável para 100 famílias de pescadores artesanais, a exploração baseia-se em critérios ambientais que garantem a reposição dos estoques e a continuidade da atividade. Preservar a tradição cultural da pesca artesanal é prioridade na <Reserva Extrativista Marinha> do Pirajubaé. A Associação da Reserva Extrativista do Pirajubaé - AREMAPI, entidade que representa os extrativistas, juntamente como IBAMA/CNPT-SC, estabeleceram parcerias com Polícia Ambiental de Santa Catarina, para apoiar a ação dos Agentes Ambientais Colaboradores na fiscalização da Reserva. Atualmente está sendo implementado o Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Pirajubaé que visa a melhoria da qualidade de vida dos extrativista através da capacitação, com cursos profissionalizantes e novas parcerias institucionais com a iniciativa privada, órgãos estaduais e Universidades [...]”.

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/sul/rex/pirajubae.html>)

Cf. **reserva extrativista**

Cf. tb. **unidade de conservação de uso sustentável**

81 **reserva florestal legal** s.f.

—

Unidade de conservação do Código Florestal, de posse e domínio privados, no interior de uma propriedade ou posse rural, exceto a de preservação permanente, fundamental para garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, conservar e reabilitar os processos ecológicos, proteger a diversidade biológica e abrigar e proteger a fauna e flora nativas.

“De modo a obter o pleno atendimento das exigências legais relativas ao Código Florestal (Lei 4.771/65), a Ecossistema vem efetuando estudos para diversos clientes relacionados à identificação e criação de <Reservas Florestais Legais>. Em linhas gerais, a legislação entende como Reserva Legal 20% da área da propriedade rural, onde não é permitido o corte raso, nem o uso agropecuário, devendo ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, nos registros de imóveis competentes. Com a finalidade de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, as RFL são perpétuas e inalteradas, permitindo-se apenas o uso através de técnicas de manejo que garantam sua perpetuidade”.

(<http://www.ecossistema.bio.br/reservas.htm>)

Var. **reserva legal, RL**

Cf. **unidade de conservação do Código Florestal**

Cf. tb. **área de preservação permanente**

Nota: Em geral, a reserva legal deve ocupar 20% da propriedade em que se encontra em grande parte do Brasil. Deve ocupar 35% se estiver no bioma cerrado, dentro dos estados que compõem a Amazônia Legal, e 80% na própria Amazônia Legal.

82 reserva legal s.f.

Ver reserva florestal legal

“[...] O que é? A <reserva legal> é uma área com no mínimo 20% do total da área da propriedade rural, com valor ambiental/florestal, devendo ser incluída na matrícula da Propriedade. Qual a finalidade? Para proteger e preservar os bens naturais do país, como nascentes, cursos de água, plantas e animais nativos, em quantidade e qualidade, sendo ainda uma fonte natural para obtenção de material para reprodução a ser utilizado em outras áreas. Qual deve se o procedimento para legalização? Para que a área de <Reserva Legal> seja considerada oficializada, a mesma deverá ser aprovada pelo DEPRN, através da elaboração e delimitação desta área por um técnico habilitado, como Biólogo, Engenheiro Florestal, Agrônomo e devidamente registrada em cartório. A área deve ser delimitada na propriedade e constar na matrícula do imóvel, não podendo ser consideradas para esta finalidade as áreas próximas a olhos de água, nascente, córregos, rios, lagos, áreas estas chamadas de Preservação Permanente ou APP [...]”.

(<http://www.aresp.org.br/pagMenu2.asp?id=103&id2=120>)

83 reserva particular do patrimônio natural s.f.

oasi

Unidade de conservação de uso sustentável, de posse e domínio privados, que objetiva preservar ou recuperar bem naturais de grande valor estético ou de valor para a diversidade biológica de ecossistemas frágeis e ameaçados e possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas.

“Em 1975, Evandro Ayer e Catarina Schiffer compram a fazenda Vagafogo. Percebem logo a riqueza do local e adotaram metas de preservação e sustentabilidade da propriedade. O grande tesouro da fazenda é a mata e sua imensa riqueza. A abertura de trilhas dentro da floresta levou ao melhor conhecimento da área e promoveu lazer às margens do rio Vagafogo, que corta a floresta ao meio. A grandeza da mata e os caminhos bem cuidados passaram a serem atrativos para os filhos Uirá e Maíra, amigos e visitantes. Nos anos 90, pressionados pelo turismo crescente em Pirenópolis, a família decidiu buscar parcerias. Por intermédio da FUNATURA - Fundação Pró-Natureza foi registrada a RPPN - <Reserva Particular do Patrimônio Natural>, cuja área chegou a quase 50% da propriedade, e elaborado um Plano de Manejo, tornando-se a primeira reserva do estado de Goiás e a primeira de uma rede de reservas que a FUNATURA iria iniciar. Teve também como parceiros a Embaixada Britânica, que forneceu recursos para a construção do Centro de Visitantes, e que foi implementado com a ajuda da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, que auxiliou também na construção da Trilha Interpretativa Mãe-da-Floresta. Em 19 de março de 1992, a Fazenda foi aberta para visita com a presença do Príncipe Phillip da Inglaterra, país que apoiou o projeto através de sua embaixada. Hoje a Fazenda oferece diversos programas de turismo e educação ambiental envolvendo visitantes eventuais, grupos escolares e segmentos da comunidade de Pirenópolis, além de ter incrementado o Plano de Manejo e a lista de espécies”.

(<http://www.vagafogo.com.br/?id=institucional>)

Var. **RPPN**

Cf. unidade de conservação de uso sustentável

Nota: Com o veto do inciso III, do artigo 21 da Lei das Unidades de Conservação, referente à permissão de atividades extrativistas, na prática, a RPPN torna-se uma unidade de conservação de proteção integral.

84 **santuário** s.m.

santuario

Edificação ou complexo de edificações religiosas que abriga objetos dignos de veneração que podem ser milagrosos, ou que foi construída devido a aparições de santos no local ou porque ali nasceu ou viveu um santo e, por esses motivos, é um centro de romaria.

“O <Santuário> do Bom Jesus da Lapa começou a ser lugar de romaria há mais de trezentos anos. Em 1691, Francisco de Mendonça Mar, descobriu a gruta, que até hoje serve como Igreja do Bom Jesus da Lapa [...]. A venerada Imagem de Cristo Crucificado, sob o título de Bom Jesus, ficou exposta dentro da gruta atraindo a todos que passavam por perto. O culto ao Senhor Bom Jesus, que morreu na cruz pela nossa salvação, começou a conquistar os corações, até dos intrépidos bandeirantes, caçadores de ouro e conquistadores de terras. Assim foi descoberto o <Santuário> do Senhor Bom Jesus, chamado “da Lapa” pois foi na Gruta onde ficou a imagem d’Ele, exposta [...]. A gruta tornou-se o <Santuário> do Senhor Bom Jesus: convertera-se em igreja maravilhosa, lugar de descanso e devoção para os viajantes, em centro de peregrinação e romaria, tendo enfermaria, hospital de doentes e asilo de pessoas pobres, as quais todas elas eram tratadas com muita caridade. Foi também centro de agricultura, visto que o “Monge” plantava as lavouras do sertão, além disso, tornou-se centro de missões, de onde estas se irradiaram para os lugares mais afastados do imenso sertão [...]”.

(<http://www.bomjesusdalapa.org.br/fundador.php>)

Cf. edificação religiosa

85 **sítio arqueológico** s.m.

area archeologica

Bem arqueológico em que se encontram vestígios da vida de povos antigos que passaram ou viveram em determinada região.

“O estado do Piauí é referência não somente pela proteção e conservação dos <sítios arqueológicos>. O patrimônio arqueológico é utilizado como uma base para a melhoria de vida da população da região, com a geração de emprego e renda, além da inserção de jovens no mercado de trabalho. Estes são treinados para serem guias nos passeios no interior do Parque Nacional Serra da Capivara e famílias inteiras fabricam cerâmicas e artesanatos com os desenhos que podem ser vistos nos sítios da região [...]. Na Serra da Capivara, há vestígios da presença do homem com datações de até 60 mil anos. Os vestígios de diferentes períodos podem ser observados no Museu do Homem Americano, ou diretamente nos sítios, por meio das pinturas rupestres dos abrigos, material lítico lascado (pedra lascada) e cerâmicas deixadas pelos grupos pré-coloniais [...]”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14543&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

Cf. bem arqueológico, quilombo

Nota: No Brasil, os vestígios são dos paleoameríndios e dos escravos fugidos das fazendas durante o período do Brasil Colônia. Na Itália os vestígios não são dos paleoameríndios, mas de outros povos, do povo formador do Império Romano e de outros povos bárbaros que passaram pela Itália, desde os mais remotos períodos antes de Cristo.

86 **sítio do patrimônio mundial** s.m.

sito del patrimonio mondiale

Unidade de conservação de interesse internacional, reconhecida pela UNESCO, que objetiva proteger bens ou conjunto de bens culturais, naturais ou mistos de excepcional valor universal.

“[...] Comitê do Patrimônio Mundial - O Comitê tem como papel principal acompanhar o estado de conservação dos <sítios do Patrimônio Mundial> e é órgão deliberativo da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural. Instância maior da Unesco para tratar do tema, é composto por 21 países, que reúnem-se anualmente. O Brasil é membro ativo do Comitê do Patrimônio Mundial, ao qual se incorporou com mandato de quatro anos a partir de 2007. Ao colegiado somam-se 180 delegações de outros países que acompanham toda a programação, alguns dos quais têm bens culturais ou naturais que estão sendo analisados pelo Comitê para integrar a lista do Patrimônio Mundial”.

(<http://www.cultura.gov.br/site/2009/07/03/comite-do-patrimonio-mundial/>)

Sin. reserva do patrimônio mundial

Cf. unidade de conservação de interesse internacional

Nota: Para que um bem seja reconhecido como sítio do Patrimônio Mundial, ele deve atender aos parâmetros definidos pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, elaborados pela UNESCO. O Brasil possui atualmente 17 bens reconhecidos nessa lista, enquanto que a Itália ocupa o primeiro lugar da lista, com 44 bens.

87 **sítio ramsar** s.m

zona umida di importanza internazionale

Unidade de conservação de interesse internacional, instituída pela Convenção de Ramsar, constituída de áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada e água marítima com menos de 6 metros de profundidade na maré baixa, de valor ecológico, botânico, zoológico, limnológico ou hidrólogo, importantes habitats das aves aquáticas, que objetiva preservar a diversidade biológica, garantir o uso sustentável dos bens naturais e possibilitar a realização de pesquisas científicas e atividades econômicas, culturais e recreativas.

*“[...] Criada no Irã em 1971, a Convenção de Ramsar (ou Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Hábitat para Aves Aquáticas) é um tratado de cooperação intergovernamental que foi assinado pelo Brasil em 1993 e entrou em vigor no País três anos depois. A convenção estabelece diretrizes para que, por meio da ação nacional e da cooperação internacional, sejam promovidas a conservação e o uso racional de importantes zonas úmidas e de seus recursos. A designação de <sítios **Ramsar**> - selecionados com base em sua significância segundo critérios preestabelecidos que se referem à ecologia, à botânica, à zoologia e à hidrologia do local, por exemplo - é um dos instrumentos do tratado, no esforço de criar uma grande rede de variados tipos de zonas úmidas protegidas no mundo. Ao aderir à convenção, um país é obrigado a indicar ao menos um <Sítio **Ramsar**> em seu território, mantendo as características ecológicas do mesmo e de outros a serem estabelecidos. Em contrapartida, as áreas eleitas passam a gozar de novo status e de reconhecimento internacional, facilitando o acesso a vantagens como financiamentos e acordos de cooperação [...]”.*

(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=37587>)

Sin. zona úmida de importância internacional, área úmida de importância internacional

Cf. unidade de conservação de interesse internacional

Nota: No Brasil ainda há um número pequeno de sítios ramsar, apenas 8, enquanto que na Itália já são 50, distribuídos pela maioria das regiões.

88 **sobradão** s.m.

—

Sobrado de grandes dimensões.

“<**Sobradão**> (Minas Novas, MG)

Outros Nomes: Casa na Avenida Getúlio Vargas; <Sobradão> do Foro

Descrição: Construção de grandes dimensões, pouco usuais para uma estrutura em madeira e taipa, é formado por um único bloco em quatro pavimentos. Sabe-se que foi construído em 1821 e que serviu por muito tempo de sede do Fórum da comarca de Minas Novas. É um interessante exemplar da arquitetura popular do seu período”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. sobrado

Nota: O sobradão é o embrião das edificações que deixam de ser casas, caracterizadas principalmente por possuírem apenas um pavimento, e passam a ser prédios, ou seja, edificações com uma quantidade maior de pavimentos.

89 **sobrado** s.m.

palazzo

Edificação privada de grandes proporções e com grande área construída, constituída de dois ou mais pavimentos, situada em ambiente urbano, de propriedade de grandes senhores, que se destina ao uso residencial.

“<**Sobrado**> à Rua Marechal Deodoro, 12 (São João Del Rei, MG)

Outros Nomes: <Sobrado> à Praça Severiano de Rezende

[...] A casa do Comendador João Antônio da Silva Mourão não foge à regra e apresenta uma construção dentro da tradição colonial, com elementos classicizantes apenas na decoração da fachada. Concluídas as obras em 1859, ali o Comendador instala sua família, que ocupa o segundo e terceiro pavimentos, e a sua loja de secos e molhados, localizada no primeiro pavimento [...]”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação privada, solar

Nota: No Brasil muitos dos sobrados tombados, além de destinar os pavimentos superiores ao uso residencial, destinavam os demais pavimentos a atividades comerciais.

90 **solar** s.m.

—

Edificação privada, de grandes proporções e com grande área construída, constituída de porão, outros pavimentos e jardim integrado, situada em ambiente urbano ou rural, de propriedade de grandes senhores, que destina o piso térreo aos serviços e o piso nobre à residência.

“<**Solar**> do Unhão e Capela Nossa Senhora da Conceição (Salvador, BA)

Outros Nomes: Quinta do Unhão

*Descrição: Embora situado nos limites da área urbana, no sopé da falha geológica de Salvador, este conjunto arquitetônico era um complexo agro-industrial do mesmo tipo dos engenhos de açúcar, com casa-grande, capela e senzala e ainda armazéns e cais, que atendiam à função de receber e exportar a produção açucareira do recôncavo. O <**solar**>, do séc. XVII, em alvenaria de pedra, com arcadas de tijolos no térreo, desenvolve-se em três pavimentos, sendo o último construído no século XIX. Seu agenciamento observa o esquema funcional então vigente, destinando o térreo aos serviços e o pavimento nobre à residência [...]*”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. edificação privada

Cf. tb. sobrado, quinta

91 **teatro** s.m.**teatro**

Equipamento urbano que sedia representações dramatúrgicas e outros espetáculos públicos.

“[...] O <teatro> foi tombado em 1966, sendo o primeiro monumento tombado em Manaus pelo Patrimônio Histórico. Foi reformado em 1929, 1962 (ou 1964), 1974, 1985, 1990 e 2001 quando recebeu uma restauração nas argamassas das fachadas e pintura. Na administração de Efigênio de Sales o edifício sofreu alterações internas. Foram retirados os sete camarotes frontais da segunda ordem, construindo-se aí, uma arquibancada, encimada por uma grande concha estilizada. Também houve supressão de paredes internas, que separavam dois corredores longitudinais e contínuos às frisas da primeira ordem. Ampliou-se o local da orquestra e foram feitas obras de estuque e pintura no vestíbulo e corredores. Nos anos 60 foi pintado de rosa, sua cor original. Em 1974, algumas alterações foram restauradas. Aldo Calvo fez o restauro da cenografia, todas as construções foram demolidas e removidas, preservando apenas as paredes externas. Foram construídos 20 camarins além de dependência de serviço, passarelas, acessos, escadas, sanitários e um bar. O forro da orquestra se tornou móvel, capaz de elevá-la ao nível do espetáculo. O edifício agora é pintado de rosa e branco [...]”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

Cf. equipamento urbano

92 **terreiro** s.m.

—

Ver **terreiro de candomblé**

“O <terreiro> da Casa Branca é um exemplar típico do modelo básico jeje-nagô, sendo o centro de culto religioso negro mais antigo que se tem notícia da Bahia e do Brasil, considerado com a ‘matriz da nação nagô’. [...] Situado em terreno com declive, o terreiro possui uma edificação principal - A Casa Branca - que domina todo o sítio e centraliza o culto, com as diversas Casas de Santo - Ilê Orixá - distribuídas à sua volta, em meio à vegetação ritual - o Mato - com imensas árvores sagradas e outros assentamentos, além das habitações da comunidade local”.

(<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

93 **terreiro de candomblé** s.m.

—

Edificação ou conjunto de edificações religiosas, com um barracão como edificação principal, além de edificações residenciais, que sedia os ritos dos cultos afro-brasileiros.

“13/10/2003

Acaba de ser homologado o tombamento do <Terreiro de Candomblé> do Bate Folha Manso Banduquenqué, em Salvador, na Bahia, o primeiro do rito congo-angola, da tradição banto, a ter proteção federal. Ao som dos atabaques, fiéis, autoridades do governo e da hierarquia do candomblé, festejaram hoje, pela manhã, em Salvador, a notícia do tombamento. Este é o quinto terreiro tombado pelo Iphan. O primeiro, em 1984, foi o da Casa Branca do Engenho Velho, também em Salvador. Seguiram-se os terreiros baianos do Ilê Axé Opô Afonjá (1999), o do Gantois (2002), ambos do rito nagô-kêto (tradição iorubá), e o maranhense Casa das Minas (2001), representante do rito jêje (tradição fon)”.

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=10548&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>)

Var. **terreiro**

Cf. **edificação religiosa**

94 **unidade de conservação** s.f.

—

Área demarcada, com seus recursos ambientais e águas jurisdicionais, sob regime especial de administração, legalmente instituída pelo Poder Público, em nível federal, estadual ou municipal, que objetiva conservar e preservar suas características naturais de valor relevante.

“O Brasil possui uma das biotas mais notáveis do planeta, mas ela tem sido degradada de forma dramática. Um indicativo disso é a acelerada perda da vegetação nativa dos biomas e a lista de 633 espécies com populações extremamente reduzidas registradas na última revisão da fauna brasileira ameaçada de extinção. Uma das formas mais reconhecidas e utilizadas para garantir a proteção dessas espécies e de ecossistemas são as chamadas <unidades de conservação> – parques nacionais, reservas biológicas e extrativistas, entre outras. Trata-se de espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais neles contidos, com o mínimo de impacto humano [...]”.

(<http://www.ufmg.br/diversa/14/index.php/unidade-de-conservacao/unidades-de-conservacao.html>)

Var. UC

Cf. tb. **unidade de conservação do IBAMA**

95 **unidade de conservação de interesse internacional** s.f.

—

Unidade de conservação, instituída geralmente por organismos que possuem alcance internacional, que objetiva uniformizar as ações de preservação dos biomas de interesse internacional.

Cf. **reserva da biosfera**

96 unidade de conservação de proteção integral s.f.**Ver unidade de conservação de uso integral**

“O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MP/SC) ajuizaram ação civil pública contra o estado de Santa Catarina e a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), requerendo a recategorização do Parque Estadual do Acaiaí, que hoje é <unidade de conservação de proteção integral> para unidade de conservação de uso sustentável. O Parque Estadual do Acaiaí, localizado no município de São Francisco do Sul, foi criado pelo Decreto nº 3.117/05, de 23 de setembro de 2005, com a utilização de recursos provenientes de compensação ambiental decorrente do licenciamento para a instalação da empresa Vega do Sul naquele município. Apesar de terem sido elaborados os estudos técnicos sobre os ecossistemas presentes na região, a Fatma não realizou os estudos socioambientais e socioeconômicos, que tratam do modo de vida dos moradores tradicionais daquelas áreas. Esses estudos também são necessários à definição do tipo de unidade de conservação a ser adotado [...]”.

(<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-sc-e-mp-estadual-querem-que-parque-do-acarai-seja-unidade-de-uso-sustentavel/>)

97 unidade de conservação de uso integral s.f.

Unidade de conservação do SNUC, instituída em área pública, que objetiva preservar os ecossistemas, admitindo apenas o uso dos seus recursos naturais que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição.

“[...] no território da RBMA estão os principais remanescentes da Mata Atlântica, o habitat de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, as áreas prioritárias para a criação de Áreas Protegidas, restauração florestal e formação de mosaicos e corredores ecológicos. 276 das 472 espécies da flora e 380 das 627 espécies da fauna brasileira, consideradas ameaçadas de extinção se encontram na Mata Atlântica. Delas, 85% estão protegidas em <Unidades de Conservação de Proteção Integral> da Mata Atlântica, que compõe as Zonas Núcleo da RBMA. São mais de 700 Unidades das quais 246 são governamentais (2.566.620 ha) e 466 são reservas privadas oficiais (103.366 ha). Somadas a outras Áreas de Preservação definidas em Lei (manguezais, matas ciliares, etc.) as Zonas Núcleo da RBMA cobrem 7.350.899 há [...]”.

(http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_04_form.asp)

Sin. unidade de conservação de proteção integral

Cf. unidade de conservação do SNUC

Cf. tb. unidade de conservação de uso sustentável

Nota: Na Itália não há exatamente unidades de conservação de uso integral, mas as *aree protette* geralmente podem ser divididas, dependendo do caso, em três tipos de zonas. Na *zona A*, a proteção é integral, em que são permitidas apenas atividades científicas. As demais podem ser a *zona B* ou *generale*, em que são permitidas atividades humanas tradicionais e atividades turísticas controladas pela *area protetta*; a *zona C* ou *parziale*, em que são permitidas algumas atividades de caráter sustentável. Por sua vez, no Brasil, as unidades de conservação podem possuir faixas como a zona de amortecimento, que se assemelha à *zona C* italiana, e também o corredor ecológico, ou seja, porções de ecossistemas que ligam unidades de conservação, possibilitando a manutenção e a dispersão de espécies, as quais podem povoar áreas degradadas.

98 unidade de conservação de uso sustentável s.f.

—

Unidade de conservação do SNUC, instituída em área pública ou privada, que objetiva preservar os ecossistemas, admitindo o uso dos seus recursos naturais, que envolvem coleta e uso, comercial ou não.

“Durante a audiência pública, realizada na última quinta-feira, no plenarinho da Assembléia Legislativa, que discutiu sobre a Criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, o Governo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, apresentou um documento que mostra a análise do governo sobre a criação do parque e ampliação do Parque da Serra das Confusões. A análise demonstra que a consulta feita junto aos órgãos estadual, federal e ONG’s como o Instituto Desert e entendidas, dentre elas a Federação dos Trabalhadores em Agricultura – FETAG, a maioria se posiciona contrária à criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo favorável às formas de <Unidade de Conservação de uso sustentável>, decidida com a participação da sociedade. ‘É preciso deixar claro que somos a favor do parque, mas em uma área menor e que parte do restante seja transformado em área de reserva extrativista, para contemplar as populações tradicionais, bem como também seja possível utilizar a área para agricultura familiar, projetos agropecuários e para manejo florestal sustentável’, disse o secretário Dalton Macambira [...]”.

(<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=886>)

Cf. unidade de conservação do SNUC

Cf. tb. unidade de conservação de uso integral

Nota: Na Itália não há exatamente unidades de conservação de uso integral, mas as *aree protette* geralmente podem ser divididas, dependendo do caso, em três tipos de zonas. Na *zona A*, a proteção é integral, em que são permitidas apenas atividades científicas. As demais podem ser a *zona B* ou *generale*, em que são permitidas atividades humanas tradicionais e atividades turísticas controladas pela *area protetta*; a *zona C* ou *parziale*, em que são permitidas algumas atividades de caráter sustentável. Por sua vez, no Brasil, as unidades de conservação podem possuir faixas como a zona de amortecimento, que se assemelha à *zona C* italiana, e também o corredor ecológico, ou seja, porções de ecossistemas que ligam unidades de conservação, possibilitando a manutenção e a dispersão de espécies, as quais podem povoar áreas degradadas.

99 unidade de conservação do Código Florestal s.f.

—

Unidade de conservação instituída pela lei que protege as florestas e as demais formas de vegetação consideradas úteis para as terras que revestem.

Cf. **área de preservação permanente**

100 unidade de conservação do IBAMA s.f.

—

Unidade de conservação autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Cf. **jardim zoológico**

101 unidade de conservação do IPHAN s.f.

—

Unidade de conservação instituída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cf. **área natural tombada**

102 unidade de conservação do MMA s.f.

—

Unidade de conservação instituída pelo Ministério do Meio Ambiente.

Cf. **jardim botânico**

103 unidade de conservação do SNUC s.f.

—

Unidade de conservação do sistema instituído pelo Governo Federal brasileiro, conhecido como Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, que gerencia a criação, a implantação e a gestão desse tipo de unidade.

“Em 2004, através do Decreto nº 43.910, a área do ‘Pantanal do Rio Pandeiros’ se tornou um Refúgio de Vida Silvestre, um dos tipos de <unidade de conservação do SNUC> (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), cujo objetivo é proteger a ictiofauna da bacia do rio São Francisco, em especial as espécies migradoras, através da preservação das áreas alagáveis e lagoas marginais do rio Pandeiros [...]”.

(<http://www.sfrancisco.bio.br/aspbio/pandeiros.html>)

Cf. unidade de conservação de uso integral

Cf. tb. unidade de conservação

Nota: Na Itália há um sistema semelhante, que institui, pela *Legge 6 dicembre 1991, n. 394*, as *Aree Naturali Protette*. As categorias são: *parco nazionale*, *parco naturale regionale o interregionale*, *riserva naturale*, *zona umida di interesse Internazionale*, *altre aree naturali protette e aree di ripperimento terrestri e marine*.

104 **zona úmida de importância internacional** s.f.

Ver **sítio Ramsar**

“A unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), localizada na região do Vale do Aço de Minas Gerais, será a primeira área do Estado a fazer parte da Lista de <Zonas Úmidas de Importância Internacional>, a Lista Ramsar, e a nona localizada no Brasil. O reconhecimento oficial está previsto para fevereiro de 2010, quando será realizada a cerimônia de designação do sítio. São consideradas zonas úmidas, áreas de pântanos e corpos de água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporários. Os termos da convenção foram definidos em 1971, na Cidade iraniana de Ramsar e, inicialmente, visavam à conservação de zonas úmidas e de aves aquáticas. Com o decorrer do tempo, a área total passou a ser observada como um sistema de apoio à vida para a biodiversidade”.

(<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1033-parque-do-rio-doce-recebe-chancela-como-area-umida-de-importancia-internacional>)

105 **zoo** s.m.

Ver **jardim zoológico**

“[...] O <Zôo> é uma opção de lazer e refúgio ecológico no centro de Salvador, reservado para a exposição de animais silvestres, em especial os ameaçados de extinção e pertencentes à fauna brasileira. De um total de 108 espécies que atualmente habitam o parque, 78 pertencem à fauna brasileira e 18 estão ameaçadas de extinção no seu ambiente natural. Atividades de preservação e reprodução das diferentes espécies animais são realizadas no <Zôo>, além de ações de conservação e enriquecimento do fragmento de Mata Atlântica, de paisagismo, de ambientação de recintos e, em especial, de educação ambiental [...]”.

(<http://www.zoo.ba.gov.br/conteudo-ozoo.aspx?p=OZOO>)

106 **zoológico** s.m.

Ver **jardim zoológico**

“Conheça o único <zoológico> no Brasil que trabalha essencialmente na reabilitação da fauna selvagem. São animais vindos das mais diversas partes, vítimas de queimadas, caçadores, poluição e doenças, que graças à nossa fundação tem uma segunda chance de vida e liberdade garantida. Além de toda essa imensa importância para a preservação de nossa biodiversidade, a Fundação Zoonit é também um grande centro de pesquisa, cultura e lazer para a comunidade”.

(<http://www.zoonit.org.br/>)

6.3.1 Lista de siglas e acrônimos utilizados

APP	área de preservação permanente
APA	área de proteção ambiental
ARIE	área de relevante interesse ecológico
ASPE	área sob proteção especial
EE	estação ecológica
FE	floresta estadual
FLOE	floresta estadual
FLOMU	floresta municipal
FN	floresta nacional
FLONA	floresta nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	monumento natural
MONA	monumento natural
PE	parque estadual
PN	parque nacional
PARNA	parque nacional
RVS	refúgio de vida silvestre
RB	reserva biológica
RB	reserva da biosfera
RDS	reserva de desenvolvimento sustentável
REBIO	reserva biológica
RESEX	reserva extrativista
REVISE	refúgio de vida silvestre
REx	reserva extrativista
REX	reserva extrativista
RF	reserva de fauna
RL	reserva legal
RPPN	reserva particular do patrimônio natural
UC	unidade de conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

6.3.2 Lista dos termos por ordem alfabética (italiano-português)

area archeologica	sítio arqueológico
area protetta di interesse internazionale	unidade de conservação de interesse internacional
azienda agricola	fazenda
cappela	capela
casa	casa ¹
casa	casa ²
casa natale	casa-natal
cavità naturale sotterranea	cavidade natural subterrânea
centro storico	centro histórico
chiesa	igreja
complesso urbano	conjunto urbano
edificio	edificação
edificio commerciale	edificação comercial
edificio privato	edificação privada
edificio pubblico	edificação pública
edificio religioso	edificação religiosa
edificio rurale	edificação rural
fontana	chafariz
forte	forte
fortezza	fortaleza
fortificazione	fortificação
geoparco	geopark
giardino botanico	jardim botânico
giardino zoologico	jardim zoológico
monastero	mosteiro
monumento naturale	monumento natural
museo	museu
palazzina	palacete ¹
palazzo	palácio
palazzo	sobrado
palazzo del governo	palácio do governo
parco naturale regionale	parque estadual

parco nazionale	parque nacional
parco urbano	parque natural municipal
patrimonio archeologico	patrimônio arqueológico
patrimonio culturale	patrimônio cultural
patrimonio naturale	patrimônio natural
patrimonio speleologico	patrimônio espeleológico
oasi	reserva particular do patrimônio natural
piazza	praça
riserva della biosfera	reserva da biosfera
riserva naturale	reserva biológica
santuario	santuário
sito del patrimonio mondiale	sítio do patrimônio mundial
stadio	estádio
teatro	teatro
zona speciale di conservazione	refúgio de vida silvestre
zona umida di importanza internazionale	sítio Ramsar

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tendo em vista a apresentação efetiva do dicionário terminológico, foram selecionados alguns aspectos considerados bastante relevantes, sobre os quais se faz uma exposição e análise.

O primeiro aspecto a ser tratado se refere à tipologia dos termos em língua portuguesa. Algum comentário foi feito no capítulo anterior, no item 6.1.2.1. Aqui se pretende fazer uma abordagem mais aprofundada e detalhada. Ao se observar os mapas conceituais das duas subáreas, pode-se afirmar que a maioria dos termos consiste em unidades complexas, o que segue a tendência das linguagens de especialidade.¹⁶⁵ Dos 106 termos, 36 são termos simples e os demais, 70, são termos complexos. Um olhar mais específico revela nítidas diferenças entre as duas subáreas do *Patrimônio Turístico*, por esse motivo é mais interessante trabalhar com cada uma em separado.

O *Patrimônio Cultural* conta com 57 termos, embora se tenha partido de aproximadamente 40 termos. O aumento se dá devido aos parassinônimos e às formas variantes. São 32 termos simples, ou seja, compostos de um único elemento, 21 termos formados por dois elementos e quatro por três. Essa disposição é melhor visualizada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tipologia dos termos do *Patrimônio Cultural*.

¹⁶⁵ ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, Margarida. **A delimitação das unidades lexicais**. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 71.

Justifica-se a predominância dos termos simples, pois a maioria dos termos dessa subárea provém da língua geral. Isso pode ser comprovado ao verificar sua existência nos dicionários gerais da língua portuguesa, como o Houaiss e o Aurélio, entre outros. Uma palavra adquire o *status* de termo da subárea em questão quando o bem que ela representa passa a ser objeto de tutela, seja por sua importância histórica, por sua importância arquitetônica, ou por outros motivos. Para tornar mais clara a ideia, parte-se do exemplo de uma “igreja”, edificação religiosa que sedia os cultos das religiões cristãs. Nem todas as igrejas são bens do *Patrimônio Cultural*, apenas aquelas tombadas. Sendo assim, passam a integrar a subárea.

Já as formações complexas são, em geral, compostas por dois elementos. O processo de sua formação é a formação sintagmática em que “os membros integrantes de um elemento frasal encontram-se numa íntima relação morfológica, tanto morfológica quanto semanticamente, de forma a constituírem uma única unidade léxica”.¹⁶⁶ Ao contabilizar os termos, foram encontrados 21 ao todo, formados por substantivo e adjetivo, isto é, um elemento genérico e outro especificador. Alguns exemplos: “sítio arqueológico”, “edificação rural”, “paço municipal”. Já com três elementos há apenas quatro casos. Dois deles apresentam o termo formado por substantivo seguido de dois adjetivos: “cavidade natural subterrânea” e “patrimônio cultural material”. Os outros dois termos são compostos por substantivo, preposição e outro substantivo: “palácio do governo”, “terreiro de candomblé”. A subárea conta com alguns termos originários de outras linguagens de especialidade: da arquitetura provém “conjunto urbano”, “edificação”, “equipamento urbano”; da arqueologia, “patrimônio arqueológico” e “sítio arqueológico”; e da espeleologia, “patrimônio espeleológico” e “cavidade natural subterrânea”.

A outra subárea, a do *Patrimônio Natural*, conta com os restantes 49 termos, praticamente a metade de todo o dicionário terminológico, o que mostra um equilíbrio. Porém, pode-se afirmar que os termos dessa subárea têm um comportamento contrário do que foi apresentado até então. Os termos formados por apenas um elemento são minoria, apenas quatro: “geoparque”, “geopark”, “zoológico” e “zoo”. Como pode-se observar, há um caso de empréstimo do inglês, “geopark”. É um conceito novo, mas já existe a tendência ao aportuguesamento, com a forma “geoparque”. Dos 45 termos restantes, nota-se que são formações sintagmáticas, com no mínimo dois e o máximo de seis elementos. A formação de substantivo e adjetivo são as mais frequentes, num total de 15 ocorrências. É o que acontece com “parque estadual”, “estação ecológica”, “jardim zoológico”. Com três elementos são dez

¹⁶⁶ ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 2004. p. 50.

casos, como em “área natural tombada”, “parque nacional marinho”, “unidade de conservação”, “reserva de fauna”, em que as formações dividem-se em substantivo e dois adjetivos e substantivo, seguido de preposição e adjetivo. Em seguida, as formações de cinco termos são oito, em que o primeiro elemento é um substantivo, então a preposição, adjetivo, substantivo e adjetivo, como em “área de relevante interesse ecológico”, ou então inicia com o substantivo, e vem seguido de adjetivo, preposição, substantivo e adjetivo como em “zona úmida de importância internacional”. Com quatro termos, são sete casos. São formadas por substantivo, seguido de preposição e substantivo e adjetivo, “área sob proteção especial”, “refúgio de vida silvestre”. Por fim, os termos formados por seis elementos seguem a sequência: substantivo, preposição, substantivo, preposição, substantivo e adjetivo. São cinco casos, como a “unidade de conservação de uso sustentável”, “unidade de conservação de uso integral”. No Gráfico 2, essas informações podem ser melhor visualizadas.

Gráfico 2 – Tipologia dos termos do *Patrimônio Natural*.

A subárea compartilha seus termos com a linguagem de especialidade da ecologia, já que a estruturação daquela se baseia nas “unidades de conservação”.

Do total de 106 termos, cinco deles foram criados no âmbito deste trabalho. São todos da subárea do *Patrimônio Natural*, e seguem, de certa forma, a tendência da formação dos termos complexos, como em “unidade de conservação do Código Florestal” e “unidade de conservação de interesse internacional”. A única diferença é que a formação dos demais termos

contém siglas e acrônimos, como “unidade de conservação do IBAMA”, “unidade de conservação do IPHAN” e “unidade de conservação do MMA”.

Tendo em vista as principais diferenças entre as tipologias dos termos das duas subáreas, cabe tecer alguns comentários sobre o quanto elas podem adquirir ou formar novos termos para atender a novas necessidades. Como mencionado, a subárea do *Patrimônio Cultural* está em constante expansão. A diversidade dos bens que podem ser candidatos à proteção é muito grande. Some-se a isso o fato de que as pesquisas responsáveis por novas indicações são contínuas. Anualmente o IPHAN faz novas inscrições e registros de bens nos Livros do Tombo, o que acontece após seu processo passar pelo Conselho Consultivo.¹⁶⁷ A expansão é um pouco menor em relação ao *Patrimônio Natural*, já que, no âmbito deste trabalho, ele foi estruturado sobre as “unidades de conservação”, reconhecidas nacional e internacionalmente. Tais unidades, em sua maioria, fazem parte de um sistema fechado, delimitado por leis e documentos semelhantes, como os apresentados no quinto capítulo, a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a Lei Federal nº 4.771, de 15 de novembro de 1965 (Código Florestal), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, entre outros. É evidente que novas exigências ou novas particularidades são identificadas e, conseqüentemente, novas “unidades de conservação” são criadas. Isso se confirma pela criação da mais nova delas, o “geoparque”, com foco sobre aspectos geológicos. Deve-se considerar também a possibilidade de reestruturação dos sistemas que gerenciam tais questões, o que pode provocar o aumento, diminuição ou alteração das “unidades de conservação”. Tal fato ocorreu no Brasil em 2000, com o SNUC. Um breve histórico comprova essa situação.

Se no início dos anos 80 a criação de novas categorias de manejo era uma necessidade, no fim dessa mesma década a multiplicidade delas passou a constituir um problema para a política ambiental. A União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN alerta para o problema de falta de homogeneidade das designações das categorias de manejo, para as dificuldades de comunicação e de gestão do patrimônio natural mundial, decorrente dessa disparidade de conceitos e de denominações.¹⁶⁸

Logo, ambas as subáreas podem se expandir, mas não há dúvidas que a subárea do *Patrimônio Cultural* apresenta-se muito mais aberta a novos termos.

Sobre o número de ocorrências dos termos, há três casos de *hapax legomena*, ou seja, dos termos com frequência um, sendo dois da subárea do *Patrimônio Cultural* e um da subárea

¹⁶⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório de Atividades 2003-2004**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/Relatorio_de_Atividades_2003-2004.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

¹⁶⁸ BARROS, 2000, p. 21.

do *Patrimônio Natural*. O primeiro, e mais representativo da história do Brasil, é o “paço imperial”. Localizado na cidade do Rio de Janeiro, símbolo do regime imperial, é importante não apenas por ter sido residência dos imperadores, mas por sediar importantes acontecimentos, como a assinatura da Lei Áurea, em 1888.¹⁶⁹ O segundo caso é o do “parque histórico nacional”, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, cenário das Batalhas dos Guararapes, entre portugueses e invasores holandeses, no século XVII. O último caso é o do “geopark”, em Araripe, Ceará. É o mais novo tipo de “unidade de conservação”, criado em âmbito internacional. Até o momento, a UNESCO reconheceu apenas uma unidade no Brasil. Porém, há outro candidato a reconhecimento, o Geoparque Bodoquena-Pantanal, no Mato Grosso do Sul, o qual apresenta as seguintes características:

[...] a presença de fósseis de preguiças-gigante, tigres-dente-de-sabre e mastodontes. Além destes, fósseis dos primeiros seres vivos surgidos no planeta - há mais de 560 milhões de anos -, sendo um deles a corumbella, em homenagem a Corumbá, onde o fóssil foi descoberto. O local também abriga diversos sítios arqueológicos e históricos relevantes que contam a história da mineração em Corumbá e a Retirada da Laguna e também um rico patrimônio cultural traduzido pelo modo de vida pantaneiro, pelas artes gráficas e cerâmicas terena e kadiwéu, entre outros.¹⁷⁰

Outro ponto a ser discutido se refere às formas equivalentes. Cada país tem suas particularidades em relação aos bens protegidos, embora haja também semelhanças. Nesta discussão também cabe diferenciar uma subárea da outra.

O mapa conceitual do *Patrimônio Cultural* possui 44 termos. Um terço, ou seja, 33 termos, possui formas equivalentes, sendo muitas delas semelhantes às formas em língua portuguesa. É o que acontece com “palácio do governo” e “*palazzo del governo*”, “mosteiro” e “*monastero*”, “fortaleza” e “*fortezza*”. Alguns termos são muito diferentes, como “sobrado” e “*palazzo*”, “fazenda” e “*azienda agricola*”. Os 11 termos restantes não possuem equivalentes, por tratarem de uma realidade brasileira e não italiana. “Palacete”, por exemplo, em linhas gerais, é a edificação de proporções menores às de um palácio, destinada ao uso residencial. Apesar de possuírem exemplares tanto no Brasil quanto na Itália, no país europeu tanto os “palácios” quanto os “palacetes” têm longa tradição. Já no Brasil, tais edificações são mais recentes. Por isso, neste território elas assumiram um novo sentido. O novo conceito, de sediar órgãos de governo, repartições públicas e instituições culturais, nasce juntamente com sua

¹⁶⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹⁷⁰ BENITES, Danielle. André assina decreto de criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal. **Notícias SEPROTUR**, 22 fev. 2010. Disponível em: <http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=118&id_comp=567&id_reg=92930&voltar=home&site_reg=118&id_comp_orig=567>. Acesso em: 30 mar. 2010.

construção. É claro que nos dias de hoje os “palacetes” italianos deixaram de ser residência para grandes senhores, mas assumiram outras funções, como a de servir de hotéis, instituições culturais. Outro caso interessante é o de “mercado municipal”. A edificação comercial existe na maioria das cidades brasileiras médias e grandes, na maioria das vezes com apenas um exemplar. Desde os primeiros exemplares, até os mais atuais, ele representa a cultura e os costumes da cidade em que se encontra. Nesse estabelecimento comercial, são encontrados diversos produtos alimentícios, e, em muitos deles, produtos típicos da cidade ou região. O de São Paulo, por exemplo, é famoso pelo sanduíche de mortadela.¹⁷¹ No de Porto Alegre podem ser encontrados produtos regionais, como erva-mate, chás, cuias para chimarrão, entre outros.¹⁷² Na Itália esse tipo de transação comercial é feito, sobretudo, nas feiras livres ou nos estabelecimentos especializados como no *ortivendolo*, o qual vende verduras e legumes. Porém, em algumas cidades grandes, como Roma e Milão, há os *mercati rionali*, estabelecimentos maiores em que há o mesmo tipo de comércio que há no “mercado municipal”. Por fim, os termos “terreiro” e “quilombo”, sem equivalentes, atestam as marcas deixadas pela cultura africana na formação da cultura brasileira.

A distribuição das formas equivalentes é melhor visualizada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Termos do *Patrimônio Cultural* com formas equivalentes na língua italiana.

Dos 39 termos do *Patrimônio Natural*, 18 termos possuem formas equivalentes, e os restantes 19 não, praticamente 50% em cada situação. Sobre as “unidades de conservação”

¹⁷¹ SÃO PAULO (Cidade). **Mercado Municipal**. Disponível em: <<http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/guia/mercadao.php>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

¹⁷² PORTO ALEGRE. **Mercado público central de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=20>. Acesso em: 25 mar. 2010.

existentes tanto no Brasil quanto na Itália, é possível que sua organização tenha sido baseada nas diretrizes elaboradas pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Em linhas gerais, o organismo internacional tem por objetivo “*encourage and assist societies throughout the world to conserve the integrity and diversity of nature and to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable.*”¹⁷³ Dentre diversas questões, o organismo se ocupa das áreas protegidas, por meio do *IUCN’s Protected area programme*. Nele, foram definidas algumas categorias que merecem proteção, as quais são seguidas de acordo com as necessidades e particularidades de seus 160 países membros. O programa definiu as seguintes categorias de áreas protegidas: 1a) *strict nature reserve* (protege a biodiversidade e realiza pesquisas científicas), 1b) *wilderness area* (conserva áreas com pouco ou nenhum contato humano), 2) *national park* (protege os processos ecológicos, as espécies e os ecossistemas da área, com atividades culturais, educacionais, recreativas, além da visitação pública permitida, 3) *natural monument or feature* (protege um bem natural de grande valor), 4) *habitat/species management area* (protege habitats e espécies especiais), 5) *protected landscape/seascape* (protege área em que houve interação entre o homem e a natureza, com valores ecológicos, biológicos, culturais e com valor cênico), 6) *protected area with sustainable use of natural resources* (protege ecossistemas e habitats com valores culturais e com sistema de manejo dos recursos naturais para as populações locais).¹⁷⁴ Observa-se que as categorias 1a, 1b, 2, 3 e 4 são “unidades de conservação” em que há pouca ou nenhuma interferência humana, o que no Brasil corresponderia às “unidades de conservação de uso integral”. As demais categorias, ou seja, 5 e 6, corresponderiam às “unidades de conservação de uso sustentável”. Das categorias mencionadas, existem no Brasil e na Itália, com as mesmas diretrizes apresentadas, o “parque nacional” e o “monumento natural”. Em relação às outras categorias coincidentes nos dois países, há a “reserva biológica”, o “parque natural municipal”, “o refúgio de vida silvestre”, entre outras. Há também as “unidades de conservação de interesse internacional” geridas pela UNESCO, como a “reserva da biosfera”, o “sítio do patrimônio mundial”, “o sítio Ramsar”, o “geopark”. Há outras duas “unidades de conservação” existentes nos países mencionados e em outros países: “jardim botânico” e “jardim zoológico”. Ambos têm origens bastante remotas e, é claro, seu conceito se modificou com o passar do tempo. No

¹⁷³ “[...] encorajar e assistir sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza e garantir que qualquer uso dos recursos naturais seja justo e ecologicamente sustentável.” (INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **About IUCN**. Disponível em: <<http://www.iucn.org/about/>>. Acesso em: 26 mar. 2010, tradução nossa).

¹⁷⁴ INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **WCPA Categories system for protected areas**

task	force.	Disponível	em:

 <http://www.iucn.org/about/work/programmes/pa/pa_products/wcpa_categories/>. Acesso em: 26 mar. 2010.

primeiro caso, os primeiros exemplares são datados dos séculos XVI e XVII, criados em algumas universidades italianas e difundidas pela Europa, com objetivo de estudar plantas medicinais. O primeiro deles foi criado pela Universidade de Pisa em 1543. Em seguida, sua função passou a ser a de cultivar plantas trazidas dos trópicos, durante o período das expedições de conquista, como o que ocorria no *Real Jardín Botánico de Madrid*. Já nos séculos XIX e XX, tornaram-se locais de lazer, com pouca atividade científica. Foi nos últimos 30 anos que este último aspecto se tornou mais relevante e o “jardim botânico” adquiriu a configuração atual.¹⁷⁵ No segundo caso, o embrião do “jardim zoológico” é as coleções de animais mantidas por reis egípcios, persas, entre outros. Já no período do Império Romano, animais exóticos eram mantidos no conhecido *Vivarium*. Nele, alguns herbívoros, como cervos e antílopes, ficavam em campos, enquanto as feras, tais como leões, elefantes, tigres, provenientes da África, Ásia, ficavam em jaulas. Tais feras eram aniquiladas em grandes apresentações públicas em locais como o Coliseu. Após um período sem muitas novidades, é no Renascimento que os animais exóticos reassumem importância. Príncipes passam a considerar símbolo de riqueza possuir um “jardim zoológico”. Mas foi no final do século XVIII que tal “unidade de conservação” adquiriu a configuração atual, dedicando-se também à finalidade científica. Espalhou-se por toda a Europa e no século XIX atingiu o norte da América e a Ásia. A ideia de manter os animais em cativeiro evoluiu, oferecendo-lhes melhores condições, como ambientes mais semelhantes aos seus habitats, espaços mais generosos, entre outras mudanças.¹⁷⁶

Em se tratando das “unidades de conservação” que não possuem correspondentes na língua italiana, nota-se que a legislação brasileira considerou muitas particularidades, advindas em grande parte da quantidade e diversidade dos bens naturais existentes, mas também de outros aspectos importantes, que não foram consideradas pela legislação italiana. Com relação às “unidades de conservação de uso integral”, a “estação ecológica”, por exemplo, não tem como único fim a preservação, mas também a pesquisa científica. O “parque histórico nacional”, além de possuir as características de seu hiperônimo “parque nacional”, considera a porção do território em que se encontra não apenas pelos ecossistemas e pela beleza do local, mas também por ter sido palco de importantes fatos históricos. Porém, o Brasil também conta com as “unidades de conservação de uso sustentável”, uma tentativa de aliar a preservação dos bens naturais a um uso antrópico que não traga danos à natureza. A cobertura vegetal do país, existente até mesmo pela grande extensão territorial, também merece destaque. Por isso, a

¹⁷⁵ BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL. **The history of botanic gardens**. Disponível em: <<http://www.bgci.org/resources/history/>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

¹⁷⁶ BIOPARCO. Centro di conservazione e di educazione ambientale. **Il giardino zoologico di Roma**. Disponível em: <<http://www.bioparco.it>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

criação da “floresta nacional”, da “floresta estadual” e da “floresta municipal”. Como apresentado em notas no capítulo anterior, na Itália, as *aree protette* não obedecem essa divisão entre uso integral e uso sustentável, mas algumas delas geralmente podem ser divididas em até três zonas. Na zona A, a proteção é integral e é permitida a atividade científica. Na zona B ou *generale*, são permitidas as atividades humanas tradicionais e as atividades turísticas, de modo controlado. Na zona C ou *parziale*, são permitidas algumas atividades de caráter sustentável. Uma divisão em quatro zonas também é possível. Assim, na zona D, há presença humana e são possíveis algumas atividades de uso sustentável.¹⁷⁷ Exemplifica-se como essa subdivisão é feita no *Parco dell’Etna*, na Sicília.

Nella zona ‘A’, 19.000 ettari, quasi tutti di proprietà pubblica, non ci sono insediamenti umani. E’ l’area dei grandi spazi incontaminati, regno dei grandi rapaci tra cui l’aquila reale.

*La zona ‘B’, 26.000 ettari, è formata in parte da piccoli appezzamenti agricoli privati ed è contrassegnata da splendidi esempi di antiche case contadine, frugali ricoveri per animali, palmenti, austere case padronali, segno di una antica presenza umana che continua tutt’ora. Oltre alle zone di Parco A e B, c’è un’area di pre-parco nelle zone ‘C’ e ‘D’: 14.000 ettari, per consentire anche eventuali insediamenti turistici sempre nel rispetto della salvaguardia del paesaggio e della natura.*¹⁷⁸

Há outras “unidades de conservação”, marcas da realidade brasileira, como a “reserva extrativista” e a “reserva extrativista marinha”, indispensáveis para as populações de algumas regiões, principalmente o Norte e o Nordeste, em que se encontram em maior número.¹⁷⁹ Por fim, as “unidades de conservação do Código Florestal” também merecem destaque. Contemplam as demais formas de cobertura vegetal que não as contempladas pela “floresta nacional”, “floresta estadual” e “floresta municipal. Assim, a “área de preservação permanente” e a “reserva legal”, em linhas gerais, protegem faixas ou porções de território de uma área que além da preservação da biodiversidade, das belezas naturais e dos processos biológicos, destina-se a outras finalidades, como a produção rural, no segundo caso.

Essa situação pode ser melhor visualizada no Gráfico 4, a seguir.

¹⁷⁷ PARKS.IT. IL PORTALE DEI PARCHI ITALIANI. **Domande frequenti sulle aree protette italiane.** Disponível em: <<http://www.parks.it/indice/faq aree.protette.html>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

¹⁷⁸ “Na zona ‘A’, 19 mil hectares, quase todos de propriedade pública, não possuem assentamentos humanos. É a área dos grandes espaços incontaminados, o reino das aves de rapina, entre as quais a águia-real. A área ‘B’, 26 mil hectares, é formada em parte por pequenas instalações agrícolas privadas e é marcada por belos exemplares de antigas casas camponesas, modestos abrigos de animais, moinhos, austeras casas senhoriais, sinal de uma antiga presença humana antiga que ainda continua. Além das áreas do parque A e B, há uma área de zonas pré-parque ‘C’ e ‘D’: 14 mil hectares, para permitir até mesmo eventuais instalações turísticas, respeitando sempre a tutela da paisagem e da natureza.” (PARCO DELL’ETNA. **Area protetta.** Disponível em: <<http://www.parks.it/parco.etna/par.php>>. Acesso em: 29 mar. 2010, tradução nossa).

¹⁷⁹ AMBIENTEBRASIL. PORTAL AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=snuc/index.html&conteudo=snuc/snuc9.html>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

Gráfico 4 – Termos do *Patrimônio Natural* com formas equivalentes na língua italiana.

Outro aspecto é a presença de parassinônimos e formas variantes em cada subárea. Conforme determinado nos capítulos anteriores, no âmbito deste trabalho são considerados parassinônimos os termos que possuem praticamente os mesmos traços conceituais, mas são expressos por formas distintas. Já as formas variantes dizem respeito aos termos que são variantes ortográficas, morfológicas ou morfossintáticas, bem como as siglas e acrônimos.

Sendo assim, na subárea do *Patrimônio Cultural*, dentre os 44 termos, dentro do *corpus* considerado, foram encontrados cinco termos que possuem parassinônimos: “cavidade natural subterrânea”, “chafariz”, “edificação”, “edificação pública” e “mercado municipal”. Em relação às formas variantes, são três casos: o de “conjunto urbano”, com a variante “conjunto urbanístico”; “terreiro de candomblé” e “terreiro”; “patrimônio cultural” e “patrimônio cultural material”. Os demais 36 termos não possuem nem um, nem outro. Essa situação pode ser melhor visualizada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Parassinônimos e formas variantes do *Patrimônio Cultural*.

Na subárea do *Patrimônio Natural*, a questão é um pouco mais complexa, devido à diversidade das formas variantes. Dos 39 termos, apenas quatro possuem parassinônimos: “sítio do patrimônio mundial”, “sítio Ramsar”, “unidade de conservação de uso integral” e “patrimônio cultural”. Vinte e três apresentam algum tipo de forma variante e 16 não se encontram em nenhuma das situações anteriores. Uma melhor representação dos dados pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Parassinônimos e formas variantes do *Patrimônio Natural*.

A fim de contabilizar as ocorrências, considerou-se REx, REX e ARIE como siglas, apesar de nos dois primeiros casos uma letra ser considerada a mais (x), e, no terceiro, uma letra ser considerada a menos, o “d” da preposição “de”. Assim, dos termos com variante, há uma variante ortográfica “geopark” e “geoparque”, uma variante morfossintática, com a supressão de um termo, “parque natural municipal” e “parque municipal” e o caso de “jardim zoológico”, com uma variante morfossintática, “zoológico” e uma variante morfológica, “zoo”. Há 11 termos que possuem como variante a sigla, como em “patrimônio natural”, PN, “reserva da biosfera”, RB, entre outros. Há apenas um termo que possui como única forma variante um acrônimo, FLOMU (“floresta municipal”). Outros sete termos possuem tanto a sigla quanto o acrônimo: FE e FLOE (“floresta estadual”), MN e MONA (“monumento natural”), entre outros. Por fim, há um termo, “reserva florestal legal”, que pode ser representado por uma sigla e por uma variante morfossintática: RL e “reserva legal”. Como pode-se observar, há uma grande produtividade, dentro da subárea, de formar variantes por meio das siglas e acrônimos.

Conforme exposto, foram encontradas as siglas em 19 casos e o acrônimo em 8. No Gráfico 7, os dados são melhor visualizados.

Gráfico 7 – Natureza das formas variantes do *Patrimônio Cultural*.

Verificou-se que a sigla é a forma adotada pelo IBAMA, ao tratar das “unidades de conservação do SNUC”. Utiliza PN para “parque nacional”, RB para “reserva biológica”, APA para “área de proteção ambiental”, entre outros exemplos.¹⁸⁰ A utilização desses tipos de formação de palavras, formas reduzidas da forma original, tem por objetivo tornar mais prático o discurso. Porém, no *corpus* considerado, duas “unidades de conservação” possuem a mesma sigla, RB: a “reserva biológica” e a “reserva da biosfera”. São bastante distintas, por aspectos como o âmbito em que foram criadas, a primeira, nacional, e, a segunda, internacional; as dimensões, pois a primeira ocupa maior porção territorial que a segunda; e os objetivos, mais restritos no segundo caso. Acredita-se que em um contexto não haverá dúvidas sobre qual delas se trata, contudo, se a linguagem de especialidade deve ser o mais precisa possível, encontrou-se, nesse caso, uma falha em sua constituição.

Em relação às notas, dos 83 termos incluídos nos Mapas Conceituais, 36 vêm acompanhados com notas, ou seja, um pouco menos de 50%. Destes, as duas subáreas possuem exatamente metade das notas, 18 cada uma. Diante do *corpus* recolhido, e, portanto, das informações nele encontradas, foram atribuídas informações adicionais aos termos, da mais

¹⁸⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

variada tipologia. Porém, nas duas subáreas há notas que tratam das diferenças entre os bens nos dois países, ou seja, Brasil e Itália. Julgou-se também necessário, em alguns casos, trazer mais de um tipo de informação nas notas. Todas elas trazem informações de caráter enciclopédico e uma única também traz informações linguísticas. Ela acompanha o termo “*geopark*”. Justifica-se o uso da forma em inglês, mas a forma aportuguesada já é apontada. Assim, a fim de enriquecer o dicionário terminológico, uma nota pode contar mais de um tipo de informação.

As primeiras notas que merecem comentário são as que acompanham as definições das duas subáreas estudadas neste trabalho. As informações são idênticas. Tratam da “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, elaborada e adotada pela UNESCO em 1972, documento base para o início deste trabalho.

Após essas informações mais gerais, acredita-se ser mais adequado tratar das notas de cada subárea separadamente.

Conforme mencionado, as definições dos termos do *Patrimônio Cultural* apresentam o conceito no momento do tombamento. Sabe-se que os termos e os conceitos evoluem. Os primeiros nascem e morrem. Os segundos perdem alguns traços, adquirem outros. Nesse sentido, algumas notas podem trazer um antigo conceito e o termo que o representa. Em períodos remotos, muitas edificações que hoje sediam os “paços municipais” tiveram outra função, que não a de sediar o governo municipal. Abrigavam tanto a cadeia quanto a Câmara Municipal, situada em piso superior à primeira, num local conhecido como “casa de câmara e cadeia”. O crescimento das cidades provocou uma reorganização estrutural, considerando que questões distintas deveriam ser resolvidas em edificações distintas. Assim, a cadeia procurou outro local para se instalar, fazendo com que o termo desaparecesse. O “paço municipal” passou a abrigar apenas a Câmara Municipal. Exemplos desse uso do espaço físico são o Paço Municipal de Cachoeira e o de Santo Amaro, ambos na Bahia.¹⁸¹ O termo “edificação”, por ser mais específico, suplantou o termo “monumento”. A quantidade e a diversidade de bens, em constante aumento, exigiram a especialização da terminologia. Os antigos “palácios” também perderam alguns de seus traços conceituais. Em um remoto período, eles já serviram como residência para príncipes e nobres. Porém, seu tombamento considerou um sentido mais atual, o de edificações que passaram a sediar órgãos de governo, repartições públicas ou instituições culturais. O “chafariz” também perdeu um antigo uso, o de abastecimento de água. Muitos exemplares desse tipo podem ser encontrados na cidade do Rio de Janeiro, como o Chafariz do Lagarto e o Chafariz de Paulo Fernandes.¹⁸² Eles foram construídos principalmente no período

¹⁸¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Arquivo Noronha Santos*.

¹⁸² Ibid.

entre os séculos XVIII e XIX.¹⁸³ A função de infraestrutura foi perdida, ao contrário da beleza arquitetônica, sempre considerada. Por fim, o “paço imperial”, em sua origem, foi um palácio que assumiu diversas funções, como a de sediar o governo das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, então sediar o poder civil colonial, depois ter sido sede dos Correios e Telégrafos. A nova denominação se deve ao fato de ele ter assumido a dupla função de sede do regime imperial e residência dos imperadores.¹⁸⁴

Outras notas podem trazer o uso atual do bem, como o que ocorre com as formas polissêmicas de “casa”, ou seja, atualmente sediam repartições públicas e instituições culturais. Isso ocorre no caso da edificação reconhecida pela beleza arquitetônica, como a Casa Azul, em Sabará, Minas Gerais, ou a Casa à Praça do Erário, em João Pessoa, Paraíba. No caso da edificação que serviu como residência para personalidades importantes, há a Casa de Davi Canabarro, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, ou a Casa de Castro Alves, em Salvador, Bahia. Os termos “casa-natal” e “fazenda” também trazem as acepções atuais. No primeiro caso, há a Casa-natal do Marechal Deodoro da Fonseca, em Marechal Deodoro, Alagoas, que hoje abriga o Museu Marechal Deodoro da Fonseca, ou a Casa-natal de Teixeira de Freitas, na Bahia, onde hoje funcionam o Posto da Polícia Militar, o Conselho Tutelar e o almoxarifado da Prefeitura Municipal da cidade de Cachoeira. No segundo caso, a “fazenda”, em que eram possíveis as atividades de agricultura e pecuária, como a Fazenda do Pinhal, em São Carlos, São Paulo, expandiu seus negócios, e pode abranger qualquer atividade produtiva que envolva plantas e animais, como a silvicultura, a piscicultura, entre outras.¹⁸⁵ Outro caso particular é o de “igreja”, edificação religiosa que sedia os cultos das religiões cristãs. Por muito tempo, a religião católica foi praticamente única em território brasileiro, desde sua origem, vinda com os jesuítas que acompanharam as expedições colonizadoras europeias, até a Constituição de 1891 que, promovendo a separação entre as instituições Igreja e Estado, concedeu maior liberdade religiosa aos brasileiros. Além dos católicos, os seguidores de outras religiões passaram a utilizar esse mesmo tipo de edificação, como os protestantes, os mórmons, os adventistas, as testemunhas de Jeová, entre tantos outros. Dentre algumas “igrejas” tombadas, atualmente estão a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha, Espírito Santo, a Igreja de São Francisco de Assis, em São João del Rei, Minas Gerais, e tantas outras

¹⁸³ TERRA. Rio gastará R\$ 1 mi para restaurar chafarizes históricos. **Notícias Terra**, 16 out. 2009. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4047190-EI8139,00.html>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹⁸⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Arquivo Noronha Santos**.

¹⁸⁵ Ibid.

distribuídas pela maioria dos estados brasileiros.¹⁸⁶ A nota de “paço imperial”, embora já comentada, também traz o uso atual da edificação, o de sediar um centro cultural.¹⁸⁷

Há casos em que a um termo podem corresponder muitos significados. Mas, no âmbito deste trabalho, nem todos esses significados foram considerados, apenas os identificados nos bens tombados. Por isso é preciso especificar qual o significado considerado. É o caso do termo “engenho”. Em um dicionário de língua, são encontradas várias acepções. Dentre as possíveis, para o contexto deste trabalho, estavam:

[...] **6 B** todo o conjunto relativo à cultura e ao processamento da cana-de-açúcar, incluindo as terras cultivadas, as instalações para moagem e as residências de proprietários, colonos e trabalhadores **6.1 B** estabelecimento industrial situado em zona canavieira e destinado à moagem da cana para o fabrico de açúcar, aguardente, rapadura [Segundo a força motriz, divide-se em engenho de água, de boi, bangüê, de cavalo, a vapor etc.] **6.2 B** aparelho para moer cana-de-açúcar; moenda [...].¹⁸⁸

Como justificado no dicionário terminológico, a acepção encontrada no *corpus* e, portanto, considerada no âmbito deste trabalho, das mencionadas acima, é a última (6.2). Essa questão foi esclarecida na nota.

Julgou-se necessário também inserir em algumas notas alguns traços distintos que o termo adquire no contexto italiano. Apesar do conceito de “centro histórico” ser o mesmo, na Itália há a particularidade dele ser geralmente cercado pelos conhecidos muros medievais, necessários para a sua defesa. O “palácio” na Itália possuía também a função de defesa ou a função de estocar mercadorias e provimentos, como precaução num período de guerras. Já as notas de “patrimônio arqueológico” e de “sítio arqueológico” especificam quais os povos extintos que deixaram suas marcas: no Brasil, os paleoameríndios e os habitantes dos quilombos, e na Itália, os povos pré-históricos de períodos até mesmo anteriores a Cristo. A configuração da “praça” nos dois países também é diferente. No Brasil ela é bastante arborizada, enquanto que na Itália o que chama a atenção é a arquitetura decorativa, símbolo de poder e riqueza, com os chafarizes, obeliscos (muitos trazidos do Egito), entre outros.

Dois últimos casos são as notas de “sobradão” e “sobrado”. A primeira trata de uma edificação que não sobreviveu por muito tempo, mas se mostra numa fase intermediária entre uma casa de mais pavimentos e um prédio. A segunda complementa a definição, lembrando que

¹⁸⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Arquivo Noronha Santos**.

¹⁸⁷ PAÇO IMPERIAL. Disponível em: <<http://www.pacoimperial.com.br/historico.aspx>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

¹⁸⁸ HOUAISS, 2006.

algumas destas edificações, apesar de terem fim residencial, destinavam seus pisos inferiores a atividades comerciais.

Diante da observação geral das notas, dois aspectos se destacaram. O primeiro deles mostra a evolução dos termos, a qual acompanha a evolução das cidades, sua reorganização de acordo com a especialização dos setores. É o que se percebe com a “casa de câmara e cadeia”, que se dividiu em “paço municipal” e em “cadeia”, ou o sobrado, com função residencial e comercial, em alguns casos. O segundo aspecto se refere à ocupação de determinadas edificações, por órgãos de governo, repartições públicas ou instituições culturais. Parece que esta é uma tentativa de preservá-las. Ocupando-as, podem inibir um pouco a ação de vândalos, acompanhar de perto a necessidade de restauração e fazer com que esta se realize.

As notas do *Patrimônio Natural* também merecem comentários. Algumas notas trazem informações adicionais, como no caso de “área natural tombada”, em que a “unidade de conservação” deve ser registrada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN. Em “estação ecológica” vêm especificados os efeitos da pesquisa científica que nela pode ser realizada, ou seja, alteração dos ecossistemas a fim de recuperá-los, além de manter a biodiversidade do local.

Como aconteceu com o *Patrimônio Cultural*, algumas notas também trazem as diferenças entre Brasil e Itália. A “*area di reperimento*” (“área sob proteção especial”) vem especificada como marinha ou terrestre no país europeu. O “parque estadual”, claramente gerenciado no Brasil por um de seus estados, na Itália é possível que seja gerenciado por uma ou mais regiões limítrofes. É o que acontece com o *Parco Regionale del Delta del Po*, em que afirma, na *Legge regionale 8 settembre 1997, n. 36*, a manutenção do parque pelas regiões *Veneto e Emilia Romagna*:

Art. 3 - Ente parco interregionale Delta del Po.

*1. La Regione Veneto, ai fini di una efficace ed omogenea politica di tutela dell'intero ecosistema del Delta del Po, promuove, d'intesa con la Regione Emilia-Romagna, la istituzione dell'Ente parco interregionale Delta del Po, costituito dai parchi regionali del Delta del Po delle rispettive Regioni.*¹⁸⁹

Na mesma linha, a “reserva biológica” é gerida pelo governo federal, estadual e municipal no Brasil, enquanto que na Itália ela pode ser gerida pelo estado ou pelas regiões.

¹⁸⁹ “Instituição Parque Inter-regional Delta do Pó. 1. A região Veneto, a fim de uma política eficaz e homogênea de tutela de todo o ecossistema do Delta do Pó, promove, em colaboração com a Região Emilia Romagna, o estabelecimento da Instituição Parque do Delta do Pó, composto pelos parques regionais do Delta do Pó das respectivas regiões.” (CONSIGLIO REGIONALE VENETO. Legge regionale n° 36, de 8 settembre 1997. Disponível em: <<http://www.consiglioveneto.it/crvportal/leggi/1997/97lr0036.html>>. Acesso em: 01 abr. 2010, tradução nossa).

Outro caso é o do “parque histórico nacional”. O Brasil possui um exemplar, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Conforme mencionado, o país europeu possui parques históricos, mas não são federais. É o caso do *Parco Storico di Monte Sole*, gerenciado pela região *Emilia Romagna*. Sobre o monte, em 1944, houve um massacre cometido por nazistas contra civis.¹⁹⁰ A “*zona speciale di conservazione*” (“refúgio de vida silvestre”), é antes um “*sito de importanza comunitaria*”. Seu conceito é trazido pela *Direttiva 92/43/CEE del Consiglio, del 21 maggio 1992*:

Sito di importanza comunitaria: un sito che, nella o nelle regioni biogeografiche cui appartiene, contribuisce in modo significativo a mantenere o a ripristinare un tipo di habitat naturale di cui all'allegato I o una specie di cui all'allegato II in uno stato di conservazione soddisfacente e che può inoltre contribuire in modo significativo alla coerenza di Natura 2000 di cui all'articolo 3, e/o che contribuisce in modo significativo al mantenimento della diversità biologica nella regione biogeografica o nelle regioni biogeografiche in questione.

*Per le specie animali che occupano ampi territori, i siti di importanza comunitaria corrispondono ai luoghi, all'interno dell'area di ripartizione naturale di tali specie, che presentano gli elementi fisici o biologici essenziali alla loro vita e riproduzione.*¹⁹¹

Após ser selecionado pela importância dos habitats e das espécies consideradas importantes pelo mesmo documento, num máximo de seis anos, ele será elevado à “*zona speciale di conservazione*”.¹⁹²

Na nota da “unidade de conservação do SNUC”, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985 de 2000, é comparado com o sistema italiano, que determina as *Aree Naturali Protette*, instituídas pela *Legge 6 dicembre 1991, n. 394*. A nota mostra que na Itália são menos categorias, como “*parco nazionale*”, “*parco naturale regionale o interregionale*”, “*riserva naturale*”, “*zona umida di interesse internazionale*”, “*altre aree naturali protette*” e “*aree di ripperimento terrestri e marine*”. Em seus hipônimos, “unidade de conservação de uso integral” e “unidade de conservação de uso sustentável”, as notas são as mesmas. Esclarecem que na Itália não há essa divisão em duas tipologias, mas cada “unidade de

¹⁹⁰ PARCO STORICO DI MONTE SOLE. **Sito web ufficiale.** Disponível em: <<http://www.parcostoricomontesole.it/>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

¹⁹¹ “Sítio de importância comunitária: um sítio que, na região ou regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural que consta do anexo I ou II ou uma espécie que consta do anexo II em um estado de conservação satisfatório e que pode, além disso, contribuir significativamente para o respeito de Natura 2000, que consta no artigo 3, e/ou que contribua significativamente para a manutenção da diversidade biológica na região biogeográfica ou nas regiões biogeográficas em questão. Para as espécies animais que ocupem amplos territórios, os sítios de importância comunitária correspondem aos locais, dentro da área de distribuição natural de tais espécies, que apresentem elementos físicos ou biológicos essenciais para a sua vida e reprodução.” (ITALIA. Direttiva del Consiglio nº 92/43/CEE, 21 maggio 1992, relativa alla conservazione degli habitat naturali e seminaturali e della flora e della fauna selvatiche. Disponível em: <<http://www1.inea.it/ops/ue/natura/habitat.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2010, tradução nossa).

¹⁹² Ibid.

conservação”, como mencionado, pode ser dividida geralmente em até três zonas, a *zona A* ou *integrale*, a *zona B* ou *generale* e a *zona C* ou *parziale*.

Nas notas das “unidades de conservação de interesse internacional”, geridas pela UNESCO, há a quantidade de cada categoria existente no Brasil e na Itália, respectivamente:

- “geopark”: 1 e 3;
- “reserva da biosfera”: 5 e 8;
- “sítio do patrimônio mundial”: 17 e 44;
- “sítio Ramsar”: 8 e 50.

Outras notas trazem informações adicionais como a nota da própria “reserva da biosfera”, que esclarece em que contexto a “unidade de conservação” foi criada, ou seja, dentro do Programa “O homem e a biosfera” (MaB) da UNESCO. Em “sítio do patrimônio mundial” é mencionada a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, da UNESCO, que deve ser respeitada para que um bem passe a integrar sua Lista do Patrimônio Mundial, sob sua responsabilidade. Em “reserva de desenvolvimento sustentável”, a informação é que esta categoria era inicialmente utilizada apenas na Região Norte, mas foi também incorporada ao SNUC, oferecendo mais possibilidades de “unidades de conservação” para as demais regiões. Sobre a “reserva legal”, as especificações são quanto à porcentagem da propriedade rural que a reserva deve ocupar, o que depende de onde se encontra. Na Amazônia Legal, deve corresponder a 80%; no bioma cerrado dentro dos estados da Amazônia Legal, 35%; e no restante do país, 20%. Em “reserva particular do patrimônio natural”, a nota mostra que, na prática, ela não é uma “unidade de conservação de uso sustentável”, pois a atividade extrativista, antes permitida, não o é mais. Dessa forma, ela se torna uma “unidade de conservação de proteção integral”.

Seja pela tipologia, seja pela quantidade de informações, o objetivo das notas foi o de enriquecer o dicionário.

Como pode-se observar, uma obra terminológica/terminográfica não é um fim em si mesma. Há uma complexidade em sua construção, a qual deve, após a seleção dos termos, observar as relações entre eles para que se construa o Mapa Conceitual. A partir da definição das características da obra, nesse caso, um dicionário terminológico bilíngue, com definições, contextos e notas, principalmente enciclopédicas, ela é construída. Ao seu término, na observação da obra como um todo, outras relações se sobressaem. A primeira delas é que as diferenças são superiores às semelhanças, apesar do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio*

Natural serem as duas metades da subárea do *Patrimônio Turístico*. Os gráficos deixam isso muito claro. Por exemplo, no Gráfico 1 nota-se que 56% dos termos do *Patrimônio Cultural* são formados por apenas um elemento, enquanto que o Gráfico 2 mostra que no *Patrimônio Natural* a porcentagem é de apenas 8%. No Gráfico 3 observa-se que 75% dos termos do *Patrimônio Cultural* apresentam formas equivalentes, enquanto que, no Gráfico 4, isso ocorre apenas com 49% dos termos do *Patrimônio Natural*. Em relação às formas variantes, o *Patrimônio Cultural* possui um número reduzido, apenas 5% (Gráfico 5), enquanto que a outra subárea possui 54% (Gráfico 6). A presença dessas formas nas duas subáreas, apesar de números distintos, é uma semelhança. Comprova o que diz a TCT sobre a existência das formas variantes em uma linguagem de especialidade, o que não acarreta ruídos na comunicação especializada.

Enfim, uma obra deste tipo dá margem a muito estudo e análise. Concluído o dicionário terminológico e observados alguns importantes aspectos, o próximo capítulo trata das considerações finais a respeito de todo o percurso realizado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o estudioso de uma linguagem de especialidade, no caso, a do Turismo, e de suas subáreas, como a do *Patrimônio Turístico*, por sua vez subdividido em *Patrimônio Cultural* e em *Patrimônio Natural*, a obra terminográfica de definição, com contexto explicativo, é de grande utilidade. Construí-la em caráter bilíngue português/italiano só vem a somar, já que, como mencionado, o Brasil tem muito a contribuir no que se refere à proteção do *Patrimônio Natural* e a Itália, em relação ao *Patrimônio Cultural*. Porém, este tipo de obra é apenas o produto final de um longo processo, muitas vezes desconhecido. É claro que se encontram disponíveis no mercado muitas obras deste tipo, ou até mesmo pequenos glossários *on-line*, mas o que se observa em muitos desses trabalhos é a falta de conhecimento terminológico em sua elaboração. É nesse sentido que esta pesquisa vem contribuir, além de tratar de duas subáreas que não possuem nenhum tipo de obra dedicada a elas, nem em língua portuguesa, nem em língua italiana, e muito menos em caráter bilíngue.

O processo de elaboração de uma obra deste tipo passa por muitas etapas. Em primeiro lugar precisam ser definidas as características gerais da obra, como o tipo de orientação das entradas, a quantidade de termos, o tipo da obra terminográfica a ser elaborada, o caráter monolíngue, bilíngue ou multilíngue, o público-alvo e os objetivos, gerais e específicos. O *corpus* documental precisa ser coletado e, então, ele se torna a fonte do *corpus* de análise, ou seja, de onde se extraem os termos. Em seguida, os termos são organizados em um sistema conceitual, nesse caso, em um Mapa Conceitual, em que os termos são dispostos de forma hierárquica, em hiperônimos e hipônimos. Com base nos dados encontrados nos *corpora*, é possível escolher os modelos teóricos para a elaboração efetiva da obra terminográfica.

Escolher a TCT para ser a base deste trabalho foi uma decisão acertada. O primeiro ponto é que ela aceita a ideia de que os termos de uma linguagem de especialidade podem ser originários da língua geral ou de outras linguagens de especialidade. Em relação ao *Patrimônio Cultural*, “chafariz”, “igreja” e “museu” provêm da língua geral, “conjunto urbano”, “equipamento urbano” e “edificação”, da arquitetura, “patrimônio arqueológico” e “sítio arqueológico”, da arqueologia e “cavidade natural subterrânea” e “patrimônio espeleológico” da espeleologia. O *Patrimônio Natural*, baseado nas “unidades de conservação”, compartilha a maioria de seus termos com a ecologia. O segundo ponto recai sobre a aceitabilidade da variação linguística. Muito evidente no *corpus* considerado é a variação diatópica, a qual

considera termos em língua portuguesa com formas equivalentes em língua italiana. O *Patrimônio Cultural* possui 75% de seus termos com correspondentes, um grande número, enquanto que o *Patrimônio Natural* possui 49%, o que comprova que a maioria dos termos da subárea do *Patrimônio Turístico* possui equivalentes. Dentre as possibilidades de equivalência, foram encontrados os seguintes casos (Gráfico 8):

Gráfico 8 – *Patrimônio Turístico*: casos de equivalência entre a língua portuguesa e a língua italiana.

A grande maioria dos termos, 74%, está na relação de um para um, um termo para uma forma equivalente, como “edificação rural”, “patrimônio espeleológico”, “sítio Ramsar”, entre outros exemplos. No entanto, há outras possibilidades em que dois ou mais termos podem apresentar um único equivalente. Assim, dois termos em língua portuguesa podem apresentar uma única forma equivalente, como no caso de “área sob proteção especial” e ASPE, com o equivalente “*area di reperimento*”, ou então “conjunto urbano” e “conjunto urbanístico” com “*complesso urbano*”, entre outros. Por fim, há também três termos com um único equivalente, como “monumento natural”, MN e MONA, e o equivalente “*monumento naturale*”, bem como “refúgio de vida silvestre”, RVS e REVISE, e “*zona speciale di conservazione*”. Diante desses exemplos, a existência de mais de um termo em língua portuguesa para apenas um em língua italiana deve-se ao fato da existência de formas variantes ortográficas, morfológicas e morfossintáticas, mas principalmente pela grande ocorrência das variantes representadas pelas siglas e acrônimos, principalmente na subárea do *Patrimônio Natural*, o que foi bastante esclarecido pelo Gráfico 7. Apesar da comprovada equivalência entre as duas línguas, os

Gráficos 3 e 4 apontam 25% dos termos do *Patrimônio Cultural* e 51% do *Patrimônio Natural*, sem equivalentes, por tratarem de fatos conceituais existentes apenas no Brasil.

Outra questão aceita pela TCT é considerar vários tipos de relações entre o conjunto significante e o conjunto significado. Nesta pesquisa foram encontradas as seguintes relações (Quadro 2):

Significado (conteúdo)	Significante (expressão)	Relação entre os conjuntos
		Monossemia
		Homossemia total (parassinonímia)
		Polissemia
		Homonímia

Quadro 2 – Relações entre o conjunto significante e significado desta pesquisa.

A monossemia é o ideal para as linguagens de especialidade. Nesta pesquisa, ela foi a relação mais frequente. Conforme demonstrado pelos Gráficos 5 e 6, o *Patrimônio Cultural*

possui 82% de seus termos na relação de um para um (um significado para um conteúdo), enquanto que isso acontece com 54% dos termos do *Patrimônio Natural*, ou seja, a maioria. A homossemia total ou parassinonímia ocorre com 11% dos termos do *Patrimônio Cultural* e com 9% dos termos do *Patrimônio Natural*. Por fim, foi encontrado também um caso de polissemia na subárea do *Patrimônio Cultural*, que se refere ao termo “casa”. Há também um caso de homonímia, que se realiza em “palacete”.

Logo, todos os objetivos desta pesquisa foram atendidos. A obra terminográfica, objetivo geral, foi elaborada, de acordo com o rigor terminológico necessário. Por sua vez, esse produto final se baseia na construção do Mapa Conceitual, em que, além de inserir os termos em língua portuguesa, insere as formas equivalentes em língua italiana. Neste momento do trabalho, foram cumpridos, na medida do possível, os objetivos específicos. Em um único Mapa Conceitual os termos nas duas línguas são colocados de forma que se visualize quando há a equivalência e em quais casos. Por outro lado, conforme mencionado, não foi possível encontrar equivalentes para todos os termos em língua portuguesa, principalmente na subárea do *Patrimônio Natural*, já que o sistema das “unidades de conservação” é distinto no Brasil e na Itália.

Além dos termos e conceitos, das relações entre eles e entre as duas línguas selecionadas, outros aspectos merecem comentários. A complementação dos verbetes com os contextos e as notas tornou o trabalho bem mais rico. A maioria dos contextos que acompanham os termos do *Patrimônio Cultural* foi extraída do próprio *site* do IPHAN, o que demonstra exatamente qual a avaliação do bem e de seus atributos para ele ter sido tombado pelo referido instituto. Já com relação à outra subárea, as fontes são mais variadas, mas se procurou encontrar contextos com grande quantidade de dados, que trouxessem também ao menos alguns dos traços conceituais expressos na definição. As notas, de acordo com o capítulo anterior, trazem informações complementares, outras vezes tratam de antigo uso do bem, recuperando um conceito que faz parte de sua história, mas também podem trazer seu uso atual, como o caso de muitas edificações que se tornaram repartições públicas ou instituições culturais, pois a ocupação do bem é uma tentativa de protegê-lo.

Enfim, para realizar esta pesquisa foi necessário cumprir cada etapa, dedicando tempo e atenção a cada uma delas. O contato frequente com os textos teóricos, com as obras terminográficas, bem como com os *corpora*, documental e de análise, trouxe duas grandes aquisições. No âmbito terminológico, a realização da pesquisa demonstrou que a obra terminográfica não é um simples reunir de termos e respectivos conceitos. Além de verificar as relações entre os termos em língua portuguesa e dos termos na língua portuguesa e sua relação

com aqueles na língua italiana, o ato de definir merece bastante cuidado. A colocação dos traços conceituais deve ser feita da forma mais homogênea possível, trazendo todos os elementos necessários para a identificação do termo, e localizando-o no sistema de conceitos. Já no âmbito do universo da pesquisa, foi de grande valor a quantidade e variedade de informações adquiridas com o estudo e análise dos *corpora*. Espera-se, portanto, que o “Dicionário terminológico das subáreas do *Patrimônio Cultural* e do *Patrimônio Natural*” seja um instrumento de apoio bastante suficiente para seu público-alvo. Além disso, que seja mais um instrumento-registro de bens tão valiosos, representações de um passado, e manutenção de um presente e futuro, instrumento este que possa estimular a proteção do *Patrimônio Turístico*, não só pelo Poder Público, ou por outras instituições, mas pela população que convive e desfruta dele, durante toda sua existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **TradTerm**: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2003.

ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, Margarida. **A delimitação das unidades lexicais**. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.

_____. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 2004.

AMBIENTEBRASIL. PORTAL AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acesso em: 03 out. 2008.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.

ANO INTERNACIONAL DO PLANETA TERRA. **Planeta Terra**. Disponível em: <<http://aipt.mct.gov.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

AS SETE MARAVILHAS DO MUNDO ANTIGO. **Cultura Brasileira**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/7wonders.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

ASSOCIAZIONE ITALIANA PER LA TERMINOLOGIA. **L'associazione**. Disponível em: <http://www.assiterm91.org/it/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=34>. Acesso em: 30 set. 2009.

AUBERT, Francis Henrik. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH USP, 2001.

AUTOMOBILE CLUB D'ITALIA. **Mission**. Disponível em: <<http://www.aci.it/index.php?id=129>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

BARBOSA, Maria Aparecida. Relações possíveis conjunto significante/conjunto significado. In: CARVALHO, Nelly Medeiros de; SILVA, Maria Emília Barcellos da. (Orgs). **Anais do 1º encontro nacional do GT de lexicologia, lexicografia e terminologia da ANPOLL**. Recife: UFRJ, 1997.

_____. Dicionário, vocabulário, glossário. In: ALVES, Ieda Maria (Org). **Cadernos de Terminologia n. 1: a constituição da normalização terminológica**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2001. p. 39.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARROS, Lídia de Almeida. **Vocabulário enciclopédico das unidades de conservação do Brasil**. São Paulo/Marília: Arte & Ciência/Ed. UNIMAR, 2000.

_____. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

BENITES, Danielle. André assina decreto de criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal. **Notícias SEPROTUR**, 22 fev. 2010. Disponível em:
<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=118&id_comp=567&id_reg=92930&voltar=home&site_reg=118&id_comp_orig=567>. Acesso em: 01 mar. 2010.

BEVILACQUA, Cleci; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. **Glossário de gestão ambiental**: questões de *corpora* e equivalência. Disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigo_X_SIMPOSIO_RITERM_2006_BEVILACQUA_REUILLARD.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BIOPARCO. Centro di conservazione e di educazione ambientale. **Il giardino zoologico di Roma**. Disponível em: <<http://www.bioparco.it>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL. **The history of botanic gardens**. Disponível em: <<http://www.bgci.org/resources/history/>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

BRAGA, Robério. **Dicionário de turismo**. São Paulo: UNILETRAS, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

_____. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1961. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de novembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm. Acesso em: 25 ago. 2008.

_____. Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983. Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7173.htm. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2008.

_____. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 fev. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990. Trata do conceito de cavidade natural subterrânea e da sua proteção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99556.htm. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 31 ago. 2009.

_____. Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res33903.xml>. Acesso em: 26 ago. 2008.

_____. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em: 31 ago. 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Institucional**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2006.

_____. Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/cgti/_arquivos/estrutura_regimental_2007.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2008.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 20 ago. 2009.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Quilombos**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 2, de 20 de agosto de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cecav/index.php?id_menu=296>. Acesso em: 22 jun./20 out. 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Termos iniciados com a letra E**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/E.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Termos iniciados com a letra I**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/I.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Termos iniciados com a letra P**. Disponível em: <http://200.143.12.93/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/P.html>. Acesso em: 06 abr. 2010.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Trad. Carles Tebé. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer; DENCKER, Ada de Freitas Maneti; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Dicionário de administração e turismo**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.

CATUREGLI, Maria Genny. **Dicionário inglês/português: turismo, hotelaria, comércio exterior**. São Paulo: Aleph, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CLUB ALPINO ITALIANO. **La nostra storia**. Disponível em:
<<http://www.cai.it/index.php?id=10>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

COMMISSIONE NAZIONALE ITALIANA PER L'UNESCO. **Convenzione riguardante la protezione sul piano mondiale del Patrimonio Culturale e Naturale**. Disponível em:
<<http://www.unesco.it/cni/index.php/convenzione>>. Acesso em: 03 maio 2010.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL. Mata Atlântica ganha três novos mosaicos de UCs. **Notícias**, 15 dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=213>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

CONSIGLIO D'EUROPA. **Da non confondere**. Disponível em:
<http://www.coe.int/T/I/Com/A_proposito_Coe/non_confondere.asp>. Acesso em: 12 mar. 2008.

_____. **The European landscape convention**. Disponível em:
<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/conventions/Landscape/florence_pres_en.asp#TopOfPage>. Acesso em: 12 mar. 2008.

CONSIGLIO REGIONALE VENETO. Legge regionale nº 36, de 8 settembre 1997. Disponível em: <<http://www.consiglioveneto.it/crvportal/leggi/1997/97lr0036.html>>. Acesso em: 01 abr. 2010.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário de arquitetura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora e Distribuidora Artshow Books Ltda, 1989.

CORPO FORESTALE DELLO STATO. Disponível em:
<<http://www3.corpoforestale.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/1>>. Acesso em: 08 set. 2008.

COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1969.

_____. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.dgturismo.pt>>. Acesso em: 19 mar. 2007.

DOMINGUES, Celestino de Matos. **Dicionário técnico de turismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

ENIT. AGENZIA NAZIONALE DEL TURISMO. **Natura giuridica e funzioni**. Disponível em: <<http://www.enit.it/chiSiamo.asp?Lang=IT>>. Acesso em: 10 mar. 2008

_____. **Stagione turistica**. Disponível em: <http://www.enit.it/stagione_turistica/>. Acesso em: 18 mar. 2008.

FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mar. 2009.

FINATTO, Maria José B. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/486/441>>. Acesso em: 29 set. 2009.

_____. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. 2001. 394 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. p. 53. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1516>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

FRANÇA, Jamari. Maratona pelo meio ambiente Live Earth terá transmissão ao vivo de 24 horas para o Brasil. **O Globo on-line**, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2007/06/22/296484421.asp>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

FRANCE. Secrétariat d'état Au Tourisme de la France/Organisation Mondiale du Tourism. **Thesaurus du Tourisme et des loisirs**. Paris, 2000. Disponível em: <<http://pub.world-tourism.org:81/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1218/1218-1.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2008.

GARCIA, Maura Xavier. **Vocabulário do turismo**: português/inglês. São Paulo: SBS, 2004.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

IL GRANDE dizionario garzanti in CD/ROM 2009. Milano: DeAgostini Scuola SPA/Garzanti Linguistica, 2008. 1 CD-ROM.

IL VERDE urbano nel paesaggio. **Paesaggio e architettura rurale**. Disponível em: <<http://www.paesaggio.net/verde.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Quem é quem**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/quem-e-quem/>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

_____. Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/fauna-silvestre/manejo-de-fauna-em-cativeiro/>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

_____. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12149&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2008/11 mar. 2009/30 mar. 2010.

_____. **Iphan**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

_____. **Estrutura organizacional**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=1020&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. **Bens registrados**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. **Relatório de Atividades 2003-2004**. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/Relatorio_de_Atividades_2003-2004.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Áreas de proteção especial**. Disponível em:
<http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134&Itemid=156>. Acesso em: 09 mar. 2009.

INTERNATIONAL INFORMATION CENTRE OF TERMINOLOGY. Disponível em:
<<http://www.infoterm.info/>>. Acesso em: 30 set. 2009.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **About IUCN**. Disponível em: <<http://www.iucn.org/about/>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

_____. **WCPA Categories system for protected areas task force**. Disponível em:
<http://www.iucn.org/about/work/programmes/pa/pa_products/wcpa_categories/>. Acesso em: 26 mar. 2010.

ITALIA. Legge n° 394, 6 dicembre 1991. **Legge Quadro sulle Aree Protette**. Disponível em:
<http://www.minambiente.it/opencms/export/sites/default/archivio/normativa/legge_06_12_1991_394.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. Direttiva del Consiglio n° 92/43/CEE, 21 maggio 1992. **Relativa alla conservazione degli habitat naturali e seminaturali e della flora e della fauna selvatiche**. Disponível em:
<<http://www.inea.it/ops/ue/natura/habitat.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

_____. Decreto Legislativo n° 42, 22 gennaio 2004. **Codice dei beni culturali e del paesaggio, ai sensi dell'articolo 10 della legge 6 luglio 2002, n. 137.** Disponível em: <http://www.beniculturali.it/mibac/multimedia/MiBAC/documents/1226395624032_Codice2004.pdf>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. Decreto Legislativo n° 73, 21 marzo 2005. **Attuazione della direttiva 1999/22/CE relativa alla custodia degli animali selvatici nei giardini zoologici.** Disponível em: <http://www.minambiente.it/opencms/export/sites/default/archivio/normativa/dlgs_21_03_2005_73.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/default.asp?nd=mi>>. Acesso em 22 mar. 2007.

_____. Decreto n° 233, 26 novembre 2007. Regolamento di riorganizzazione del Ministero per i beni e le attività culturali, a norma dell'articolo 1, comma 404, della legge 27 dicembre 2006, n. 296. **GURI**, Roma, 2007. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/default.asp?nd=mi>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Dipartimento per lo Sviluppo e la Competitività del Turismo. **Competenze.** Disponível em: <<http://www.governo.it/Presidenza/DSCT/index.html>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. Dipartimento per lo Sviluppo e la Competitività del Turismo. **Organigramma.** Disponível em: <<http://www.governo.it/Presidenza/DSCT/organigramma.html>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Ministero.** Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/default.asp?nd=mi>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Normativa.** Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/normativa/default.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Struttura.** Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/ministero/struttura.asp?nd=mi,or>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Segretariato Generale.** Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/pdf/SegretariatoGenerale.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Ufficio Patrimonio Mondiale UNESCO. **La lista.** Disponível em: <<http://www.unesco.beniculturali.it/index.php?it/40/la-lista>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

_____. Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare. Disponível em: <<http://www.minambiente.it>>. Acesso em: 27 maio 2009.

_____. Ministero dell'ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare. **Classificazione delle aree naturali protette**. Disponível em: <http://www.minambiente.it/index.php?id_sezione=1344>. Acesso em: 27 maio 2009.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Direzione Generale per le Antichità. **Convenzione europea per la salvaguardia del patrimonio archeologico**. Disponível em: <http://www.archeologia.beniculturali.it/pages/internazionali/pdf/Conv_LaValletta_92.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2009.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Ufficio Patrimonio Mondiale UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.beniculturali.it/>>. Acesso em: 03 maio 2010.

KRIEGER, Maria da Graça. A face lingüística da terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (Orgs.). **Temas de terminologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Ed. Humanitas/USP, 2001.

_____. Terminologia técnico-científica: políticas lingüísticas e Mercosul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2009.

LEED, Eric J. **La mente del viaggiatore**. Trad. Erica Joy Manucci. Bologna: Mulino, 1992.

LIMA, Ana Isabel Morais de. Urgência de uma terminologia do turismo: situação atual e descrição de um projeto em curso. **Terminologias**, Termip Associação de Terminologia Portuguesa, Lisboa, v. 5-6, abr./dez. 1992.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: EDUSP/Nacional, 1979.

MaB UNESCO (Brasil). **O programa homem e a biosfera**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/index_mab.asp>. Acesso em: 23 ago. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Sinais e símbolos turísticos**: guia ilustrado e descritivo. Trad. Gabriela Scuta Fagliari. São Paulo: Roca, 2003.

PAÇO IMPERIAL. Disponível em: <<http://www.pacoimperial.com.br/historico.aspx>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

PARCO DELL'ETNA. **Area protetta**. Disponível em: <<http://www.parks.it/parco.etna/par.php>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

PARCO STORICO DI MONTE SOLE. **Sito web ufficiale**. Disponível em: <<http://www.parcostoricomontesole.it/>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

PARKS.IT. IL PORTALE DEI PARCHI ITALIANI. Disponível em: <<http://www.parks.it/>>. Acesso em: 08 set. 2008.

_____. **Domande frequenti sulle aree protette italiane**. Disponível em: <<http://www.parks.it/indice/faq aree.protette.html>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Trad. Enilde Faulstich. Montreal: Ministro de Obras Públicas e Serviços do Canadá, 2002.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

PORTO ALEGRE. **Mercado público central de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=20>. Acesso em: 25 mar. 2010.

REVISTA MUSEU. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/default.asp>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural (Sedrepahc). **Projeto fontes e chafarizes**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sedrepahc/>>. Acesso em: 09 mar. 2009.

RITERM. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.riterm.net/spip.php?rubrique30>>. Acesso em: 01 out. 2009.

SÃO PAULO (Cidade). **Mercado municipal**. Disponível em: <<http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/guia/mercadao.php>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

STAVALE, Emeri de Biaggi. **Glossário de turismo**: português/inglês, inglês/português. São Paulo: Disal, 2004.

TERMCAT. CENTRE DE TERMINOLOGIA. Disponível em: <<http://www.termcat.cat/>>. Acesso em: 30 set. 2009.

TERMIP. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERMINOLOGIA. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/termip/termip_27.htm>. Acesso em: 26 mar. 2008.

TERRA. Rio gastará R\$ 1 mi para restaurar chafarizes históricos. **Notícias Terra**, 16 out. 2009. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4047190-EI8139,00.html>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

THE NEW SEVEN WONDERS FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.newsevenwonders.com>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. **New 7 wonders**. Disponível em: <<http://www.new7wonders.com/index.php?id=633&L=0>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

TRANSLATION BUREAU. **Home**. Disponível em: <<http://www.btb.gc.ca/btb.php?lang=eng&cont=001>>. Acesso em: 30 set. 2009.

TREM DO CORCOVADO. Disponível em: <<http://www.corcovado.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

UNESCO (Brasil). **Sobre a UNESCO**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 06 mar. 2008.

_____. **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

_____. **Histórico**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/unesco/organizacaoBrasil/historicoUBO/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 07 mar. 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

_____. **Últimas notícias.** Disponível em:
<http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/unescosetemaravilhas/mostra_documento>. Acesso em: 07 abr. 2008.

_____. **Desafios e estratégias em cultura no Brasil.** Disponível em:
<http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial/patrmimaterial/mostra_padrao>. Acesso em: 14 ago. 2008.

_____. **História sucinta: UNESCO Brasil.** Disponível em:
<http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/copy3_of_index_html/mostra_padrao>. Acesso em: 14 ago. 2008.

_____. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

UNESCO GLOBAL GEOPARKS NETWORK. Disponível em:
<<http://www.globalgeopark.org/publish/portal1/tab59/>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. **GGN guideliness.** Disponível em:
<<http://www.globalgeopark.org/publish/portal1/tab121/info617.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. **The criteria for selection.** Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/criteria/>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

UNESCO.ORG. The representative list of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. **Intangible Cultural Heritage – ICH**, 2009. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00173>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

VIERA, Elenara Vieira de; CÂNDIDO, Índio. **Glossário técnico gastronômico, hoteleiro e turístico.** Caxias do Sul: Educs, 2003.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The travel & tourism competitiveness report 2007:** furthering the process of economic development. Geneva, 2007. Disponível em:
<www.weforum.org/pdf/tourism/Part3.pdf>. Acesso em 23 mar. 2007.

WORLD HERITAGE CENTRE. **New inscribed properties**. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/newproperties>>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. **Sustainable tourism programme**. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/en/sustainabletourism>>. Acesso em: 19 out. 2009

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **About WTO**. Disponível em:
<<http://www.unwto.org/aboutwto/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

WORLD TRAVEL & TOURISM CONCIL. **About WTTC**. Disponível em:
<http://www.wttc.travel/eng/About_WTTC/>. Acesso em: 03 mar. 2008.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABROLHOS. **Bahia extremo sul**. Disponível em:

<<http://www.abrolhos.com.br/abrolhos/parque.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

ALVES, Ieda Maria (Org.). **Glossário de termos neológicos da economia**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. (Cadernos de Terminologia, 3).

AMERICAN SOCIETY OF CIVIL ENGINEERS. **Seven wonders of the modern world**.

Disponível em <http://www.asce.org/history/seven_wonders.cfm>. Acesso em: 22 mar. 2007.

AS MINAS GERAIS. SETE LAGOAS. **As Minas Gerais**. Disponível em:

<http://www.asminasgerais.com.br/diamantina/univlrcidades/cidades/sete_lagoas/area.htm>.

Acesso em: 31 ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ENGENHEIROS DO SUDOESTE PAULISTA. **Reserva legal: uma lei em prol do meio ambiente**. Disponível em:

<<http://www.aresp.org.br/pagMenu2.asp?id=103&id2=120>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: Simpósio Latino-Americano de Terminologia, 2. Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica, 1., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: União Latina/CNPQ/IBICT, 1992. p. 152-158.

_____. Perspectivas e tarefas do trabalho terminológico: ensino da metalinguagem técnico-científica. **Revista brasileira de lingüística**, São Paulo, v. 9, p. 23-44, 1997.

_____. A construção do conceito nos discursos técnico-científicos literários e nos discursos sociais não-literários. **Revista brasileira de lingüística**, São Paulo, v. 11, p. 31-60, 2001.

BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

BATISTA, Eli. Vale do Apertado encanta visitantes. **Amazônia à vista**, 21 set. 2005.

Disponível em: <<http://www.amazoniaavista.com.br/Noticia.asp?ID=10>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

BLUMENAU. Disponível em:

<<http://www.blumenau.sc.gov.br/faemanovo/site/index/index.php?IDSECAO=816&IDPAI=791>>. Acesso em: 03 out. 2008.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 4, de 18 de setembro de 1985. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res85/res0485.html>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

_____. Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992 – IPHAN. Disponível em:

<<http://www.brasilia.df.gov.br/sites/200/204/00000251.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências. Legislação de Natureza Imaterial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000. Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/Leis_e_Decretos/DECF3551IMA.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2007.

_____. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em

<http://www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados_fatos/Anuario/Plano_Nacional_do_Turismo.pdf>. Acesso em 28 mar. 2007.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em:

<<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

BRASILTURIS JORNAL ON-LINE. Disponível em <<http://bj.inf.br>>. Acesso em 15 mar. 2006.

CONSIGLIO D'EUROPA. Disponível em: <<http://www.coe.int>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2009.

CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DA SERRA DO MAR. **Áreas protegidas**. Disponível em:

<<http://www.corredores.org.br/?pageId=texto&path=%2Fcontent%2FCorredores%2FSerra+do+Mar%2FEcologia+e+Conserva%E7%E3o%2FVitrine+de+Projetos%2FC1reas+Protegidas>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

COSTA, José Pedro de Oliveira. Áreas naturais tombadas e outras áreas protegidas. In: CONTECSI. Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação

TECSI/FEA/USP, 1., 21-23 jun. 2004. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. Disponível em:
<<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/meioamb/arprot/tombadas/apresent.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

ECKHARD, Humberto. MPF e MP/SC querem que Parque do Acaraí seja unidade de uso sustentável. **Ministério Público Federal**, 26 nov. 2007. Disponível em:
<http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/noticias/detalhe.asp?campo=6917&secao_id=369>. Acesso em: 25 ago. 2008.

EDUCAÇÃO Patrimonial. Revista Eletrônica do IPHAH, n. 3, jan./fev. 2006. Disponível em:
<<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acesso em 28 mar. 2007.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em:
<<http://www.institucional.gov.br>>. Acesso em 28 out. 2006.

ENIT. AGENZIA NAZIONALE DEL TURISMO. Disponível em: <<http://www.enit.it>>.
Acesso em: 10 mar. 2008.

ESTUDO SETOR IMOBILIÁRIO PORTO ALEGRENSE. **Administradores**. O portal da administração. Disponível em:
<www.administradores.com.br/producao_academica/estudo_setor_imobiliario_porto_alegrense.pdf/download>. Acesso em: 29 maio 2009.

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE NITERÓI. Disponível em:
<<http://www.zoonit.org.br>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

GEOPARQUE ARARIPE. CEARÁ/BRASIL. Disponível em:
<<http://geoparkararipe.urca.br/main/principal.php>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

GOVERNO ITALIANO. DIPARTIMENTO PER LO SVILUPPO E LA COMPETITIVITÀ DEL TURISMO. Disponível em: <<http://www.governo.it/Presidenza/DSCT/index.html>>.
Acesso em: 09 mar. 2008.

HAENSCH, Gunther et al. **La lexicografía**: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

IGUABA GRANDE. Lei complementar nº 010/98, de 19 de junho de 1998. Dispõe sobre o Código de Obras de Iguaíba Grande e dá outras providências. **Diário Oficial**, Iguaíba, 1998. Disponível em:

<http://www.iguaba.rj.gov.br/codigos/CODIGO_DE_OBRAS_COMPLETO.doc>. Acesso em: 31 ago. 2009.

IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS FLORESTAIS LEGAIS. **Ecosistema consultoria ambiental**. Disponível em: <<http://www.ecossistema.bio.br/reservas.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. Disponível em: <<http://www.iucn.org>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

ITALIA. Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare. **Elenco ufficiale delle aree naturali protette**. Disponível em: <http://www2.minambiente.it/sito/settori_azione/scn/docs/elenco_ap_2003.pdf>. Acesso em: 08 out. 2009.

_____. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. **Codice dei beni culturali e del paesaggio. Direzione Generale per i Beni Architettonici e Paesaggistici**. 2004. Disponível em <<http://www.beniculturali.it/Pdf/DecretoLegislativo22gennaio2004.pdf>>. Acesso em 25/07/2007.

JARDIM BOTÂNICO DE PORTO ALEGRE. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/jardimbotanico/>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (Orgs.). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001.

LOBO, Carol. Comitê do Patrimônio Mundial. Ministro Juca Ferreira é eleito para a nova gestão do colegiado. **Ministério da Cultura**, 03 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/07/03/comite-do-patrimonio-mundial/>>. Acesso em: 10 set. 2009.

MARACANÃ. Portal da SUDERJ. Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.suderj.rj.gov.br/maracana.asp>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Município poderá delimitar área de preservação permanente**. 06 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/noticias/municipio-podera-delimitar-area-de-preservacao-permanente/>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

MONTEIRO, Glauce. Palácio Antônio Lemos. **ILC On-line**, 09 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.ilc.ufpa.br/jornal/lazerturismo/index.php?id=14>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; IZQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

PARQUE do Rio Doce recebe chancela como área úmida de importância internacional. **Instituto Estadual de Florestas**, 22 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1033-parque-do-rio-doce-recebe-chancela-como-area-umida-de-importancia-internacional>>. Acesso em: 08 out. 2008.

PARQUE ESTADUAL MARINHO DA PEDRA DA RISCA DO MEIO. SUMACE. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/unidades/PqRiscaDoMeio.asp>>. Acesso em: 08 out. 2008.

PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO. Instituto Florestal. Disponível em: <http://www.iflorestsp.br/dfec/p_e_morro.htm>. Acesso em: 03 out. 2008.

PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaso/>>. Acesso em: 08 set. 2008.

PATRIMÔNIO arqueológico do Brasil pede socorro. **Labjor**: Laboratório de estudos avançados em jornalismo, 11 ago. 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=304>. Acesso em: 19 dez. 2009.

PETRÓPOLIS. Lei nº 6.089, de 12 de janeiro de 2004. Obriga os novos projetos de edificações públicas e/ou uso público no Município de Petrópolis a conterem meio de acesso para deficientes físicos. **Diário Oficial**, Petrópolis, 2004. Disponível em: <<http://d700097984.tecla224.tecla.com.br/leis/2004/L6089.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

PINTO, Luis Paulo. Unidades de Conservação. UFMG Diversa. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 7, n. 14, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/diversa/14/index.php/unidade-de-conservacao/unidades-de-conservacao.html>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

POLÍTICAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO. **Portal oficial do Governo do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.distritofederal.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct14.htm>>. Acesso em: 28 maio 2009.

PONTAL DO PARANÁ. Lei complementar nº 005, de 03 de agosto de 2007. Define o Código de Obras do município e dá outras providências. **Diário Oficial** do Estado, Curitiba, 2007.

Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/?pg=verLeis&id=11>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

PORTAL DA PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. **Museu do homem do Sambaqui**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/turismo/lazer_cultura/patrimonio/museu_do_homem_do_sambaqui.htm>. Acesso em: 12 maio 2010.

PORTAL DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2009.

PORTAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA. Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/meio/unidades.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

PORTAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=1551>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

PROJETOS EM REFORMA E RESTAURO. Parque histórico nacional de Guararapes. **FUNCEB. Fundação Cultural Exército Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.funceb.org.br/reformaerestauro.asp?materia=11>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO PANDEIROS. **Peixes e pesca no Rio São Francisco**, 26 set. 2006. Disponível em: <<http://www.sfrancisco.bio.br/aspbio/pandeiros.html>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

RESERVA BIOLÓGICA DAS PRAIAS DO SUL E DO LESTE. **Ilha Grande.org**. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.org/reserva-biologica>>. Acesso em: 08 set. 2008.

SANTUÁRIO DE VIDA SILVESTRE VAGAFOGO. Disponível em: <<http://www.vagafogo.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

SANTUÁRIO DO BOM JESUS DA LAPA. Disponível em: <<http://www.bomjesusdalapa.org.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

SCHWARTZ, Gilson. Quilombos em rede: novo conteúdo no GESAC. **ID Brasil**. Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/artigos_entrevistas/gilson1>. Acesso em: 03 mar. 2009.

SEMAR apresenta posição do governo sobre criação do Parque Serra Vermelha. **SEMAR**, 04 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=886>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

TRADTERM. Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, v. 9, 2003.

UNESCO (Brasil). **O Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimoniomundial/copy5_of_index_html/mostra_documento>. Acesso em: 18 mar. 2007.

_____. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

UNESCO (Italia). **La lista dei siti italiani dichiarati Patrimonio dell' Umanità**. Disponível em: <<http://www.sitiunesco.it/index.phtml?id=4>>. Acesso em 18 mar. 2007.

UNESCO.ORG. **Convention concerning the protection of the World Natural and Cultural Heritage**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/conventiontext>>. Acesso em: 05 maio 2010.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Disponível em: <<http://www.unwto.org>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

WORLD TRAVEL & TOURISM CONCIL. Disponível em: <<http://www.wttc.travel>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://www.zoo.df.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

ZOOLÓGICO DE SALVADOR. Disponível em: <<http://www.zoo.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2008.